



**GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44

**44° Reunião da Câmara Técnica de Controle e  
Qualidade Ambiental.**

Brasília/DF.  
27 de outubro de 2010.  
*(Transcrição ipso verbo)*  
*Empresa ProixL Estenotipia*

450 **SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Queria dar um bom dia a todos, e fazer  
46abertura da nossa 44ª Reunião da Câmara Técnica de Controle e Qualidade  
47Ambiental. Todos têm aí a pauta. Nós temos hoje previsto, primeiro a  
48aprovação do resultado e da transcrição das reuniões da 42ª e da 43ª, que na  
49última reunião a gente esqueceu de aprovar da 42ª, então previsto aí na pauta.  
50Ordem do dia hoje nós vamos ter encaminhamentos em relação à CONAMA  
51421, que é aquela resolução que, vamos dizer assim, atende o que estava  
52previsto no art. 9º da Resolução 344, então hoje nós devemos abrir essa  
53discussão sobre a questão do que é que significa essa revisão parcial, total,  
54que encaminhamento que a Câmara Técnica entende como adequado para  
55essa questão. Temos presente aqui o Ministério dos Transportes, Secretaria de  
56Portos, ANTAC, o setor está em peso aqui hoje. Eu acho que vai ser  
57importante. E nesse ponto eu gostaria depois de ver se a gente podia, a gente  
58já tem uma apresentação da COP que tem um convênio com a Secretaria de  
59Portos que está trabalhando toda essa parte de classificação, análise, vamos  
60dizer assim, dos resultados de análises, de sedimentos, de processos de  
61licenciamento que foram executados a partir da 344. E à tarde nós temos, a  
62ideia que à tarde a gente retome com dois informes, um sobre as resoluções  
63que estão em tramitação no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e tem  
64alguma relação com a Câmara de Controle e Qualidade, que a gente continue  
65fazendo o monitoramento desse processo, o Dr. Roberto Monteiro vai nos  
66brindar com esse informe, hoje à tarde, e também temos aqui um ponto de  
67pauta que trata da questão, um ponto de informe que trata sobre a  
68implementação do programa de inspeção e manutenção de veículos em uso, o  
69IM, principalmente, em São Paulo e Rio de Janeiro. E a ideia é que nos  
70apresente os resultados que estão obtendo das suas atividades, até com vistas  
71a fazer uma pequena discussão de como está evoluindo a nossa Resolução, a  
72418, que foi aprovada em novembro de 2009. Não sei se teria mais alguma  
73questão que gostariam de adicionar à pauta. Talvez, Alonso, pudesse dar um  
74informe sobre as fontes fixas, o que GT de fontes fixas como é que está  
75andando. Podemos fazer isso também? Provavelmente, essa aqui deve ser a  
76última reunião do ano, então a gente fecha com balanço geral. Vamos abrir a  
77reunião. Eu acho que alguém tem alguma observação em relação aos  
78resultados da 42ª e 43ª reunião? Se não há nenhuma observação, então estão  
79aprovados os resultados. Entramos na ordem do dia, e a ideia é que a gente  
80comece então, a gente abre um período de 45, 60 minutos para apresentação  
81dos resultados do trabalho que vem sendo desenvolvido pela Secretaria de  
82Portos, queria convidar a Dra. Mônica, o Dr. Urbano para fazer uma introdução  
83sobre o assunto, e passar a palavra, já para o pessoal da COP para fazer a  
84apresentação dos resultados. Podemos fazer assim? Logo em seguida a gente  
85entra na discussão, vamos dizer assim, de mérito, sobre a questão que  
86encaminhamentos nós vamos dar em relação a 421. Ok? Drª. Mônica ou Dr.  
87Urbano, introduzir o assunto só.

88

89

90 **A SRª. MÔNICA (Secretaria Especial de Portos)** - Bom dia a todos. Nós  
91vamos apresentar aqui um estudo contratado pela Secretaria Especial de  
92Portos que seria referente ao banco de dados. A solicitação desse estudo  
93constava da Resolução 344, anterior, no art. 9º, a execução desse estudo de  
94banco de dados para nortear a implantação de novos valores de definições de

95níveis de contaminação no país. Conversando, na época, com o IBAMA, a  
96princípio se colocava que o IBAMA deveria fazer essa contratação, mas a  
97Secretaria, juntamente com o IBAMA, na época, tendo a disponibilidade de  
98recurso, sendo mais fácil até para gente fazer essa contratação, fizemos a  
99elaboração do termo de referência, conjuntamente com o IBAMA também na  
100época, MMA e Portos e procedemos a contratação da Fundação COPPETEC  
101para a elaboração desse estudo. Então, o contrato iniciou o ano passado, final  
102do ano passado, estamos há um ano trabalhando, e a gente fez o contrato  
103direto com a Fundação COPPETEC, tendo como executor o IVIG que é o  
104Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais lá da COP, e o coordenador  
105desse instituto, o Dr. Luiz Pinguelli, coordenador do estudo, no caso, pelo IVIG  
106está sendo o Dr. Marcos Freitas, a gerente de projeto é a Maria Emília, a Maria  
107Emília, até o momento não pode, não chegou porque está com o voo fechado  
108lá no Rio de Janeiro, mas todos os componentes da equipe já se encontram  
109aqui e poderão iniciar o trabalho. E trouxemos parte da equipe que seria o  
110Leonardo, que vai nos apresentar o sistema, já com os dados inseridos da  
111maioria dos portos que constam do estudo, e estamos com os técnicos da área  
112de química para fazer a análise de dados e validação dos dados, que é o  
113professor Delmo, o pesquisador Eike(F) e a pesquisadora Bárbara também,  
114para dar detalhamento de como está sendo procedido essa avaliação e  
115validação desses dados que estão sendo inseridos no banco de dados. Eu  
116acho que ele poderia iniciar a apresentação. A gente vai começar pela  
117apresentação do sistema, mostrando como foi trabalhado, está sendo  
118trabalhado os dados, e aí no caso de dúvidas é só levantar questões  
119diretamente a ele.

120

121

122**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Ok, Leonardo. Obrigado, Mônica.

123

124

125**O SR. LEONARDO MONTEIRO (COP)** - Muito bom dia a todos. Meu nome é  
126Leonardo Monteiro, sou pesquisador da COP. E no escopo desse trabalho que  
127a Mônica introduziu, eu sou engenheiro de software, sou responsável por  
128desenvolver todos os artefatos de software relativo a esse trabalho, ou seja, o  
129banco de dados, mencionado pela Mônica, e, obviamente, o sistema para  
130consultar esse banco remotamente, pela Internet. O nome do sistema, eu tive  
131que dar um nome, e o nome do sistema que nós escolhemos foi esse aqui,  
132moniport, sistema de monitoramento ambiental portuário. Reparem o seguinte,  
133embora o contexto atual seja a Resolução 344 que trata de sedimentos, a  
134gente não quis fixar, desenvolver o software, exclusivamente e fixar em  
135sedimentos não, embora ele só trate de sedimentos no momento, está  
136preparado para, no futuro, agregar outros tipos de dados, tanto que não tem  
137sedimentos aqui no nome do sistema. Ambiental portuário. São basicamente  
138dois artefatos de *software* que tem que ser desenvolvidos nesse trabalho, que  
139é incumbência minha. Um é o banco de dados que vai armazenar os dados  
140que vão ser coletados nos portos, validados e etc., e o sistema para consultar  
141esse banco de dados remotamente pela Internet, através de um site público.  
142Além disso, essas coletas têm informações geográficas, então fica complicado  
143você analisar uma amostra dessas com a demonstração geográfica, sem você  
144analisar a base geográfica da região. Então, dentro do trabalho a gente

145desenvolveu também um GIS que é um sistema de informação geográfica,  
146GIS, para quem não sabe, significa Geographic Information System, Sistema  
147de Informação Geográfica. E para cada um dos portos do convênio a gente  
148desenvolveu um sistema de informação geográfica com as camadas mais  
149fundamentais para gente fazer o nosso trabalho, cerca de vinte camadas. Essa  
150base de dados espacial foi feita em 2D e 3D também, como tinha o dado do  
151relevo. Parte desse banco de dado espacial, também pode ser consultado  
152através desse sistema de consultas públicas, e a finalidade, a base de dados  
153espacial completa, a ideia é que ela fique, que a SEP lance CDs com essas  
154informações para a comunidade. Eu vou começar falando sobre esse artefato  
155aqui que é o GIS dos portos. Para quem não conhece, o GIS é o seguinte, vou  
156explicar, são várias camadas de dados espaciais, rodovia, imagem de satélite,  
157geografia, batimetria que você sobrepõe como se fossem transparências, e  
158cada camada dessa aqui está associada uma série e dados, por exemplo,  
159rodovia, o nome da rodovia, quem administra a rodovia e etc. Aqui no caso  
160acho que é Santos que está aparecendo aqui, mas será feito para todos os  
161portos. E foi desenvolvido então uma base dessa em 2D e 3D. O 3D é  
162interessante porque aqui no caso de Santos você vê a batimetria em 3D. Você  
163pode navegar por dentro do canal, vê pontos onde foram feitos amostragens.  
164Eu acho que agrega valor e facilita a análise. Essa base de dados espacial  
165será disponibilizada na Internet, como eu falei, vai ser gravada em um CD que  
166a SEP posteriormente vai distribuir, vai fornecer, mas também pode ser usada  
167futuramente pela própria SEP ou por quem recebe essa base para usar em  
168outras aplicações comuns na área ambiental do Google Earth, AutoCad e etc.  
169Em vez de ficar falando muito eu vou fazer uma demonstração rápida aqui  
170desses GIS, eu vou mostrar o GIS 2D do Rio de Janeiro e o 3D de Santos.  
171Começar aqui pelo Rio de Janeiro. Essa base de dados espacial que foi  
172desenvolvida com um software chamado ARCGIS que é praticamente 90% do  
173mercado, todo mundo usa, que a ANEEL usa, a Eletrobrás, o IBAMA, então é  
174uma ferramenta bem comum. Tendo esses dados aqui, futuramente se quiser  
175agregar outros dados fica mais fácil, não precisa fazer mágica para fazer  
176conversão de dados. Por exemplo, aqui no GIS do Rio de Janeiro. Com uma  
177ferramenta dessas você pode dar zoom, aproximações, medir distâncias. O  
178porto é essa área aqui. Então, essa aqui é a área do porto. A gente colocou  
179dados aqui que seriam relevantes. Uma coisa importante é o seguinte, não  
180foram feitos trabalhos de campo para coletar esses dados, esses dados foram  
181levantados de estudos ambientais de cada porto, basicamente os EIAs e os  
182relatórios ambientais, e base de dados públicos também do IBGE, MMA,  
183IBAMA e etc., e outros dados que a gente tem lá na COP, porque a gente tem  
184uma base grande, a gente trabalha com isso há quase 20 anos, então a gente  
185tem muito dado lá, então a gente agregou alguma coisa para ilustrar melhor.  
186Como eu falei, o GIS é uma série de camadas que você sobrepõe, acende,  
187apaga. Aqui no porto, por exemplo, eu quero saber a área onde é feita a  
188exposição de material de derrocagem, aqui no porto do Rio. Então, por  
189exemplo, aqui no Rio foi material de exposição de material de derrocagem, é  
190colocado aqui numa ilha que tem aqui na Baía de Guanabara. Não sei como é  
191que colocam essas pedras lá em cima, vocês que são especialistas é que  
192sabem. E aqui é interessante, essa região aqui é interessante, porque eu  
193desconfio que eles estão aumentando o porto com essas pedras. Como eu  
194falei, o GIS são informações espaciais que você agrega dados tabulares como,

195por exemplo, vamos pegar aqui... A planta do porto, por exemplo. Por exemplo,  
196eu cliquei num ponto aqui e ele não apareceu, área de exposição de material e  
197derrocagem. Então, ele coloca lá tem informação associável, dá o nome, a  
198disposição de material de derrocagem, a fonte da informação, cada camada  
199dessas de dados tem a fonte, onde a gente tirou a informação. Tem muito dado  
200aqui, então o básico para gente fazer o nosso trabalho, e esse dado depois,  
201como eu falei, vai ser disponibilizado pela SEP. Em cima desses mapas a  
202gente coloca os pontos das amostragens. Vou mostrar agora em 3D de outro  
203porto que é o de Santos que é mais interessante, aqui, por exemplo, é 3D, esse  
204aqui é do Porto de Santos, essa aqui é a entrada do canal. Esses pontinhos  
205aqui, não sei se dá para ver, esses pontinhos que vocês vão ver melhor depois,  
206são os pontos das amostras, onde foram colocadas as amostras de  
207sedimentos. As camadas de dados são basicamente as mesmas do 2D, só que  
208com drapeados em cima do 3D. Esses pontinhos que estão aparecendo aqui  
209são os... Aqui a gente está entrando no canal, o porto está mais à direita. Estão  
210vendo os pontinhos? Dá para ver.

211

212

213**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Isso aí são amostragens novas?

214

215

216**O SR. LEONARDO MONTEIRO (COP)** - Tem. Se você clicar em cima do  
217pontinho aqui, desse aqui, de pirulito... Isso aqui você pode ver em 2D também,  
218em 3D é mais interessante porque você vê a... Esse pirulito aqui tem  
219informações associadas. Como eu falei o GIS é dado espacial mais dados  
220tabulados associados. Então, por exemplo, isso aqui foi uma amostra do dia  
22128/02/2008, profundidade superficial, e aqui tem dado, por exemplo, de  
222arsênio, cádmio. As informações que a gente está considerando aqui das  
223amostras são exatamente as mesmas da resolução, a gente não fiz inventar  
224nada, até a terminologia é a mesma, as unidades são as mesmas. Aqui está o  
225porto. Cheio de pontinhos aqui, aqui em Santos eu acho que são 280, pega  
226desde o início do porto até quase a área de exposição final. Vocês me  
227desculpem, mas o micro é um pouco lento, 3D tem um problema, que você  
228precisa de muita macaca, o computador é um pouco velhinho, já não fica em  
229tempo real. Pessoal, não vou avançar muito não, senão não vai dar tempo de  
230os outros falarem. Então, isso aí vai ser feito para cada porto, vai ser feito em  
2312D e em 3D. Em alguns portos isso é fácil de fazer, outros nem tanto, porque o  
232Porto de Santos e do Rio tem muita informação, tem muita imagem de satélite,  
233batimetria, tem muitos estudos que foram feitos, agora outros portos a gente  
234está encontrando um pouco de dificuldade, principalmente lá no Nordeste,  
235Aratu, por ali, porque a coisa que a gente observou foi o seguinte, a gente leu  
236os estudos ambientais, os EIAs e os RAIS de todos esses portos, esses nove  
237portos, e a gente notou, não sou especialista na área, sou engenheiro de  
238software, mas até eu notei que há uma discrepância de qualidade muito grande  
239entre esses estudos. Por exemplo, uma coisa que a gente notou, por exemplo,  
240a área de influência, meio físico e biótico, isso varia de uma forma... Tem um  
241estudo que o cidadão colocou lá, área de influência direta, meio físico, mas não  
242delimitou a área, só pegou uma área gigantesca, tinha um mato gigantesco ela  
243botou só o mato no meio, esse foi um estudo. Outro estudo o cidadão botou,  
244definiu um ponto lá e colocou um raio, já Santos e Rio de Janeiro não,

245delimitaram bem a área, justificavam e etc. Então, entre esses banco de dados  
246espaciais pode ocorrer essas inconsistências, mas isso se deve à fonte que a  
247gentes está usando. O ideal mesmo seria fazer um trabalho de campo, mas  
248isso ia custar muito mais, ia demandar um trabalho mais extenso. Então, esse  
249foi o primeiro artefato que a nossa incumbência desenvolveu que é o GIS, o  
250Geographic Information System, o sistema de informação geográfica, 2D e 3D  
251de cada porto. Vou falar agora do banco de dados, onde os dados serão  
252armazenados e o sistema de consulta a esses dados, público, ou seja, pela  
253Internet. A ideia é o seguinte, que o banco de dados, que essa aplicação  
254fiquem armazenadas num determinado local, até o momento está na COP, no  
255IVIG, depois não sei como é que a SEP vai fazer, se vai colocar dentro da SEP  
256ou vai passar isso para o IBAMA, ou vai contratar o SERPRO, uma  
257hospedagem privada. Mas, enfim, mas a ideia é que esse banco de dados e  
258esse sistema ficou hospedado em algum local, evidentemente bem  
259administrado, com suporte adequado e etc., e serem disponibilizado na Internet  
260para a comunidade, para a própria SEP, obviamente, para os portos,  
261instituições de ensino e pesquisa, os licenciadores. E o importante é o  
262seguinte, que esse sistema precisa de uma conta e senha para acessar, mas  
263você não precisa solicitar isso não, você pode fazer o cadastro on-line mesmo.  
264É outra coisa interessante é o seguinte, em função da conta do usuário a cara  
265do sistema muda, algumas funções são habilitadas, outras não, tem usuário  
266que pode modificar dados, outros não. Vou mostrar o sistema agora, como está  
267no momento. A ideia é o seguinte, você acessou o endereço web lá onde tem  
268aplicação. Está um pouquinho fora de foco. Não está dando para ver. Aqui em  
269cima tem um campo aqui que é você para colocar a conta de acesso ao  
270sistema que baixa a senha. A conta é o próprio e-mail que o usuário fornece no  
271cadastro, digamos que chegou aqui agora, você quer acessar o sistema e não  
272tem conta nele, então você clica aqui no novo usuário, faz um cadastro básico  
273aqui, uma justificativa aqui resumida por que é que você quer usar o sistema,  
274clica lá, o procedimento padrão na Internet, você faz o cadastro, o sistema  
275manda o e-mail para a sua caixa de e-mail, você confirma o cadastro lá, e aí o  
276sistema habilita o seu acesso. É importante, embora você não precisa solicitar  
277o acesso, o usuário pode fazer o próprio cadastro dele, é importante a gente  
278manter no sistema quais usuários estão acessando o sistema, até por uma  
279questão de auditoria posterior, quem está mudando o que, quem está vendo o  
280que. A cara da interface é semelhante ao... A gente colocou semelhante ao  
281Outlook, que é uma interface relativamente conhecida dos usuários. É o  
282seguinte, ele entrou aqui, ele mostra a lista de portos que tem base dentro do  
283sistema, dentro desse convênio, quer dizer, na fase atual, são somente esses  
284nove portos aqui. Ele mostra aqui do lado a relação de portos, e em cada porto  
285tem uma série de dados associados, então para cada porto tem isso aqui, tem  
286uma lista aqui com as... Vou mostrar isso mais detalhadamente daqui a pouco.  
287Uma relação de todas as campanhas de monitoramento para a coleta desses  
288dados. Aqui são os dados, são as amostras de sedimentos que foram obtidas.  
289Aqui no futuro, como eu falei, a gente não... O software é um artefato muito  
290complexo para se desenvolver, diz até que é o artefato mais complexo que o  
291homem já criou. Então, quando o engenheiro de software desenvolve o  
292sistema, ele tem que olhar um pouquinho mais para frente, porque segundo a  
293literatura, 3/4 do custo de um software, ao longo da vida útil, são após a  
294primeira versão, são manutenções que você faz, corretiva, perfectiva e etc.,

295então é bom quando você desenvolve um sistema, você olhar um pouquinho  
296mais para frente e ver as possíveis modificações que vai poder sofrer ao longo  
297do tempo, já deixar um... E prepará-lo para facilitar esse trabalho. Então, aqui  
298futuramente você colocar aqui amostragens de água ou outro tipo de dado,  
299você pode colocar aqui. Tem que fazer manutençãozinha básica no sistema,  
300mas a infraestrutura de software já está criada, não precisa refazer tudo de  
301novo. Essa lista de portos aqui, qualquer lista que aparece aqui no sistema, se  
302você quiser, você pode, por exemplo, porto tem uma localização geográfica.  
303Aqui tem um mecanismo que você escolhe as colunas que você quer ver na  
304tela, por exemplo, amostra de sedimentos tem 30.

305

306

307(*Pronunciamento fora do microfone*)

308

309

310**SR. LEONARDO MONTEIRO (COP)** - Eu queria só abrir o mapa com os  
311portos aqui, só para... Toda listagem que tem informação geográfica eu  
312coloquei um iconezinho para você visualizar aqueles dados que você está  
313visualizando em cima de um mapa. O sistema tem um chamado web GIS  
314embutido, onde você pode visualizar nesse web GIS todos os dados com apelo  
315geográfico que são armazenados no sistema. Aqui são aqueles portos que  
316estavam na listagem aqui atrás. Se você colocar mais um porto aqui, quando  
317você clicar aqui vai botar o porto aqui em cima. O interessante é o seguinte,  
318essa base de dados de imagem que está aqui no fundo é do Google, você  
319pode usar do Google, da Microsoft. Tem umas ferramentzinhas básicas aqui,  
320se quiser medir distâncias aqui. Ele mostra aqui no canto a distância e tal. Esse  
321aqui é Salvador, o porto de Salvador, não dá para ver direito porque está em  
322amarelo. A maioria dos portos está no estuário, só tem um porto que está em  
323mar aberto, eu acho que é de Swap que é mar aberto, o resto todo estuário  
324Bahia. Vamos entrar logo aqui na parte de amostras, senão não vai dar tempo  
325de os outros apresentarem. Como eu falei, para cada porto aqui tem esses  
326quatro dados associados. Aqui no Porto de Santos, por exemplo, são  
327campanhas aqui que coletaram os dados. Aqui são as amostras e sedimentos  
328que a gente tem de Santos até o momento, que são 279. Para cada listagem  
329dessa que aparece no sistema você pode escolher as colunas que você quer  
330visualizar. No caso de sedimento tem muito dado. Por exemplo, eu quero ver a  
331data da coleta, a profundidade, quero ver os metais pesados, cádmio. Você  
332clica aqui e ele refaz aquelas colunas. A gente colocou aqui, a gente coloriu  
333algumas células em função daqueles níveis orientadores da Resolução 344,  
334nível um, nível dois, nível de alerta. Então, por exemplo, aqui em Santos, essa  
335amostra aqui está com arsênio acima do nível orientador um. Se você quiser  
336ordenar aqui, por exemplo, digamos você quer arsênio, por exemplo... Eu  
337quero visualizar só o que tiver acima de dez, tem umas ferramentinhas para  
338você filtrar os dados, que tem muito dado. Você pode ir filtrando até chegar no  
339dado que você quer. Eu quero que seja arsênio maior que dez e mercúrio  
340acima de... Deixa-me ver aqui... Então, você pode, dessa tabela gigantesca,  
341[ininteligível] filtros, pode ordenar também, pegar arsênio e botar em ordem  
342decrecente, crescente. Você pode abrir uma amostra dessa aqui, tem uma  
343janelinha que mostra os dados de uma forma mais tabular. Então, aquela  
344amostra que eu cliquei ali tem os dados aqui. Foi tirado do EIA. Portanto, é o

345seguinte, para cada dado a gente colocou a metodologia para medição,  
346avaliação, não sei, que o estudo de onde a gente tirou o dado usou. Não sou  
347especialista na área não, mas acho que isso aí é relevante. Agora uma coisa  
348que a gente tem que levar em consideração quando fala no sistema é o  
349seguinte, o usuário... Isso é dado de literatura, normalmente o usuário tem  
350muita resistência para sair daquela bolha de ferramentas que ele costuma usar,  
351então na área ambiental, por exemplo, o pessoal gosta muito de Excel, de  
352outras ferramentas. Então, você faz um... Mais sofisticado que você faça o  
353sistema, mais bonitinho, mais cheio de ferramentas, o usuário fala: está muito  
354bonito isso aqui, mas eu queria ver isso aqui no meu Excel, porque eu tenho  
355umas fórmulas maceteadas lá, eu faço as minhas distribuições. Então, você  
356tem que reconhecer isso quando faz um software, ainda mais para um público  
357vão variado. Então aqui, por exemplo, se você quiser exportar isso aqui para o  
358Excel você pode, tem um menuzinho aqui. Eu quero ver isso aqui no Excel, por  
359exemplo, então ele vai pegar tudo isso que está selecionado aqui, com esses  
360filtros que eu apliquei e etc., você pode salvar isso aqui, ele pega esses dados  
361todos, salva dentro de uma planilha, você pode salvar no seu computador, e  
362você pode abrir direto no Excel se tiver instalado na sua máquina. O cidadão lá  
363já pode fazer as análises dele no Excel, porque é a ferramenta que ele gosta,  
364se sente mais confortável. No caso dessas amostras tem uma localização  
365geográfica, então se você quiser exportar esses dados para o Google Earth  
366que é uma ferramenta bem usada, você mostrar espacialmente onde estão  
367aqueles dados, você pode também. Vocês conhecem essa ferramenta do  
368Google? Bem interessante. O pessoal usa muito na área ambiental. Então, por  
369exemplo, aqueles dados todos que estão lá selecionados, e jogou lá em cima  
370da base de mapas lá do Google Earth. É exatamente o mesmo, exatamente o  
371mesmo ponto, além de ser os mesmos pontos, quando você clica aqui, ele  
372mostra os mesmos dados que você selecionou lá, se você mudar lá, ela muda  
373aqui, se você fizer outra seleção, novos pontos, se você colocou colunas a  
374mais, colunas a menos, muda aqui também. Como eu falei, o sistema tem um  
375web GIS embutido, se não quiser usar Google Earth e etc., ficar só nessa  
376aplicação aqui, porque tem um botãozinho aqui, mostrar itens no mapa. O  
377Porto de Santos tem um pouco mais elaborado o web GIS. A gente fez o  
378seguinte, a gente pegou parte daqueles dados do GIS a gente colocou aqui. E  
379em cima dessas camadas de dados aqui, você pode pilotar aquelas amostras  
380que você está vendo aqui na tabela, que são esses pontinhos verdes aqui.  
381Então, aqui está a área do porto, a gente fez uma camadas mais óbvias,  
382hidrografia. Uma coisa muito interessante, muito importante que a gente achou  
383aqui no caso de Santos, é identificar as indústrias ou outros empreendimentos  
384que podem gerar ou já geraram algum tipo de poluição. Então, aqui a gente  
385colocou uma camada listando as indústrias. Aqui é refinaria, aqui é Cosipa,  
386essa área aqui eu conheço bem, porque eu faço parte de um grupo da COP  
387que é o grupo de análise de risco tecnológico ambiental, que trata de grandes  
388acidentes industriais, tecnológicos. Então, o nosso grande cliente é Petrobras,  
389Eletronuclear, então Cubatão a gente já mapeou isso aqui com Pick-up, GPS.  
390Essa base, por acaso, a gente já tinha, inclusive, a gente mapeou, isso é dado  
391nosso.

392

393

394**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Leonardo, mais ou menos eu previ uma  
395hora para essa apresentação, já se passaram 30 minutos.

396

397

398**O SR. LEONARDO MONTEIRO (COP)** - Está Ok. Pessoal, então eu vou  
399encerrar aqui, senão não vai dar tempo. Se tiver que mostrar tudo, será duas,  
400três horas aqui. Só para fechar. Tem alguma pergunta?

401

402

403**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Leonardo, só uma coisa, eu acho que  
404talvez a gente pudesse deixar as perguntas mais para o final, senão a gente vai  
405perder certo controle sobre o tempo. Podemos fazer assim? Tem mais uma  
406apresentação de quanto tempo, mais ou menos?

407

408

409**O SR. LEONARDO MONTEIRO (COP)** – Tem mais duas apresentações.

410

411

412**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Isso. Aí depois a gente junta e abre uns 15  
413minutos para esclarecimentos.

414

415

416**O SR. LEONARDO MONTEIRO (COP)** - Está Ok. Muito obrigado.

417

418

419**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Obrigado, Leonardo.

420

421

422**O SR. LEONARDO MONTEIRO (COP)** – Obrigado. Eu que agradeço.

423

424

425**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Quem é a próxima pessoa?

426

427

428**A SR<sup>a</sup>. MÔNICA (Secretaria Especial de Portos)** - Como o Leonardo colocou,  
429a fonte de dados desse banco foi toda proveniente dos estudos de impacto  
430ambiental que foram utilizadas para o licenciamento das dragagens dos portos.  
431Então, realmente não deu para ele mostrar todos os dados aí, mas tudo aquilo  
432que é solicitado, que era solicitado pela Resolução 344, e que constava no  
433termo de referência de cada porto, esses dados estão já inclusos nesse banco,  
434disponíveis para gente trabalhar e dominar o sistema depois, mas tudo ali já  
435estaria compilado para uma análise integrada da situação de cada porto. E  
436agora o professor Delmo vai explicar. Nós consideramos também uma segunda  
437etapa nesse banco de dados, que seria a questão da validação dos dados que  
438constavam nesses estudos, de forma a ver se todos aqueles dados ali  
439aplicados poderiam ser realmente reconhecidos, por exemplo, como  
440indicadores de cada porto. Considerando a metodologia utilizada, o laboratório  
441que foi trabalhado, analisado esses dados, então ele passou também por essa  
442etapa de validação dos dados para ver o que vai poder constar aí no banco,  
443como algo assim referencial também de indicação da situação.

444

445

446 **O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Obrigado, Dr<sup>a</sup>. Mônica. Professor Delmo.

447

448

449 **O SR. DELMO (Instituto de Química)** - Eu sou do Instituto de Química, nós  
450 estamos trabalhando junto com o pessoal do Instituto Virtual Internacional da  
451 parte climática, coordenada pela professora Maria Emília, o professor Pinguelli  
452 e o professor Marcos França. Então, nós ficamos com a parte de validação de  
453 metais. Então, vou fazer uma apresentação objetiva, e vou fazer dentro de uma  
454 sequência por causa do tempo, mas, evidentemente, tanto essa parte que nós  
455 trabalhamos, com a que a professora Márcia [ininteligível] que vai ser um  
456 trabalho apresentado pela professora Bárbara, subsidiam e dão também o  
457 suporte para esse banco de dados que foi apresentado pelo Leonardo. Eu sou  
458 o Delmo, o professor Eike que é mestre, também oceanógrafo, a Edna que é  
459 química e bióloga, a nossa equipe do Instituto de Química que está trabalhando  
460 junto com o pessoal da COP. O nosso objetivo foi avaliar os resultados e as  
461 determinações de metais pesados, e eu quero chamar atenção porque o  
462 arsênio não é um metal, mas ele está incluído, e, na verdade, nós não fizemos  
463 uma validação dos métodos que foram usados, nós fizemos uma avaliação  
464 levando em conta a capacitação dos laboratórios que fizeram as análises e  
465 também os teores que foram encontrados tendo como referência a 344. Então,  
466 nós fizemos o trabalho, avaliação dessas amostras de 2004 e 2009 e como eu  
467 faria referência à 344. Nós estudamos praticamente todos os portos, o trabalho  
468 já está praticamente também concluído em relação a termo de relatório, mas  
469 nós estamos avaliando ainda alguns portos, como, por exemplo de Aratu, mas  
470 nós já concluímos, por exemplo, Santos, já concluímos Rio de Janeiro, já  
471 concluímos praticamente todos, São Francisco do Sul. E eu vou apresentar a  
472 metodologia que nós usamos para fazer o de Santos e mais uns dois aqui só  
473 para vocês terem uma ideia do trabalho que está sendo desenvolvido. Os  
474 metais que nós selecionamos, que estão selecionados, o arsênio e o cádmio  
475 são eles que estão aqui, como o público realmente é diverso, mas todo mundo  
476 está interessado e trabalha na área ambiental. Nós fizemos o seguinte, a  
477 explicação de como é que aparece esses elementos químicos nos sedimentos.  
478 Então, eu fiz uma simplificação, dizendo que de modo geral todos ocorrem  
479 naturalmente em rocha, em minerais, produtos manufaturados e são todos de  
480 importância estratégica, mas eles são podem ser encontradas sob diversas  
481 formas nas áreas portuárias, incluindo o aporte como água das bacias  
482 hidrográficas. Eu queria chamar a atenção que nós tivemos, eu até comentei  
483 com o professor Urbano, uma experiência há pouco tempo, de uma  
484 contaminação muito grande no porto do Rio de Janeiro de alimentos. Só que  
485 esses alimentos 20 mil toneladas que são estocadas a 10 metros de outros 20  
486 mil de minério de chumbo, então fica difícil realmente, o porto mesmo tem que  
487 ter uma administração para saber a compatibilidade das cargas, do material  
488 que é trabalhado no porto. Então, evidentemente muitos desses metais  
489 aparecem porque o porto já trabalha, realmente com materiais diversos e se  
490 não tiver cuidado com [ininteligível] eles vão contaminar. Eu também não vou  
491 falar sobre cada um, mas dá uma clicada em qualquer um. Nós fizemos o  
492 hiperlink. Nós fizemos então, se alguém quiser saber como ocorre cada um  
493 desses elementos, para depois que acabasse essa apresentação, nós

494 poderemos mostrar ou disponibilizar. A metodologia de trabalho. Nós fizemos o  
495 levantamento das referências utilizadas pelos laboratórios executantes das  
496 análises, avaliamos as metodologias empregadas, fizemos uma avaliação dos  
497 resultados das planilhas que foram apresentadas, verificamos os valores  
498 máximos permitidos pela 344, fizemos uma comparação dos resultados,  
499 avaliamos os relatórios o EIA/RIMA, e fizemos uma elaboração do laboratório.  
500 Então, em relação ao Instituto de Química, foi, mais ou menos, a mesma  
501 sequência feita pela Dra. Márcia [ininteligível], a Bárbara, na discussão da  
502 Escola de Química também, então foi essa sistemática que nós fizemos. Os  
503 laboratórios executantes, eu vou colocar só dos três portos, o de Santos foi  
504 [ininteligível], Analítica Solution. Então, nós fizemos o seguinte, para cada um  
505 nós fizemos o levantamento, a capacitação. Então, nós consideramos que  
506 todos eles são capacitados tecnicamente, tem pessoal... Eu vou dizer  
507 habilitado, capacitado e habilitado, porque ele pode ser capacitado, mas não  
508 ser habilitado. Então, tem equipamentos analíticos que atendem ao objetivo  
509 que é determinar pequenas quantidades desses elementos em sedimentos. Eu  
510 não sei se vai conseguir abrir o hiperlink. Abre um só para tentar Não está  
511 abrindo. Mas todos eles têm, por exemplo, o pessoal do Rio, a Analítica  
512 Solution mesmo, a gente tem certificações, creditações do atual INEA, tem  
513 outros laboratórios que tem creditações internacionais. Então, eu diria que  
514 todos os resultados foram feitos por laboratórios que, em princípio, são  
515 validados pela capacitação técnica e profissional dos componentes. Nesses  
516 trabalhos todos são citados, além da Resolução 344 o EPA, o [ininteligível] das  
517 metas, as normas brasileiras, vários livros e artigos científicos. Então, nós  
518 pegamos todos os relatórios e avaliamos as literaturas, fizemos... Depois vou  
519 mostrar para cada elemento qual o tipo de literatura que nós consideramos, se  
520 eles usaram, efetivamente, o que estava determinado pelos procedimentos, a  
521 gente tem que acreditar no resultado. Nós fizemos, como eu falei, avaliação  
522 das metodologias. Então, por exemplo, de modo geral eles usaram o EPA,  
523 então tem os vários, por exemplo, esse método digestão é sedimento, esse  
524 aqui para determinação pelo plasma que é o ICP que é o [ininteligível], esse  
525 aqui foi pela [ininteligível] de mercúrio, então nós verificamos se os métodos  
526 citados eram compatíveis com as análises que foram feitas, e se os  
527 laboratórios, efetivamente, possuíam os equipamentos que foram citados.  
528 Então, por exemplo, esse aqui digestão... Nós já falamos. Então, esse método  
529 eu vou fazer só uma breve apresentação, por exemplo, esse método adequado  
530 pela determinação de todos os elementos que foram objeto do trabalho, então  
531 esse método apresenta os [ininteligível] digestão de [ininteligível], porque, na  
532 verdade, o químico, eu fiz doutorado em química, eu sou químico, então, na  
533 verdade, o problema do químico é abrir adequadamente a amostra, tendo  
534 amostra aberta adequadamente a gente pode dispor de um método que seja  
535 sensível, seletivo, adequado e que o laboratório tenha boas práticas de  
536 laboratório para garantir a qualidade do resultado. Então, esse método prepara  
537 a digestão para a determinação por absorção atômica com chama ou por  
538 plasma. Eu queria dizer, ou forma de grafite também, que no nosso laboratório  
539 tem o ICP, tem todos esses equipamentos, no laboratório de estudo de química  
540 tem em operação. Esse outro, esse método [ininteligível] também prepara,  
541 descreve determinações multielementares para determinação por plasma, e ele  
542 determina os componentes da amostra que foi aberta pelo método também  
543 recomendado pelo laboratório. Então, vai ser rápido por causa do tempo. O

5447471 é para determinação de mercúrio. Então, esse método ele usa para  
545determinação de mercúrio total, orgânico e inorgânico, em solo, sedimentos,  
546então ele descreve esse procedimento para... Aqui está a parte mais química,  
547que eu vou até passar por causa do tempo, mas usaram o método adequado.  
548Aí nós fizemos também o seguinte, para cada porto nós fizemos uma seleção  
549das referências que foram citadas. Então, por exemplo, o Porto de Santos usou  
550basicamente a 344 e esse o EPA. Então, o porto de São Francisco do Sul, nós  
551fizemos a relação também das técnicas e dos procedimentos que foram  
552utilizados. Rio Grande a mesma coisa. Então, para cada porto nós  
553selecionamos, verificamos os elementos e verificamos se a literatura, se a  
554referência estavam validadas para aquele tipo de atividade. Então, isso foi a  
555estratégia geral. Nós fizemos para cada porto e já está praticamente... Tem  
556alguns que nós até já encaminhamos o relatório, e outros estão em fase final,  
557os dados já foram... Como o Leonardo falou, são muito dados, então nós  
558tentamos simplificar e fazer uma avaliação mais específica. Em relação ao  
559Porto de Santos, eu vou fazer só... Falar da metodologia de amostragem, eles  
560usaram [ininteligível] de modelo [ininteligível] deles diferentes tipos, e foi  
561comentado até que o professor Eike fez essa observação que eles podiam  
562utilizar dragas de tipo [ininteligível] para poder fazer a coletas de amostra.  
563Então, as mostras coletadas adequadamente. E metais considerados, aqui são  
564os níveis da 344 para o nível um água salina, salobra, nível dois, então para  
565cada tipo, para cada tabela, para cada resultado nós estamos sempre  
566comparando esses valores. Então, olha só, como eu falei, são dezenas de  
567tabelas, e não seria cansativo falar cada tabela. Então, vou mostrar uma e foi  
568assim que nós fizemos todas as demais. Então, nós fizemos o seguinte, por  
569exemplo, em março a amostra foi coletada na superfície, nós fizemos dos  
570metais, os pontos de coleta e as coordenadas correspondentes a cada ponto.  
571Então, em cada tabela nós fizemos de todas as literaturas colocamos só o  
572mercúrio. Então, por exemplo, quando nós colocamos os valores da 344 ficou  
573muito fácil, mas eu podia botar outras formas para mostrar graficamente, mas  
574como é um trabalho que vai subsidiar uma mudança com os dados do banco  
575de dados e as tabelas a pessoa vai ver número, não vai ficar interpretando  
576daqui para cima, olha o nível, vai ser objetivamente, o valor é 015 aqui,  
577evidentemente, na tabela nós temos média, temos desvio padrão, nós fizemos  
578o trabalho estatístico simplificado. Olha só, a 015 até a 018 está fora, então não  
579precisa aqui aplicar nenhum teste de análise de variância, nova ou os  
580[ininteligível] de método, está fora, de [ininteligível] para [ininteligível] de  
581valores, porque cada amostra é cada amostra. Esse aqui nós fizemos para  
582todos os gráficos, são dezenas de gráficos. Abril. Então, nós fizemos essa  
583mesma sistemática, e reparem bem, todos os elementos determinados se  
584encontravam abaixo do nível um. Isso em abril, a meio metro de profundidade,  
585todos se encontravam abaixo do nível um, aqui é um metro, todos encontrados  
586próximo ao ponto, todos, com exceção do níquel. Então, nós fizemos isso para  
587cada um e tem no final... Nós vamos chegar ao final a um quadro resumo e que  
588nós vamos saber [ininteligível] de tantos testes coletados a incidência, a  
589frequência maior dos que são contaminantes de sedimentos. E nós ficamos  
590até... Eu, por exemplo, não sabia, a gente observa uma produção de mercúrio,  
591por exemplo, em arsênio em quase todos os portos, alguns outros elementos,  
592isso vai servir como referência para que as autoridades portuárias façam  
593estudos para verificar a fonte dessas preleções que eu acho que é importante

594isso. Então, por exemplo, janeiro agora vai ser rápido, porque vai ser a mesma  
595sistemática, janeiro todas estavam em concentração aos inferiores. Então,  
596fizemos esse levantamento. Aqui 2005 todos em concentrações inferiores.  
5972006 nós fizemos as sessões desde o canal de acesso, superfície sobre  
598superfície, esses elementos estavam em concentrações, exceções arsênio e  
599cádmio na superfície, ele podia ter dado, realmente pegar o ponto, não sei se  
600ele já lançou isso no sistema, ele consegue saber naquele ponto da sessão  
601dois, ele consegue saber qual o teor de arsênio que foi encontrado. Essa é a  
602vantagem do trabalho que ele fez. Aqui nós fizemos o EIA/RIMA. Então,  
603reparem bem, em dez pontos o arsênio apareceu, mercúrio nove, teve  
604concentrações superiores. Então, nós fizemos esse estudo desse tipo  
605subsidiando, fornecendo informações para o banco de dados. Agora nós  
606também observamos, isso vai ter que ser previsto na resolução, quando vocês  
607fizerem, o problema de como expressar, então, por exemplo, no cádmio nós  
608encontramos valores como menos que 078, e nós achamos estranho porque as  
609metodologias analíticas que são disponíveis nos equipamentos, eles permitem  
610determinar com grau de incerteza, para dizer que ele achou... Esse menos 078  
611ficou muito, mesmo estando abaixo do limite, poderia ser determinado  
612exatamente devido à capacitação analítica do laboratório. No caso do mercúrio,  
613por exemplo, nós temos resultado menor que 016 que são superiores ao valor  
614de 015. Então, nós fizemos isso para cada porto e é o que ele tem no banco de  
615dados, mas esses dados estão todos apresentados nos relatórios e também  
616nessa apresentação.

617

618

619(*Pronunciamento fora do microfone*)

620

621

622**O SR. DELMO (Instituto de Química)** - É nossa. Essa é CONAMA. São Paulo  
623tem um grande interesse, porque o Porto de Santos é um dos maiores do  
624Brasil, então eles têm que seguir bem. Nós fizemos então... Já estou chegando  
625quase a 2009, então reparem bem. Em 2007, por exemplo, todas as análises  
626mostraram que os valores estavam abaixo dos limites estabelecidos pela  
627Resolução 344, seria interessante então... Reparem que tem uma variação da  
628incidência, da ocorrência dessas... Não que a gente chama de  
629inconformidades. 2008. Nós verificamos fevereiro as superfícies eram um  
630metro, dois metros, março as superfícies era um metro, dois metros,  
631concentrações superiores, a [ininteligível] era mercúrio [ininteligível], na  
632superfície é arsênio, mercúrio, níquel, etc. e tal, arsênio, esses metais entre um  
633e dois, e março arsênio foi o único em concentração superior. Em fevereiro a  
634superfície não era boa, os valores da concentração de arsênio e mercúrio  
635superior da resolução. Aqui praticamente eu não quis fazer direto, mas podia ir,  
636ter apresentado o que eu falei aqui em pouco mais de dez. Nós fizemos um  
637resumo, em 2004 nós tivemos doze coletas, não conforme foram quatro e os  
638elementos foram níquel e mercúrio. 2005 e não teve nenhuma inconformidade,  
639estava tudo bem. Usamos o EIA/RIMA, número de coletas 35, 24 não  
640conformidades, só a frequência foram desses três, então talvez a gente tenha  
641que verificar realmente esses que são mais frequentes, tentar localizar as  
642fontes poluidoras para poder trabalhar em cima desses. A técnica que trabalha  
643com a gente fala assim: poxa os valores estão tão altos e os valores do

644CONAMA são tão baixos, não podia aumentar? Eu falei: não, tem que  
645descobrir a poluição, diminuir a poluição, porque a 344 foi feita com base na  
646resolução do Canadá e dos Estados Unidos que não sei se a relação à  
647ecotoxicologia e a presença de substâncias orgânicas que a professora  
648Bárbara vai falar tem influência, mas eu acho que a gente não deve diminuir o  
649valor da resolução, mas verificar quais são os poluidores industriais, ou sei lá  
650qual o tipo de poluição, e manter os valores e rever esses valores, porque são  
651interessantes. Então, eu coloquei aqui, isso em relação a 344, e isso em  
652relação ao Porto de Santos. Agora vou falar objetivamente do Porto de São  
653Francisco do Sul. Eles fizeram usando a draga modelo [ininteligível], sem usar  
654testemunhas, então o tipo de análise foi feito com o Petersen e os testemunhos  
655dois. Vai ficar também objetivo, porque o arsênio em junho fundo superior ao  
656da resolução. 2008 no fundo outubro e novembro, níquel. 2009 fizemos esse  
657arsênio e cobre, nesses meses considerados, foi uma poluição, na verdade, a  
658poluição eu fiz essa avaliação, e me parece menor do que em relação a  
659Santos. Rio Grande eles fizeram a coleta usando [ininteligível]. E nós fizemos  
660também esse quadro, concentração superior da Resolução 344. Nós fizemos  
661assim, janeiro de 2006 só esses dois, março esses de 2006, 2007 não  
662aconteceu, estava tudo bem, e vocês estão vendo que sempre a frequência de  
663alguns elementos é bem evidente. E esses outros elementos estavam em  
664concentrações interiores ao nível um. Esse aqui foi nesse ano de 2009,  
665novembro, e não houve determinação de arsênio. Então, essa apresentação  
666em relação ao nosso trabalho feito lá com o pessoal da COP e utilizando a  
667nossa capacitação também, porque o nosso laboratório tem trabalhado  
668bastante com o índice de qualidade água e também com problema de bacias  
669hidrográficas e parques nacionais. Nós temos aquela autorização do IBAMA,  
670nós fizemos trabalho no Parque Nacional da Tijuca, fizemos no Parque  
671Nacional da Serra dos Órgãos, fizemos em Itatiaia, fizemos também agora um  
672parque relativamente novo, parque estadual do [ininteligível], sempre  
673trabalhando com águas. Então, de qualquer modo, apesar de não ter análise  
674de água, nesse trabalho, a nossa capacitação facilitou a elaboração desse  
675trabalho junto com o pessoal da COP que a gente agradece muito a confiança,  
676e a vocês também. Obrigado.

677

678

679**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Obrigado, professor.

680

681

682**A SR<sup>a</sup>. BÁRBARA (COP)** - Bom dia. Meu nome é Bárbara. Eu faço parte da  
683COP. E eu vou apresentar brevemente. Eu sei que a gente já está no limite do  
684horário. Eu vou apresentar, na verdade, a parte de validação das análises de  
685substâncias orgânicas e a validação das análises ecotoxicológicas. Então, esse  
686trabalho foi realizado juntamente com o IVIG. Validação é a comprovação  
687através de fornecimento de evidência subjetiva de que os requisitos para  
688aplicação do uso específico foram atendidos. Então, a validação tenta  
689demonstrar que o método é adequado para o propósito que ele se destina e  
690suficientemente rigoroso para dar resultados confiáveis para o fim em vista.  
691Então, a etapa de validação consistiu em validar os laboratórios que realizaram  
692as análises para cada campanha, se os mesmos apresentam as certificações,  
693qualificação técnica para execução das análises, a validação dos métodos

694utilizados, a validação dos dados, e, por fim, nós fizemos uma breve  
695comparação dos níveis de alerta com o CONAMA 344. Então, validação do  
696laboratório consiste em mostrar a competência técnica, a confiabilidade e a  
697credibilidade através do uso de procedimentos, rotinas e métodos apropriados,  
698e o credenciamento do laboratório junto ao órgão regulatório. A validação dos  
699métodos, se eles são seletivos, têm capacidade de detectar as substâncias  
700para a qual eles foram utilizadas, se eles apresentam especificidades, a  
701capacidade em detectar uma substância de interesse na presença de uma  
702matriz de vários compostos, e limite de quantificação, menor concentração da  
703substância que pode ser quantificada na amostra. A validação dos dados  
704consistiu em avaliar o valor obtido para cada análise, e o limite de quantificação  
705daquele método. Então, os parâmetros que estiveram acima do limite de  
706quantificação foram todos validados, parâmetros abaixo do limite de  
707quantificação também foram validados em função das técnicas de extração  
708sólida que concentra as amostras, que permite a obtenção de valores abaixo  
709do limite de detecção, e os parâmetros com limite de quantificação que não  
710foram especificados pelos laboratórios, esses não puderam ser validados ou  
711analisados. E, por fim, nós fizemos essa comparação das concentrações  
712encontradas para cada parâmetro nas campanhas, e os níveis de alerta do  
713CONAMA. O exemplo de Porto de Santos, as campanhas analisadas, os  
714laboratórios, todos com certificação, o que ratifica a credibilidade e  
715confiabilidade desses laboratórios. Os métodos foram todos da EPA para  
716pesquisa de organoclorados, para PCBs, hidrocarbonetos aromáticos  
717policíclicos, e todos esses métodos são seletivos para os parâmetros que  
718foram avaliados. E cada laboratório deve estabelecer o seu próprio limite de  
719quantificação. A validação das análises, da campanha do EIA/RIMA/2007  
720foram desenvolvidas no laboratório executadas pelo Corplab, Ecolabor e  
721Control Lab, todos os pesticidas organoclorados foram validados e os PCBs  
722validados, exceto os [ininteligível] policloradas pela Ecolabor, porque não  
723apresentou o limite de quantificação. Os HPAs foram validados, exceto a soma  
724de HPAs porque também não apresentou limite de quantificação. O resultado  
725aqui, a comparação com o CONAMA 344, no caso do EIA/RIMA, no ano de  
7262006 o de Benzoantraceno e a Acenafteno com alguns valores entre níveis um  
727e dois, de zero a um metro todos os parâmetros abaixo do nível um. No ano de  
7282007 superfície, o Benzoantraceno, Benzopireno, Acenafteno, Floreno com  
729alguns valores entre os níveis um e dois, de zero a um metro Benzoantraceno,  
730Benzopireno, Crizeno entre níveis um e dois, de um a dois metros alguns  
731valores também entre o nível um e dois. A validação das análises na campanha  
732até um e dois desenvolvidos pelo Ecolabor, [ininteligível] organoclorados  
733validados, PCBs validados, enfim, isso aqui vou passar rápido em função do  
734tempo. Para outra campanha sessões um, dois e três validados, exceto a soma  
735de HPAs porque não teve limite de quantificação. Então, aqui o Porto do Rio de  
736Janeiro, não vou nem entrar em detalhes, em função do tempo, eu vou partir  
737para a análise ecotoxicológica. Então, foram realizadas análises  
738ecotoxicológicas no Porto de Santos, usando dois organismos, dois ensaios  
739diferentes de ecotoxicidade com toxicidade crônica, avaliar o efeito em longo  
740prazo, em concentrações baixas do efeito causados nesses organismos a  
741longo prazo e tiburonella viscana que é o anfípoda, um ensaio agudo. A  
742validação aconteceu da mesma forma, a validação dos laboratórios todos,  
743todos foram validados, os métodos todos também validados, são seletivos,

744enfim. A adequação dos organismos testes e a padronização dos métodos  
745servem para esse fim, foram todos validados também. E, por fim, partimos para  
746a validação dos dados que é a verificação das análises físico-químicas, enfim,  
747da água, e o perfil mesmo de efeito sobre esses organismos vivos, morte,  
748desfecho avaliado. Então, aqui a gente tem que, é uma tabela, um resultado  
749geral, na campanha EIA/RIMA de 67 pontos experimentais, 59 foram validados,  
750os que não foram validados foram em função de faltar réplica, o valor de  
751oxigênio dissolvido esteve abaixo do limite estabelecido pelo método utilizado.  
752Enfim, as campanhas, no geral, foram validadas, as análises. E aqui só para  
753gente ter uma ideia em relação à toxicidade. Então, a EIA/RIMA de 2006 é NT  
754não tóxica, em amarelinho todos os pontos tóxicos, e aqui um resumo, aqui de  
7552007, em vermelho as amostras que não foram validadas. Então, em 2006 a  
756gente tem... Nós tínhamos aqui quase meio a meio de toxicidade para esse  
757organismo que é o litequinos variegatus e o que aumentou um pouquinho em  
7582007. E aqui para tiburonella viscana, também esses pontos não foram  
759encontrados, parece que têm dados faltando, não puderam ser validados,  
760juntamente com os vermelhos, toxicidade em amarelo, e aqui a gente encontra  
761em 2006, a gente apresentava... Encontrou o menor número de toxicidade  
762quando comparado a de 2007, por isso que aumentou bastante. Então, os  
763métodos são seletivos, enfim, aqui são as recomendações mesmo em função  
764dos ensaios de toxicidade, ter cuidado com as amostras, talvez com a  
765quantidade de sedimento que é coletada, porque caso precise repetir algum  
766ensaio, tem que ter sedimento suficiente para repetir. E é isso.

767

768

769**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Obrigado, professora Bárbara. Vamos abrir  
770agora acho que uns 15 minutos, 20 minutos para esclarecimentos. Nós  
771tínhamos já um pedido aqui, o João. Não sei se alguém quer já pedir a palavra,  
772por favor, só levante a mão que eu anotarei. Dr<sup>a</sup>. Patrícia. João.

773

774

775**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** - Bom dia. João Carlos de Carli,  
776CNA. A minha primeira pergunta é ao colega. Quando é que esses dados que  
777você apresentou, porque eu vi que era um site, mas pelo que a gente dava  
778para ler ali era um hotspot, acho que não deveria ainda estar disponível.  
779Quando é que vocês vão disponibilizar todos esses dados ao público?

780

781

782**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Por favor, falar ao microfone que está  
783sendo gravado.

784

785

786**O SR. LEONARDO MONTEIRO (COP)** - Olha até dezembro, o trabalho  
787termina em dezembro, então até dezembro está tudo pronto. Tanto o GIS,  
788quanto o banco de dados. A partir de dezembro. A SEP... Tem um site que a  
789SEP já... O software vai sendo produzido, as versões vão sendo produzidas, a  
790SEP tem um site público e ela acessa, mas é só para a SEP checar o  
791andamento do trabalho. Mas a princípio o trabalho terminando em dezembro  
792ficará disponibilizado em dezembro, a SEP disponibilizaria o endereço,  
793obviamente.

794

795

796 **O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Obrigado, Leonardo. Dr<sup>a</sup>. Patrícia.

797

798

799 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA BOSON (CNT)** - Bom dia a todos. Primeiramente dar  
800 parabéns à equipe, esse trabalho com software, especialmente, acho que  
801 quanto mais a gestão seja ambiental, a gestão usa desses instrumentos, acho  
802 que facilita muito a vida de todos, dos empresários, do próprio gestor. Então, é  
803 muito interessante. A minha fala diz respeito ao tema nosso, à ferramenta e ao  
804 nosso tema que é 344. Então, não sei se a pergunta seria propriamente até  
805 para os próprios apresentadores, mas talvez uma pergunta posta para nós aqui  
806 em termos de reflexão. A primeira delas é que toda a apresentação e todo o  
807 esforço são para portos marinhos, e nós temos os portos fluviais, então a gente  
808 já tem que começar a pensar, refletir sobre se fazemos uma única resolução  
809 com dois capítulos ou realmente separado, se é possível, e aí para o próprio...  
810 Esse moniport atender portos fluviais, se ele poderia ser estendido a portos  
811 fluviais, e se isso não seria o caso desse compartilhadamente entre SEP e o  
812 Ministério dos Transportes para essa questão dos portos fluviais. Esse é um  
813 ponto. Outro ponto é sobre a questão dos dados em si, a validação dos dados  
814 que foram retirados do EIA/RIMA e ver como eles foram tratados, e aí tudo  
815 tecnicamente muito bem feito, eu não sou da área, mas a gente sabe os  
816 métodos de validação e tudo, a gente entende um pouquinho e está tudo bem.  
817 Mas daí a fazer a nossa tabela que está na 344, a tabela que, inclusive, era  
818 realmente o alvo da revisão, é um pulo, é um pulo grande, não sei se a gente  
819 tem que partir, o Volney e eu hoje conversávamos mais cedo, antes de todos  
820 chegarem, se não temos que partir para uma elaboração de valores de  
821 referência, alguma coisa assim para, efetivamente, transformar essa questão  
822 dos dados numa gestão, porque daquilo você vai dizer qual é a destinação,  
823 como é que você deve fazer a dragagem, etc. e etc., quer dizer, eu acho que a  
824 gente ainda está precisando de talvez encontrar um caminho para toda essa  
825 boa, bela ferramenta desenvolvida, estão todos de parabéns, realmente possa  
826 se transformar num instrumento de gestão conforme está previsto na 344. E  
827 então as minhas colocações iniciais são essas. Obrigada.

828

829

830 **O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Obrigado, Patrícia. Vou fazer uma rodada.  
831 Tem mais três inscrições, o Maurício da ANAMA, o Elias da ABEMA Espírito  
832 Santo, e o Alonso da ABEMA São Paulo, e depois o Solon. Então, Maurício. E  
833 aí depois os professores fazem comentários gerais.

834

835

836 **O SR. MAURÍCIO LOBO (ANAMMA Nacional)** - Realmente parabéns à  
837 equipe, o trabalho é bastante interessante. Eu vi recentemente um trabalho no  
838 Porto de Hamburgo, não com tanto detalhe, mas acho que a gente não está  
839 nada fora do que está se fazendo aí no mundo em relação a essas análises. A  
840 minha preocupação não encaixa muito ao ver na Resolução 344, mas que  
841 forma a gente tem muitos desses portos em área urbana e grande parte desses  
842 portos, acho que todos sabem começam a fazer o desenvolvimento urbano, de  
843 uso mais urbano dessas áreas. Se esses dados que têm de análises de coletas

844feitas existem também na área de entorno, ou se isso pode ser incorporado,  
845porque certamente essas áreas de desenvolvimento urbano, o Rio de Janeiro,  
846certamente, você conhece, tem um projeto bastante amplo na área portuária  
847que vai mexer em parte, por exemplo, de hidrologia e de contaminação em si.

848

849

850O **SR. LEONARDO MONTEIRO (COP)** - Como eu falei durante a  
851apresentação, o banco foi feito já pensando, todo o software pensando no  
852futuro, você vislumbrar que a manutenção pode ser feita no futuro. Então, você  
853pode incorporar no sistema, dentro do banco de dados novos tipos de dados,  
854não só sedimentos, qualidade da água, coisas no entorno, poluição no entorno,  
855pontos de poluição. Então, é possível fazer isso no software, não seria muito  
856difícil porque a infraestrutura de software já está pronta para fazer isso.

857

858

859O **SR. MAURÍCIO LOBO (ANAMMA Nacional)** - Pois é, eu acho isso  
860extraordinário, inclusive, para balizar um pouco, direcionar um pouco,  
861direcionar no sentido de você não repetir dados que já existem, esse negócio  
862de EIA/RIMA que sai fazendo coleta no banco de dados, a gente pode  
863incorporar num instrumento como esse um conhecimento muito maior.

864

865

866O **SR. LEONARDO MONTEIRO (COP)** - Eu gostaria até que os EIA/RIMAs  
867pensasse um pouco essa parte espacial, porque a gente notou no trabalho,  
868como eu falei, a gente analisou todos os EIAs e relatórios. Então cada EIA  
869mostra atividade espacial de forma diferente, então não tem um padrão. Eu sei  
870que a itenação do EIAs e etc. segue um padrão, agora quando o cara  
871apresenta o relatório e entrega, é uma salada. Dificulta para quem vai usar o  
872dado depois.

873

874

875O **SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Dr. Elias, ABEMA.

876

877

878O **SR. ELIAS (ABEMA-ES)** - Em primeiro lugar realmente eu vou na mesma  
879linha dos meus colegas aqui, o pessoal da UFRJ, COP, SEP, está de  
880parabéns, estou muito satisfeito com o que eu ouvi aqui. Até porque fico mais  
881feliz ainda, porque eu também fui aluno da UFRJ, Escola de Química, sou  
882engenheiro químico, então fico mais feliz ainda. Em segundo lugar eu pergunto  
883à SEP quem vai ser o gestor da alimentação desse banco de dados? Esse é  
884um ponto. Outro ponto mostrou que o Leonardo levantou uma bola aqui com  
885relação às discrepâncias de EIA/RIMA, isso pode nos levar junto com o MMA,  
886IBAMA a criar padrão de TR, então o termo de referência pode conduzir para  
887que tudo seja padronizado e esses dados sigam um padrão, e também é  
888interessante quando você disse que o software prevê a entrada de outras  
889sistemáticas de dados, seja porto fluvial, seja análise de água. Então, enfim, eu  
890acho que está de parabéns e a gente vai ter uma boa condução desse  
891processo todo. Muito obrigado.

892

893

894 **O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Mônica, depois você responde no final, as  
895 considerações finais você faz, os professores. Dr. Alonso, ABEMA do Estado  
896 de São Paulo.

897

898

899 **O SR. CLÁUDIO ALONSO (ABEMA-SP)** - Efetivamente, o trabalho é muito  
900 interessante, bastante detalhado, algumas questões que são colocadas,  
901 principalmente no caso do metal, nós estávamos comentando aqui, é se o tipo  
902 de abertura realmente... E eu acho que o software é interessante, e etc., mas  
903 algum detalhamento é importante, agora eu sou químico, vou falar que o  
904 químico é mais importante, mas os tipos de abertura de amostra se elas são  
905 comparáveis para gente ter uma leitura comparativa entre os portos, porque  
906 principalmente no caso do metal, se você abre mais, ou abre menos a amostra  
907 você tem resultados que não são comparáveis. Isso é uma primeira questão.  
908 Uma segunda questão que me preocupou um pouco é que, às vezes, alguns  
909 comentários feitos se referiam a quem contaminou. Isso é um trabalho que,  
910 pelo menos, em São Paulo a gente desenvolve bastante para que essa  
911 contaminação não continue, mas o objetivo nosso, nesta resolução, não é  
912 saber quem contaminou, mas é como, ao remover aqueles sedimentos, que  
913 destinação dá e qual a forma correta, inclusive, da própria remoção. E sobre o  
914 comentário da Patrícia, eu acho que os marítimos estão tendo certa  
915 preferência, e acho que Santos tem forçado muito isso, porque vocês viram  
916 alguns, até eu vi alguns comentários aqui, o tamanho do canal lá é muito baixo,  
917 a região da Cosipa está completamente, praticamente impossível de passar na  
918 violi(F), está tudo sedimentado, há necessidade urgente, inclusive, tem  
919 trabalhos já sendo feitos, o marítimo está sendo dado prioridade por causa  
920 disso, agora isso impede que se faça também dos fluviais, e em São Paulo a  
921 gente já tem não publicada, mas uma resolução pronta para, digamos assim,  
922 portos internos, mas que não seja marítimos, tem o mesmo nível de  
923 complexidade, o mesmo nível de preocupação, mas nem todos tem uma  
924 Cosipa ou um Cubatão do lado para gente se preocupar tanto.

925

926

927 **O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Obrigado, Alonso. Na fala do conselheiro  
928 Solon, se alguém quiser fazer alguma inscrição ainda, eu peço que faça,  
929 porque depois eu vou passar para as considerações finais da Universidade,  
930 Secretaria de Portos. Solon.

931

932

933 **O SR. SOLON FAGUNDES (FURPA)** - Bom dia, Solon Fagundes, Furpa,  
934 representação das ONGs do Nordeste. Realmente ninguém colocaria dúvida  
935 na qualidade do trabalho que foi apresentado, da ferramenta que vamos ter à  
936 disposição para subsidiar melhor. Agora gostaria de lembrar as membros  
937 dessa Câmara Técnica que a solicitação da revisão da 344 foi com base na  
938 correção de uma tabela, porém, como já teve todo aquele trabalho do GT,  
939 tiveram outras conclusões, e que foram aceitas por essa Câmara Técnica,  
940 foram apresentadas, pelo menos, não me lembro de nenhuma crítica de que  
941 não pudesse ser seguida determinada orientação. Então, esse é o meu  
942 comentário no sentido de que a gente continue fazendo esforço de manter o  
943 link com esse trabalho, aquele seminário que era importante, aquela discussão,

944mas grandes conclusões do GT anterior da 344 era de que não era só tabela,  
945que aquela revisão não era só tabela, então outras coisas precisavam ser feitas  
946na resolução. Então, é isso que eu gostaria de delinear. essa ideia para que  
947não fosse esquecido esse trabalho que já foi feito e esses recursos que já  
948despendemos. Obrigado.

949

950

951**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Obrigado, conselheiro Solon. Eu abro para  
952as considerações finais dos professores da Secretaria de Portos. Dr. Urbano.

953

954

955**O SR. URBANO (Secretaria Especial de Portos)** - Eu vou aqui tentar colocar  
956esses pontos que foram levantados pela Câmara, algumas idéias. A questão  
957dos portos fluviais, o Ministério dos Transportes tem lá os seus estudos, eu não  
958sei realmente a questão de nos últimos anos como é que estão sendo  
959realizadas, em que rios essas dragagens, em que portos correram, se há a  
960intenção de fazer um banco de dados, algo próximo do que está sendo feito  
961para os portos marinhos. Isso pode dar sugestão de uma ideia de talvez se ter  
962no GT, se ele agora for reavivado um subgrupo específico para portos fluviais,  
963que trate da matéria com as nuances que ela exige. Nos portos fluviais, é bom  
964lembrar que a questão do uso múltiplo da água também é importante, que as  
965dragagens têm necessidade de considerar elementos das bacias hidrográficas  
966onde esses portos estão inseridos. Na questão da tabela, nós não podemos  
967garantir que vai ser possível alterar dados da tabela, nós não temos os  
968levantamentos, temos muita informação. Agora é exatamente no âmbito do  
969grupo de trabalho que isso terá que ser avaliado, não é agora que a gente vai  
970poder falar isso, se for viável alguma coisa vai se propor, se não for viável vai  
971se manter. Em relação à padronização dos EIAs tem uma questão que  
972depende muito do órgão licenciador. Nós já consultamos o IBAMA, mais de  
973uma vez, sobre essa questão do licenciamento dos portos marítimos, se eles  
974têm tem sido feitos, em geral, pelo IBAMA, mas há casos de licenças estaduais  
975também. Então essa padronização precisaria ser buscada dentro do próprio  
976SISNAMA, é outra questão que não tem a ver com a resolução em si. Da  
977mesma forma a questão das áreas contaminadas, de quem contamina,  
978também não cabe na resolução, mas é importante que esse banco de dados, à  
979medida que ele vá trazendo dados novos, que subsidie os órgãos ambientais  
980para que procure nas suas áreas de interesse realmente os possíveis  
981contaminadores, até para poder cobrar ações e cobrar, não cabe também na  
982resolução, não é esse o objetivo da resolução, mas o banco de dados pode  
983auxiliar nessa questão. Com relação à revisão da resolução em si, nossa  
984opinião...

985

986

987**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Dr. Urbano, eu tenho uma questão de  
988ordem só. É que nós estamos encerrando a apresentação, até para liberar os  
989nossos colegas da universidade, a gente vai abrir essa discussão depois sobre  
990a questão de revisão, que tem a ver com a questão da 421, aí eu queria poder  
991até encaminhar esse assunto para gente organizar a discussão. Senão nós  
992vamos criar... Eu queria encerrar esse primeiro ponto, e aí porque eu tenho  
993mais uma inscrição do Dr. Jairo que vai à direção, e tem algumas perguntas

994que foram feitas para os professores que eu gostaria que eles respondessem,  
995para gente poder organizar a reunião. Era essa a minha preocupação.  
996Desculpe, Dr. Urbano. O senhor conclui e eu não queria abrir essa discussão,  
997eu estou já avisando para que não venham mais intervenções nessa direção.  
998Por favor, obrigado.

999

1000

1001**O SR. URBANO (Secretaria Especial de Portos)** - Eu apenas estou  
1002comentando dos comentários que foram feitos, esses comentários que eu  
1003estou fazendo realmente não cabe mais à SEP, do que à COP. E com relação  
1004à revisão a nossa opinião é que ela tem que ser mais abrangente do que  
1005simplesmente uma revisão eventual da tabela.

1006

1007

1008**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Obrigado, Dr. Urbano. Dr. Jairo do  
1009Ministério dos Transportes.

1010

1011

1012**O SR. JAIRO (Ministério dos Transportes)** - Bom dia. Jairo, Ministério dos  
1013Transportes. Parabéns à SEP pelo trabalho, à COP também, enfim, quem  
1014realizou. Mas nós temos... Eu acho que é importante nós estarmos agregados  
1015a partir desse levantamento, eu acho que nas hidrovias interiores, nos portos  
1016interiores, também esse trabalho pode ser estendido, sim, nós temos na parte  
1017hidroviária interior, são oito administrações hidroviárias espalhadas pelas  
1018bacias hidrográficas, que acompanham, eu tenho a gestão disso, e elas tem  
1019também lá exemplo dos portos EIA/RIMA, vários estudos ambientais que  
1020poderiam ser utilizados como insumo para esse estudo. Eu acho que é de  
1021interesse de todos, o Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA, o Ministério dos  
1022Transportes, a ANTAC, está aqui também presente para participar disso. Eu  
1023acho que é um esforço que começa e a gente poderia nessa formação de  
1024banco de dados, as informações seriam úteis, porque realmente há muitos EIA/  
1025RIMAS e outros estudos ambientais disponíveis aí. Só isso nessa fase.  
1026Obrigado.

1027

1028

1029**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Obrigado, Dr. Jairo. Eu abro então a  
1030palavra aos professores, para o Leonardo, para o professor Delmo, a  
1031professora Bárbara e Mônica, se vocês querem fazer alguma consideração  
1032final para eu encerrar, vamos dizer assim, essa sessão aqui desse ponto de  
1033pauta. Por favor, disponibilizar o microfone para a Dra. Mônica da Secretaria de  
1034Portos.

1035

1036

1037**A SR<sup>a</sup>. MÔNICA (Secretaria Especial de Portos)** - A apresentação pareceu  
1038longa, mas a gente quis mostrar, pelo menos, as etapas que compreende esse  
1039estudo, que não consiste em si só a elaboração de um sistema para a  
1040compilação dos dados já obtidos de EIA/RIMA, mas passou por essa etapa  
1041anterior de validação, de análise dos procedimentos que geraram aqueles  
1042dados, para que depois fossem inseridos nesse banco de dados. Isso tem  
1043sempre se discutido muito que um estudo ou um EIA/RIMA apresenta dados

1044que, de repente, há um comprometimento com o laboratório em que adotou na  
1045etapa de análise. Então, a gente teve essa preocupação para mostrar que não  
1046é só a compilação dos dados ou EIA/RIMA, houve também um processo de  
1047análise da representatividade, da validade desses dados antes inseri-los,  
1048porque eles começam aí a gerar uma caracterização, sim, de cada porto, vai  
1049entrar uma caracterização de sedimentos e de vários outros valores do porto  
1050de forma eles poderem ser adotados como referência mesmo, de uma  
1051caracterização desses portos. Vocês viram aí que o número de dados  
1052realmente é enorme, e isso aí representa o que hoje temos em termo de  
1053referência na solicitação de um EIA/RIMA de portos, você tem aí realmente o  
1054número de dados, o arquivo que a gente está gerando para cada porto, está  
1055sendo muito grande, isso até talvez até reavaliar também esses temos de  
1056referência que a gente tem para execução de licenciamento das dragagens.  
1057Então, mostrando essas realidades e agora a gente está compilando, fazendo  
1058essa compilação de dados desses portos todos, nós temos como começar  
1059fazer uma análise comparativa também, se temos situação semelhante, se  
1060temos situações diferenciadas, e de que forma poder tratar cada um deles  
1061depois nos seus processos de licenciamento.

1062

1063

1064**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Obrigado, Mônica.

1065

1066

1067**A SR<sup>a</sup>. MÔNICA (Secretaria Especial de Portos)** - Nós já estamos fazendo  
1068um aditivo, estamos com a intenção de já aditar esse contrato com a COP para  
1069inserir o maior número de portos, a primeira intenção da gente é, talvez,  
1070ampliar esse universo que já está aí no banco de dados.

1071

1072

1073**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Obrigado. Não sei se ficou algum  
1074comentário em relação às observações que os conselheiros fizeram aqui, para  
1075ser respondido pelos professores. Se não ficou nenhuma pendência, acho que  
1076qualquer contato depois pode ser feito com os professores, com a Dra. Mônica  
1077que está aqui. Então, nós iríamos concluir esse ponto, eu acho que tem que  
1078registrar aqui o excelente trabalho que está sendo realizado pela COP e  
1079contrato pela Secretaria de Portos, a gente vê um potencial que existe nos  
1080estudos ambientais que têm sido feitos, e da importância de nós criarmos um  
1081sistema nacional de informações ambientais que funcione e que, vamos dizer  
1082assim, gere informação para gente agregar inteligências no processo de gestão  
1083ambiental. Então, eu acho que nós temos aí um exemplo de como se pode  
1084utilizar, do potencial que tem e me parece que essa é uma das questões que  
1085nós, ABEMA, o Ministério do Meio Ambiente, ANAMA, principalmente temos  
1086essa responsabilidade na gestão, temos que trazer para dentro do CONAMA e  
1087das Câmaras Técnicas iniciativas no sentido de propor essa padronização,  
1088essa uniformização das informações, no sentido de... A discussão não pode ser  
1089onde é que está o dado, a discussão é a partir do dado que eu tenho como é  
1090que eu faço a gestão, nós temos que mudar esse patamar. Eu acho que esse  
1091trabalho vem nessa direção. Eu queria, mais uma vez, parabenizar a Secretaria  
1092de Portos e a COP. E nós entraremos agora já na segunda parte desse ponto  
1093da ordem do dia, relacionado aos encaminhamentos que nós devemos dar em

1094relação ao que determina a 421, que tem origem justamente nessa discussão  
1095da revisão da 344, mais que a 421, vamos dizer assim, ali se abre uma  
1096discussão de uma revisão total, parcial do que muito mais do que uma revisão  
1097total, uma revisão total é, na realidade, uma nova resolução. Eu acho que nós  
1098estamos aqui abertos para ouvir, vamos dizer assim, principalmente, do setor e  
1099dos órgãos ambientais o que eles entendem que deva ser aprimorado dentro  
1100desse processo de gestão, de licenciamento e de atividades dentro das quais a  
1101questão da dragagem é um aspecto que a gente vê que é importante até por  
1102questões de contaminação que apareceram nesse processo de sistematização  
1103da informação realizado no estudo da COP e da SEP. Então, a ideia, eu queria  
1104só que vocês colocassem a 421. Não sei se tem aí, Adriano, só para gente ver  
1105o que diz a 421. E aí a ideia é abrir a palavra no sentido de a gente  
1106encaminhar, tem essa ideia de já criar um grupo de trabalho para fazer esse  
1107detalhamento. Então, a gente quer ouvir um pouco, no âmbito da Câmara, que  
1108tipo de recomendação a Câmara pode dar em relação a esse desafio que a  
1109plenária do CONAMA trouxe, encaminhando essa discussão desse  
1110aprimoramento da 344, muito mais que uma revisão, é discutir essa questão da  
1111dragagem dentro de uma visão de gestão mais integrada. Então, como vocês  
1112podem ver lá o art. 1º: “o CONAMA procederá revisão parcial, total da  
1113Resolução 344”, § único ficou a incumbência para a Câmara de Controle e  
1114Qualidade que deverá no prazo de 24 meses apresentar uma proposta para  
1115revisão. Na realidade uma parte dessa revisão tem relação com a questão da  
1116tabela que traz ali os sedimentos, a caracterização de sedimentos, uma parte  
1117desse processo está sendo já sistematizado através desse trabalho da SEP e  
1118da COP, existem questões dos portos fluviais que não têm, vamos dizer assim,  
1119não estão tendo esse tratamento, então essa é uma questão que talvez precise  
1120de certa discussão, mas também tem outros aspectos relacionados a essa  
1121relação do processo de dragagem com atividade portuária e com o própria  
1122conceito das nossas hidrovias. Eu acho que é importante nós chamarmos a  
1123atenção, nós estamos aqui com a Dra. Ana Dolabela, o Ministério está  
1124coordenando uma discussão sobre a questão de licenciamento e de hidrovias,  
1125e, em princípio, questões de dragagem, principalmente dragagem de  
1126manutenção já deveriam estar incluídas dentro de uma licença de operação,  
1127porque elas não são nada mais do que uma atividade de manutenção, a  
1128mesma coisa nos portos marítimos, no entanto, claro, nós temos questões que  
1129são como a dragagem de aprofundadamente, que a Dra. Mônica mencionou  
1130anteriormente, que são como uma ampliação de uma atividade. Então, a  
1131equipe deveria ter um licenciamento e passar por uma análise ambiental no  
1132sentido de subsidiar o processo de tomada de decisão no licenciamento. Então,  
1133eu acho que nós temos aí, e no âmbito dos portos marítimos, nós temos uma  
1134iniciativa também, da própria Secretaria de Portos com o Ministério do Meio  
1135Ambiente que está trabalhando uma resolução de regularização ambiental  
1136portuária, que é um decreto, um decreto que está já numa fase bem adiantada,  
1137talvez até possa dar um relato. O que eu estou querendo trazer para cá, é que  
1138existe uma série de questões que estão em andamento, e essa discussão na  
1139Câmara de Controle e Qualidade não pode perder de vista esse cenário mais  
1140geral, sendo que cabe a nós fazer uma recomendação e uma análise do rumo  
1141que nós devemos adotar em relação a uma nova resolução. Então, fazendo  
1142essa breve introdução no assunto, eu gostaria de abrir a palavra para os  
1143setores aqui, os conselheiros fizessem intervenções no sentido de contribuir,

1144trazer sugestões para os encaminhamentos que nós podemos dar em relação  
1145a essa questão da 344/421. A palavra está aberta. Dr. Alonso.

1146

1147

1148**O SR. CLÁUDIO ALONSO (ABEMA-SP)** - Para fim de encaminhamento a  
1149gente tem que ser bastante objetivo. Um: o primeiro fato esse trabalho termina  
1150em dezembro, então não adianta a gente sair correndo e criar um grupo antes  
1151que o próprio trabalho seja concluído. Dois: é inegável que vai haver uma  
1152grande mudança da composição do Governo Federal e estaduais com eventual  
1153mudanças grandes nas próprias Câmaras, acho que seria um tanto quanto  
1154ousado demais a gente constituir um grupo agora com nomes, endereços e  
1155telefones, eventualmente, a gente possa dar um indicativo que a próxima  
1156reunião da Câmara já estabeleça um grupo que a gente pode criar no genérico,  
1157o máximo que a gente pode fazer é isso, não dá para você criar um grupo de  
1158fato hoje, eu acho ruim, vai mudar muito, muita representação vai mudar.  
1159Então, a gente pode criar o grupo no genérico para determinar os constituintes  
1160na primeira reunião da próxima Câmara, que acredito que vai estar renovada.  
1161Então, isso quanto ao encaminhamento. Quanto aos conteúdos, volto a insistir,  
1162o caso do porto fluvial e do porto marítimo. No geral, a menos que eu esteja  
1163enganado, as dragagens se dão no mar e nos portos. Quando você vai para o  
1164rio não é verdade isso, você tem, por exemplo, esse maravilhoso rio Tietê  
1165apresentado numa novela Ti Ti Ti que é azulzinho, lindo. Não sei que cidade  
1166que está aquilo.

1167

1168

1169**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - *Photoshop*.

1170

1171

1172**O SR. CLÁUDIO ALONSO (ABEMA-SP)** - Sei lá. Mas aquilo está  
1173constantemente sendo dragado, a dragagem é complicada, aquele complexo  
1174Tietê Pinheiros é complicada, porque há muita deposição de material, o  
1175material é material tóxico, e ali não é porto. Então, o fluvial vai ter que ser  
1176tratado de uma forma um pouquinho diferente do marítimo, sendo que marítimo  
1177tem... Porque é dragagem fluvial, não é o porto fluvial, enquanto que no  
1178marítimo praticamente é porto, só isso já dá uma diferenciação acho que  
1179interessante. Então, eu acho que se houver intenção de se fazer resolução  
1180também para o fluvial, ela tem que ser outra, ela não pode ser a mesma, até  
1181porque confunde tudo, uma vai atrás da outra, eu não acho conveniente. Então,  
1182são essas considerações.

1183

1184

1185**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Ok, Dr. Alonso. Dr<sup>a</sup>. Patrícia. Eu só queria  
1186fazer uma observação em relação à questão de encaminhamento que o Dr.  
1187Alonso traz, eu estou até com a questão do regimento, porque é assim, a  
1188questão das matérias que são levadas à discussão e deliberação das Câmaras  
1189Técnicas, elas têm que ter base, elas têm que ter um parecer técnico, elas têm  
1190que ter uma proposta e um parecer técnico de parte do Ministério do Meio  
1191Ambiente. Então, tem uma tecnicidade que a gente tem que tomar cuidado  
1192hoje nessa questão de tentar criar um grupo hoje. Só isso que eu queria fazer.  
1193Talvez o mais adequado fosse a gente tentar já tirar aqui um grupo de trabalho

1194ainda informal, mas que já num período assumisse um compromisso com a  
1195Câmara Técnica, a gente tem que ver que a gente tem o próprio Ministério do  
1196Meio Ambiente, eu estou presente aqui, onde a gente acertasse uma proposta,  
1197eu estou tentando já montar um pouco nessa questão de encaminhamento  
1198uma proposta e um parecer técnico do Ministério do Meio Ambiente para deixar  
1199essa questão pronta para ser criado um grupo de trabalho, e que pode, de  
1200certa maneira, já informalmente principalmente os setores, a área portuária,  
1201tanto marítima como fluvial, a área de meio ambiente, e, vamos dizer assim,  
1202arredondando o que é que seria essa proposta, porque um pouco da discussão  
1203agora é ver o quanto que está maduro para gente poder tomar algumas  
1204decisões hoje aqui. Eu quero que essa discussão avance, tanto é que nós  
1205pautamos especificamente como pontos de deliberação hoje essa questão  
1206relacionada à 421. Então, eu estou fazendo só esse esclarecimento, e eu tenho  
1207a inscrição que é do Solon. Desculpe, Patrícia. Patrícia, depois Solon.

1208

1209

1210**A SRª. PATRÍCIA BOSON (CNT)** - Concordando então com os  
1211encaminhamentos a respeito do grupo de trabalho. E a gente já tinha na outra  
1212reunião também, mais ou menos, acertado que o mais correto independente de  
1213mudanças era esperar o estudo ser concluído que vai ser em dezembro, e  
1214coincide com as mudanças que o conselheiro Cláudio Alonso bem colocou.  
1215Então, eu deixaria aqui apenas pontos para subsidiar um pouco a discussão e  
1216a elaboração da questão técnica do MMA. Eu acho que para essa questão da  
1217tabela, por exemplo, talvez fosse interessante fazer, tratar, dar um zoom nesse  
1218tema para poder estudar, avaliar, é um tema extremamente técnico, apenas um  
1219conjunto de especialistas mesmo nessa área para saber se a tabela que está  
1220na 344 precisa ser alterada, não precisa ser alterada, está validada, não está  
1221validada, de acordo com os dados que estão lá. É uma discussão de  
1222especialistas, independente depois dela entrar na nova resolução, não entrar,  
1223mas aí ela já vem pronta, digamos assim, com a discussão dos especialistas,  
1224que o Urbano bem colocou. Debruça-se sobre os dados coletados, sobre a  
1225tabela, sobre o que se tem e estuda-se exatamente aquilo, esse é um  
1226encaminhamento. Outro ponto da questão fluvial e marítima, o Cláudio colocou  
1227tudo, e a Ana está aqui presente, além da interface toda com o sistema  
1228nacional de gerenciamento de recursos hídricos, tem a ver com  
1229enquadramento de rio, tem a ver com plano estadual e plano de bacia, tem a  
1230ver com a outorga, tem a ver com uma série de questões, então talvez o  
1231prudente seja realmente a gente atacar um problema que é a questão marítima  
1232que está aí, que está posto, que é gritante, prioritário, como diz o Cláudio  
1233Alonso, e que não tem tanta interface, como tem o outro com outro sistema que  
1234é com outro conselho, enfim, temos que imaginar talvez até resoluções  
1235conjuntas ou aprovadas em ambos os conselhos, ter um encaminhamento um  
1236pouco mais complexo em relação a isso. Então, eram só essas duas coisas,  
1237concordando com esse encaminhamento dado pelo presidente e pelo  
1238conselheiro Cláudio Alonso em relação ao...

1239

1240

1241**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Conselheiro Solon.

1242

1243

1244 **O SR. SOLON FAGUNDES (FURPA)** - O grande esforço que está sendo feito,  
1245 esse estudo, essa espera nossa aí, eu acredito que seja basicamente para  
1246 cobrir a lacuna que o GT anterior deixou, ou seja, ele se sentiu, ele não foi  
1247 capaz de definir pela falta de organização de dados, de coisa sobre a tabela,  
1248 tudo bem. Agora como falamos anteriormente, o GT descobriu outras coisas,  
1249 tem outras coisas que precisam ser trabalhadas. E nós protelamos a formação  
1250 de um GT, que já vem falando aqui mais uma vez, sem que ele inicie a sua  
1251 atividade, nós vamos chegar aí praticamente em fevereiro, março do ano que  
1252 vem com metade do prazo que foi dado aqui nesse instrumento legal, nessa  
1253 resolução do CONAMA já expirado, sem metade do prazo. Então, eu acho que  
1254 essa Câmara Técnica tem que visualizar essas outras propostas ou então se  
1255 definir logo, rejeitar logo o trabalho que já foi feito a respeito, porque nós  
1256 entendemos que o que nós temos defendido aqui, a Câmara Técnica se define  
1257 pela continuidade desse trabalho, agora mudança de governo, isso aí não  
1258 podemos [ininteligível] porque senão sempre vai ter um empecilho para gente  
1259 trabalhar aqui. Obrigado.

1260

1261

1262 **O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Eu gostaria, a gente tem algumas questões  
1263 de encaminhamento, acho que são importantes, estão sendo tratadas, mas  
1264 também se alguém quiser fazer alguma consideração sobre os aspectos de  
1265 mérito, são bem-vindos. Maurício, depois Urbano, depois Leandro, depois  
1266 Mônica.

1267

1268

1269 **O SR. MAURÍCIO** - Eu não vou nem estender não, acho que o Alonso já  
1270 colocou bem, a Patrícia complementou e o próprio presidente já colocou, acho  
1271 que é encaminhar nesse processo aí, a nossa posição é comum. Acho que  
1272 tentar arrumar um meio caminho para encaminhar isso aí.

1273

1274

1275 **O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Só um pouquinho. Urbano.

1276

1277

1278 **O SR. URBANO (Secretaria Especial de Portos)** - Com relação à  
1279 oportunidade de recriação do grupo, a SEP acha que talvez seja o momento  
1280 oportuno de recriar, porque os prazos que nós temos até fevereiro de 2012 já  
1281 são curtos. A criação de um grupo, mesmo que ele seja formalizado com os  
1282 membros, a partir de janeiro, por exemplo, mas a decisão de criar o grupo ou  
1283 subgrupo, enfim, e do que vai ser já poder ser tomada agora, já definiu como é  
1284 que vai ser, e a partir daí seria mais uma questão de convocação e de  
1285 indicação dos seus membros. Nós estamos preocupados com o prazo,  
1286 realmente se nós deixarmos para criar esse grupo numa nova reunião e vai lá  
1287 para janeiro e fevereiro do ano que vem, vamos ficar com menos de um ano  
1288 para operação desse grupo, porque depois esse grupo tem que fazer uma  
1289 proposta, essa proposta tem que ser depois levada a essa Câmara, discutida  
1290 na Câmara, eventualmente, ajustes, é um processo que quem conhece a  
1291 tomada de decisões nessas resoluções do CONAMA sabe que pode demorar.  
1292 Então, a minha sugestão é que se decida hoje se vai criar, e que escopo ele vai

1293ter, e aí fica depois para o Ministério do Meio Ambiente decidir exatamente qual  
1294seria, quem formaria o grupo, enfim, mas já com uma decisão hoje.

1295

1296

1297**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Obrigado, Dr. Urbano.

1298

1299

1300**O SR. URBANO (Secretaria Especial de Portos)** - A esse respeito nós  
1301fizemos um pleito aqui por escrito. A secretaria gostaria de entregar.

1302

1303

1304**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Obrigado, Dr. Urbano. Pedir depois para  
1305dar entrada nessa matéria. Mônica, Leandro, Vanderlei.

1306

1307

1308**A SR<sup>a</sup>. MÔNICA (Secretaria Especial de Portos)** - Eu queria colocar o  
1309seguinte, a nossa preocupação da Secretaria. Na discussão passada do grupo,  
1310quer dizer, havia um consenso sobre os posicionamentos, estava muito difícil,  
1311estava ainda essa discussão que a tabela seria um instrumento único e  
1312norteador dessa modificação da resolução, e nas discussões que ocorreram na  
1313época, já constatou, já chegou a um posicionamento unânime de que a tabela,  
1314a execução desse banco de dados é, sim, um instrumento muito importante  
1315para a resolução, mas não só a reelaboração dele, ele vai nos sustentar tanto  
1316para elaboração de novos valores norteadores que venham esse estudo  
1317específico que a Patrícia está falando, quer dizer, é um estudo até paralelo,  
1318como também em outras modificações, em outras solicitações que venham a  
1319constar na nova resolução. Agora a gente é a favor, fizemos, sim, esse banco  
1320de dados considerando e assumindo a importância dele, mas também temos a  
1321opinião de que a Resolução 344 tem que sofrer uma alteração plena, desde a  
1322parte de redação, conteúdo, considerando a experiência que nós tivemos agora  
1323muito intensificada no PNLN que foi o programa nacional de dragagem que nós  
1324tivemos, nós licenciamos doze portos para dragagem e aprofundamento, então  
1325podemos identificar conflitos, cada hora era um porto lidando com essa  
1326resolução, estamos agora com o planejamento realmente depende da eleição,  
1327mas com uma previsão de dragagem e aprofundamento para mais doze portos,  
1328solicitamos agora um posicionamento do IBAMA sobre a competência desse  
1329licenciamento, de quem vai ser, se vai ser realmente sempre do IBAMA ou se  
1330vai ser estendido aos órgãos estaduais, que isso hoje é uma dúvida, a gente  
1331entra num processo de licenciamento de um órgão estadual, tem hora, de uma  
1332forma muito insegura, que pode ser questionado lá na frente, cancela-se uma  
1333licença. Então, nós estamos com muitos dados, a discussão anterior acho que  
1334foram quase que quatro sessões, pode-se construir conceitos, necessidades,  
1335temos condições de elaborar um plano de trabalho prevendo as sessões, como  
1336constituiria a divisão de estudos dos temas. Então, para gente está se tornando  
1337uma coisa em caráter muito urgente, num processo de licenciamento de dez  
1338portos que a gente venha a fazer, nós vamos utilizar ainda a Resolução 344  
1339antiga, como a gente já utilizou nos doze portos anteriores. Então, essa  
1340questão de prazo para a secretaria no processo de licenciamento de  
1341reformulação dessa resolução está se tornando urgente.

1342

1343

1344 **O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Leandro.

1345

1346

1347 **O SR. LEANDRO CORDEIRO (IBAMA)** - Sou Leandro Cordeiro do  
1348 licenciamento ambiental do IBAMA. A minha intervenção é em relação ao  
1349 caráter técnico dessa revisão da CONAMA 344. No IBAMA a gente entende  
1350 que a revisão deve ser feita no todo da CONAMA 344, no sentido de que o  
1351 IBAMA vem tratando licenciamento das dragagens de manutenção integrada  
1352 na licença de operação dos portos, o que facilita para a área portuária no  
1353 sentido de que se o porto já vem fazendo o seu monitoramento conforme a  
1354 licença de regularização, ele vai ter muito mais facilidade em obter essa  
1355 dragagem de manutenção, o que podia se aplicar nas hidrovias, vendo o caso  
1356 da hidrovia ser tratada como um todo, e ser feitos os monitoramentos das  
1357 áreas aonde a hidrovia necessita de manutenção, esse tipo de coisa, não se  
1358 aplicaria exatamente ao aprofundamento, uma vez que o aprofundamento vai  
1359 mexer com as características hidrodinâmicas e tudo mais, então ter que ser  
1360 feito um estudo à parte. A outra questão que é muito interessante e ficaria uma  
1361 sugestão aqui, são as metodologias que são usadas em outros países.  
1362 Recentemente teve uma apresentação que foi feita pela SEP, o pessoal da  
1363 USACE(?), o Guilherme fez uma apresentação mostrando como que é feito  
1364 esse licenciamento de dragagem nos Estados Unidos, e é uma coisa  
1365 extremamente importante que aqui no Brasil a gente não leva em  
1366 consideração, que é a biodisponibilidade desse material que está sendo  
1367 dragado e descartado em determinado local. Então, esse aspecto é  
1368 extremamente importante, uma vez que só o dado geoquímico não te dá  
1369 exatamente a biodisponibilidade, ele não te dá essa informação que é a mais  
1370 importante de todas, um material arenoso que tiver certa quantidade, a mesma  
1371 quantidade de mercúrio, por exemplo, de um material lamoso, esse mercúrio  
1372 do material arenoso, muito provavelmente, vai estar muito mais biodisponível.  
1373 Então, só a comparação geoquímica não dá esse valor para gente. Então, essa  
1374 questão da biodisponibilidade tem que ser discutida também no âmbito da  
1375 renovação ou, na verdade, da nova resolução CONAMA.

1376

1377

1378 **O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Obrigado, Leandro. Vanderlei. Não tem  
1379 ninguém inscrito depois do Vanderlei. Marília.

1380

1381

1382 **O SR. WANDERLEY** - Bom dia a todos. Eu acho que o Leandro já se  
1383 antecipou no que eu ia falar a respeito da importância, acho que das análises  
1384 que vão ter que ser feitas em relação à tabela. E chamo atenção, Volney, que a  
1385 tabela, além do texto, traz realmente dados sobre águas doces, se nós  
1386 retirarmos isso da discussão do GT a pergunta que eu faço e não vai ficar  
1387 descoberto esse tema, que eu acho que é importante para o país, eu acho que  
1388 é algo que o GT deveria discutir, sim, se realmente nós podemos até ter outra  
1389 resolução, mas acho que esse tema tem que ser discutido, para não ficar  
1390 descoberto do ponto de vista legal. Acho isso importante. Eu vejo também que  
1391 realmente precisa ser debatido, como foi colocado pelos outros conselhos, a  
1392 pertinência de nós mantermos uma tabela feita com base de dados de outro

1393país, completamente diferente do nosso, o Canadá tem uma biota muito  
1394diferente, uma biota marinha muito diferente, as características químicas,  
1395geológicas, hidrogeológicas muito diferentes, até que possa exatamente  
1396climáticas, a questão de sedimento de rios e tudo mais, que a gente possa, de  
1397fato, ter uma tabela que reflita um pouco o que é a realidade nossa, é um  
1398trabalho muito difícil, porque você fez avaliação de sedimentos em portos, e  
1399fora dos portos onde não deveria ser a referência para os meios naturais? Essa  
1400é uma pergunta. Vamos usar qual referência, aquilo que já foi antropizado ou  
1401não? É uma discussão semelhante a que nós tivemos com áreas  
1402contaminadas. Então, eu acho que o grupo vai ter esse desafio grande, e acho  
1403que a linha a ser seguida seria essa, esse levantamento em locais não  
1404contaminados, ver a questão da nossa biota como ela se comporta, a  
1405biodisponibilidade que o Leandro falou para termos valores mais reais, algo  
1406que reflita melhor a realidade nossa em detrimento do que foi utilizado como  
1407padrão, que foi no caso dos dados do Canadá. Minhas observações seriam  
1408essas.

1409

1410

1411**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Obrigado, Vanderlei. Marília. Depois da  
1412Marília não tem mais ninguém inscrita.

1413

1414

1415**A SR<sup>a</sup>. MARÍLIA** - Isso aí é uma pena que tiraram a resolução, essa última  
1416agora, a 421, mas isso está no texto, inclusive, da própria 344. Que uma  
1417discussão que iniciou aqui, a gente fez essa discussão lá no Ministério  
1418também, várias vezes, sobre a questão do marítimo e do fluvial. E eu acho que  
1419aqui está havendo uma pequena confusão, porque dragagem, na verdade, é  
1420uma atividade que se faz em função de uma série de empreendimentos, então  
1421você tem dragagem de porto, você tem dragagem para hidrovias, etc. e tal. A  
1422Resolução 344 é muito genérica, ela trata de material a ser dragado em águas  
1423jurisdicionais brasileiras independente, vamos dizer assim, do empreendimento  
1424gerador daquela dragagem. Então, você tem N tipos de dragagens para N tipos  
1425de empreendimentos. E talvez uma coisa que a gente poderia focar nessa  
1426revisão agora, é que dragagem é essa com a qual nós vamos trabalhar. Apesar  
1427da resolução genérica sempre se trabalhou e o próprio trabalho que a SEP fez  
1428até em função das atribuições etc. e tal foi relativo ao quê? Ao material dragado  
1429em portos marítimos que é a competência da SEP, então nessa tabela a SEP  
1430nem poderia, vamos dizer assim, ter contratado a COP para trabalhar com a  
1431questão dos portos fluviais, que a competência é do Ministério dos Transportes.  
1432Então, eu acho que uma primeira coisa que a gente poderia discutir é  
1433justamente essa questão da dragagem e direcionar para a questão de  
1434dragagem em portos, e aí discutir se a gente vai pegar os portos fluviais ou  
1435vamos pegar só os portos marítimos, porque apesar da abrangência da  
1436resolução, sempre se debruçou com a questão de portos marítimos, pelo  
1437menos, nesse trabalho que foi feito agora, independentemente disso no  
1438licenciamento, quando se licencia a questão de portos fluviais, se faz a  
1439questão, se utiliza também a mesma tabela. Então, a gente deveria verificar e  
1440aí eu acho que o nosso colega da CNI tem razão, a gente fez uma importação,  
1441mas a gente já fez isso em N outras resoluções, justamente por não ter...  
1442Começa assim. Mas a questão de ter um parâmetro de referência é

1443interessante. Agora o objetivo também da resolução, que o Cláudio colocou, foi  
1444o quê? Você saber que material você está dragando, qual é a toxicidade desse  
1445material para saber como é que você vai dispor desse material. O objetivo  
1446inicial original da resolução foi esse, por isso que ele não se preocupou com a  
1447questão de procedimento de licenciamento, de nada disso, que começou a ser  
1448discutido nessa questão da revisão, que apesar da resolução remeter à revisão  
1449específica dos valores da tabela ao longo da discussão se verificou que tem  
1450que se pensar também nos procedimentos referentes à questão do  
1451licenciamento da dragagem que está ou não atrelado, como o Leandro aqui  
1452colocou o exemplo, num licenciamento de um empreendimento maior, no caso,  
1453por exemplo, do IBAMA quando eles licenciam um porto na LO já tem os  
1454procedimentos referentes à questão de dragagem, inclusive, em função do tipo  
1455de dragagem, manutenção etc. e tal, não precisa nem de uma licença  
1456específica, já sai uma autorização, é uma coisa mais simplificada, etc. e tal.  
1457Então, eu acho que uma coisa que a gente poderia pensar, e lá no Ministério,  
1458como o Volney colocou, a gente está trabalhando numa série de decretos,  
1459vamos dizer assim, sobre a questão de licenciamento de competência federal,  
1460então a ECMCQ está coordenando um grupo de trabalho sobre a questão de  
1461licenciamento de hidrovia, que envolve dragagem, mas dragagem para hidrovia  
1462que é o caso do Tietê que foi colocado pelo Cláudio, que não tem a ver, vamos  
1463dizer assim, diretamente com a questão da dragagem de portos, que é,  
1464inclusive, outro decreto que nós trabalhamos sobre a questão de regularização  
1465ambiental de portos, que a maioria dos portos nossos, eles funcionam e tudo  
1466mais, mas eles não têm uma licença para o porto, alguns terminais têm licença,  
1467têm licenças específicas de algumas atividades como dragagem etc. e tal, mas  
1468o porto, em si, raríssimos deles tem, na verdade, uma licença. Então, a gente  
1469trabalhou justamente com a SEP nessa questão da regularização ambiental  
1470portuária, no caso de portos marítimos, inclusive, o decreto específico para os  
1471marítimos, a gente não trabalhou com fluvial, porque aí, vamos dizer assim, a  
1472clientela é outra. Então, o que eu gostaria aqui de propor, Volney, é que a  
1473gente pudesse, talvez o Ministério do Meio Ambiente junto com o IBAMA e a  
1474SEP, eu acho, talvez o Ministério do Transporte também, a gente fazer uma  
1475discussão sobre essa questão de dragagem no âmbito, e aí eu acho que a  
1476gente poderia direcionar no âmbito da questão portuária, que aí a gente já tem  
1477o marítimo e o fluvial, e depois a gente abordaria a questão da dragagem para  
1478outros tipos de empreendimentos como hidrovias etc. e tal, e a gente poderia  
1479preparar, contribuir aqui com o trabalho da Câmara para trabalhar com esse  
1480material, vamos dizer assim, que foi agora produzido, a partir desse contrato da  
1481SEP, e a gente trabalhar no material que pudesse servir de insumo para a  
1482questão do GT no futuro, inclusive, já englobando a questão da revisão da 344,  
1483não só em relação à questão da tabela em si, ver a questão que a gente tem já  
1484produzido no país de valores de referência que pudessem ser utilizados, mas  
1485trabalhando também alguma coisa em termos de procedimento de  
1486licenciamento. O Leandro estava comentando comigo que a resolução, por  
1487exemplo, vocês viram aqui que têm três ou quatro metais, por exemplo, no  
1488caso dos inorgânicos, que são aqueles de interesse: mercúrio, arsênio, alguns  
1489cromo, níquel, etc. e tal, e que os outros, por exemplo, raríssimamente eles  
1490apareceram acima do valor. No entanto, quando você tem que fazer o  
1491licenciamento, em função da resolução, você acaba tendo que monitorar todos  
1492os parâmetros. Então se você pudesse ter, por exemplo, uma primeira análise

1493de referência, etc. e tal e depois você trabalharia com alguns parâmetros e  
1494indicadores sem ter que pegar a tabela periódica inteira e sair monitorando.  
1495Então, alguns aprimoramentos nesse sentido poderiam ser feitos em relação à  
1496resolução no sentido, inclusive, de simplificar e de ficar mais inteligente em  
1497termos dos procedimentos em si de licenciamento. Então, a gente poderia,  
1498talvez, contribuir aqui com o trabalho, e aí eu nem... Falaria com o Ministério do  
1499Transporte, com a SEP e com o IBAMA e a gente produziria uma espécie de  
1500material de insumo, sobre o qual depois, no futuro, em função da questão do  
1501GT, eles pudessem trabalhar, mas já agregando, fechando na questão  
1502portuária, dragagem direcionada a portos, trabalhando com os valores da  
1503tabela e vendo, inclusive, se cabe numa mesma resolução a questão da  
1504dragagem portuária e fluvial, e já trabalhando também com alguns  
1505procedimentos relacionados à questão de licenciamento disso daí.

1506

1507

1508**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Obrigado, Dr<sup>a</sup>. Marília. Não tem ninguém  
1509inscrito. Não sei se mais alguém quer fazer uma intervenção. Vou tentar  
1510começar a encaminhar aqui. Eu acho que a partir das observações que a gente  
1511viu, eu acho que existem várias perspectivas sobre essa temática, algumas  
1512questões que não são estão bem resolvidas, algumas têm relação até com a  
1513própria história da 344 que também teve um processo um pouco conturbado de  
1514elaboração, mudando algumas vezes de direção, e que gerou uma resolução  
1515que realmente a gente tem acordo com a SEP, ela tem problemas, tem  
1516problemas, apesar de ter um mérito de ser realmente um referencial, não ser o  
1517melhor referencial, mas ela tem cumprindo com certa função, tanto é que a  
1518gente viu que alguns resultados hoje, provavelmente, para a parte marítima são  
1519presentes. Eu queria fazer a seguinte observação, então assim, eu acho que  
1520tem essas várias perspectivas, tem uma questão, a gente sabe da urgência  
1521desse processo, principalmente, o aspecto da questão de infraestrutura no  
1522país, de uma forma geral, ganhou uma dinâmica muito forte, de algum tempo  
1523para cá, e que tem levado toda uma necessidade de modernização dos nossos  
1524procedimentos, e que o Ministério e os próprios Estados e também, em alguma  
1525extensão, os municípios, têm tentado responder a essa demanda da nossa  
1526sociedade. Eu coloquei para vocês, objetivamente, no início da reunião uma  
1527questão básica de encaminhamento que, vamos dizer assim, apesar de nós  
1528termos uma autorização da plenária para fazer uma revisão, eu tenho uma  
1529questão regimental que é: eu preciso ter alguma coisa para deliberar sobre, e  
1530aí tem que ter certa factualidade nesse processo, e um mínimo de  
1531entendimento técnico. Nós não temos isso aqui, nesse momento, para fazer  
1532esse encaminhamento dessa forma. De outra forma, o que eu vejo também, é  
1533que esse tema precisa entrar de uma forma mais amadurecida, de uma forma  
1534mais sistemática nessa Câmara Técnica, um pouco, talvez, não sei o que a  
1535SEP pensa em relação aos comentários que a Dra. Marília trouxe aqui, mas de  
1536dar um foco mais para a questão portuária, dividir em um, talvez dois tempos,  
1537esses processos, e fazer esses processos andar de forma paralela. E isso me  
1538parece que não tem maduro ainda nesse momento para que a gente abra um  
1539GT e dê essa carta branca para o GT deliberar sobre isso, isso me parece um  
1540pouco temerário. Eu queria ouvir, eu estou justamente tentando posicionar para  
1541ver o que a Câmara Técnica entende sobre esse processo. Há uma sugestão  
1542aqui de parte do próprio Ministério do Meio Ambiente no sentido de que a SEP,

1543o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério dos Transportes aí procurassem  
1544elaborar esse termo de referência, nós até fizemos um esforço, semana  
1545passada, nos reunimos, que eu estava justamente preocupado com isso, o que  
1546é que nós vamos ter para Câmara Técnica para deliberar? Mas nós não  
1547conseguimos realmente amadurecer naquele momento, o período é um pouco  
1548curto para trazer para essa reunião algo já como um termo de referência básico  
1549para organizar ou para dirigir o trabalho desse grupo, que deverá atender essa  
1550solicitação da plenária, mas também uma solicitação que passa por essa  
1551avaliação da Câmara Técnica. Então, me parece, e eu queria ouvir um pouco  
1552sobre essas questões de encaminhamento, me parece em relação ao mérito,  
1553todos aqui têm acordo sobre a urgência desse processo, mas nem sempre o  
1554tratar a questão na pressa atende questões de prazo, muitas vezes, a gente  
1555toma caminhos que não são os melhores, e a gente viu que na própria  
1556discussão anterior a que a gente teve na questão da 344, a gente teve muita  
1557dificuldade e muita entropia naquele processo. Então, eu queria ouvir um pouco  
1558de vocês sobre essa questão do encaminhamento, a ideia seria nós pautarmos  
1559para a próxima reunião da Câmara Técnica a criação do GT, e aí nós já termos  
1560um termo de referência ajustado entre o Ministério do Meio Ambiente e a SEP,  
1561termos algo para deliberar. Eu pergunto o seguinte: existe conforto por parte da  
1562Câmara Técnica para deliberar sobre um grupo de trabalho hoje? Então, me  
1563parece se existir nós temos uma questão regimental, acho que até posso  
1564discutir isso, tem um mandato da plenária dizendo: revise-se. Agora sobre o  
1565que nós vamos deliberar? Simplesmente criando um GT? Essa seria a decisão  
1566da Câmara Técnica. Isso me parece, como presidente, um pouco temerário,  
1567porque eu tenho que acompanhar um pouco essa estratégia geral, esses  
1568procedimentos. Então, eu queria ouvir um pouco a Câmara dentro desse  
1569sentido de encaminhamento, vê se existe um entendimento majoritário para  
1570que a gente possa, até se for necessário, detalhar um pouco mais esse  
1571encaminhamento depois. A palavra está aberta para os nossos conselheiros.  
1572Solon.

1573

1574

1575**O SR. SOLON FAGUNDES (FURPA)** - Presidente, qual seria essa próxima  
1576reunião da Câmara Técnica?

1577

1578

1579**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Provavelmente, o ano que vem, em  
1580fevereiro.

1581

1582

1583**O SR. SOLON FAGUNDES (FURPA)** - Aí é problemático. Mas eu acho que já  
1584que eu não entendo assim, que haja dificuldades técnicas para retomar, não  
1585vejo dessa maneira, também eu acho que se existe, se a maioria dos  
1586conselheiros entenderem que sim, seria interessante a realização de um  
1587seminário prévio para debater essas questões técnicas, ver todos os setores  
1588envolvidos, as correntes envolvidas aí, e se abrir. Aquilo que nós estávamos  
1589contando para outubro, para o mês de outubro ainda, que tenha algum debate  
1590até que seja, vamos dizer assim, aquele até proposto pela CNT, mas para  
1591ampliar essas discussões, não vejo essa temeridade, mas para uniformizar  
1592todos os pensamentos, seria interessante um evento que trouxesse à tona

1593todas essas aflições para que se pudesse subsidiar melhor a decisão da  
1594Câmara Técnica. Agora a próxima Câmara Técnica em fevereiro perdemos um  
1595ano de prazo de trabalho. Obrigado.

1596

1597

1598**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA) – Dr<sup>a</sup>. Patrícia.**

1599

1600

1601**A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA BOSON (CNT)** - Eu acho que a Marília pontuou muito bem a  
1602questão. Nós temos uma resolução que fala sobre dragagem, não importa se é  
1603em porto, se é marítimo, se é fluvial, se é um curso, fala sobre dragagem,  
1604material... É isso que ela fala, que ela trata. Então, a gente, ao decidir por dar  
1605um zoom, nós não estaríamos apenas revendo a 344, mas talvez fazendo outra  
1606e mantendo a 344, porque a gente não pode revogar uma resolução e deixar  
1607pontos em branco em relação a isso, nós íamos complicar a vida dos órgãos  
1608licenciadores de uma maneira absurda. É preciso ter base em alguma coisa  
1609para fazer o controle, a regulação do material dragado. Outro ponto. Isso eu  
1610estou colocando coisas para ajudar na reflexão do encaminhamento. Outro  
1611ponto é que me parece por tudo que a questão de portos marinhos é realmente  
1612uma questão mais urgentes, e tem mais elementos e está tudo à mão, digamos  
1613assim, para se fazer uma regulação. Lembrando que o GT, Solon, aquele  
1614primeiro GT só tratou de porto marinho. É engraçado o que a Marília bem  
1615coloca, embora a resolução seja ampla, todo mundo que se reuniu em torno  
1616dela, só fez o modelo mental da questão marinho, ninguém pensou no material  
1617dragado amplo, pensou só mesmo em resolver o problema do porto. Então,  
1618como é bom, às vezes a gente acha que perde tempo, e, na verdade, a gente  
1619investe, porque como é bom, porque já pensou se a gente tivesse feito,  
1620naquela época, se chegasse à conclusão depois que fluvial não estava sendo  
1621adequado, ou então não estava de acordo, aí, sim, nós íamos perder tempo.  
1622Então, a gente precisa dar a dimensão correta das coisas, porque o apressado  
1623come cru, como já dizia minha avó. Então, talvez, Volney, mas me preocupa  
1624também essa reunião só em fevereiro, Solon, nós estamos em outubro.

1625

1626

1627**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Nós poderemos antecipar.

1628

1629

1630**A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA BOSON (CNT)** - Mas talvez um encaminhamento fosse  
1631esse, não sei se estamos maduros para esse encaminhamento, de decidir por  
1632uma revisão da questão dos portos marinhos, e não refugando a 344, mas  
1633elaborando uma resolução específica para a questão dos portos marinhos, e  
1634revogar artigos da 344 que dizem respeito a essa questão, porque aí dessa  
1635forma você não deixa nenhum órgão ambiental descoberto, em termos de  
1636atuação sobre material dragado, e, ao mesmo tempo, avança naquilo que já  
1637está preparado para se avançar de uma maneira mais... Não é minha posição  
1638ainda, gente, eu estou pondo assim para todo mundo pensar se talvez a gente  
1639não tenha essa solução a lá Tancredo Neves, meio do caminho para ver se  
1640alcança as duas pontas.

1641

1642

1643**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Ok. Está aberto para propostas de  
1644encaminhamento. Nós estamos, realmente, tendo que decidir sobre esse rumo.  
1645Gostaria de ouvir a Câmara, tivemos o Solon, a Dra. Patrícia, não sei se os  
1646outros conselheiros gostariam de fazer alguma observação. Solon.

1647

1648

1649**O SR. SOLON FAGUNDES (FURPA)** - Diante desse silêncio vamos falar. Eu  
1650acho a ideia da conselheira Patrícia boa, mas eu não gostaria de me desviar do  
1651que já foi a tendência que nós temos hoje com relação a essa resolução.  
1652Então, acho que pensar desse jeito alguma coisa de fazer, inverter, dar o  
1653tratamento. Gostaria que mantivesse a linha da 344 e a sua revisão como foi  
1654colocado pelas recomendações do grupo de trabalho anterior. Não estou aqui  
1655defendendo que o mesmo grupo de trabalho retome, de jeito nenhum, não  
1656pode ser feita essa confusão, estou defendendo a retomada do...

1657

1658

1659**A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA BOSON (CNT)** - Mas o que o grupo de trabalho propôs tem  
1660que lembrar, Solon, foi só para porto marinho, ponto. Só. Eu reli antes de vir  
1661para cá todas as proposições do grupo de trabalho, só para porto marinho, só,  
1662não tem nada a respeito de material dragado para lagos, rios, nada, nem uma  
1663palavra, nenhuma uma reflexão, nada, absolutamente nada.

1664

1665

1666**O SR. SOLON FAGUNDES (FURPA)** - Esse grupo de trabalho também.

1667

1668

1669**A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA BOSON (CNT)** - Não, de jeito nenhum. Eu estou falando que  
1670o que você coloca não contrapõe e nem o que eu disse, porque retomar o que  
1671o grupo de trabalho anterior propôs é retomar a discussão para portos  
1672marinhos, porque foi o que o grupo de trabalho anterior se debruçou e pensou  
1673o tempo todo, fez seminários, e todas as discussões foram em torno disso,  
1674todas, não teve nenhuma a respeito de água doce, embora a tabela da 344  
1675traga uma coluna sobre água doce. Nem para hidrovia, nada, não veio nada,  
1676do grupo anterior nada, só mesmo portos marinhos, até mesmo porque a  
1677própria formação do grupo era de especialistas ou de empresários dessa área.

1678

1679

1680**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Perfeito. Solon, completou? Eu vou tentar  
1681encaminhar agora, porque eu acho que ninguém está mais querendo opinar.  
1682Então, esse é o fardo. Mônica. Dr. Urbano. Só um pouquinho, eu preciso  
1683registrá-la na gravação.

1684

1685

1686**O SR. URBANO (Secretaria Especial de Portos)** - Eu acho que essa ideia da  
1687Marília poderia ser aprofundada. Se não for possível já indicar um grupo de  
1688trabalho, como é que seria composto hoje, talvez um petit comitê dos órgãos  
1689que estão mais... Órgãos técnicos SEP, IBAMA e etc., poderiam ter uma  
1690comissão, alguma coisa assim que pudesse já trabalhar uma primeira ideia  
1691desse assunto, e trazer na próxima reunião da Câmara, mas já avançando, não

1692 só simples termo de referência, coisas mais consistentes que eu acho que têm  
1693 condições de começar a ser feito. Eu acho que é uma opção.

1694

1695

1696 **O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Eu queria fazer... Dr. Alonso.

1697

1698

1699 **O SR. CLÁUDIO ALONSO (ABEMA-SP)** - Eu gostaria de reforçar as idéias  
1700 colocadas aqui, principalmente, pela Marília. Se nós conseguirmos, até  
1701 fevereiro, e me parece que é possível, que o Governo Federal através de suas  
1702 articulações, faça um termo de referência, eventualmente, já tem uma proposta  
1703 preliminar para que... Minuta, se chame como queira, de uma resolução, eu  
1704 volto a insistir, vai haver muita mudança de composição, é muito ruim, nesse  
1705 momento, a gente criar o grupo de trabalho agora. Essa Câmara pode decidir,  
1706 sem dúvida alguma, que baseada nas colaborações do Governo Federal,  
1707 enfim, quais sejam, na primeira reunião então se decida, de forma definitiva, a  
1708 criação do grupo. Outra coisa que a gente fizer, ela fica meio me engana que  
1709 eu gosto. Porque vai haver mudança significativa nas composições de  
1710 Câmaras, grupos e etc. Aí o novo que chega vai querer estudar tudo de novo,  
1711 então já chega pega direto uma proposição que o Governo Federal propõe se  
1712 articular, muito provavelmente, levando em conta já todo o trabalho do outro  
1713 grupo, que claro que não vai jogar fora, fizeram um conjunto de seminários, eu  
1714 lembro que era uma quantidade absurda de seminários que foi proposta. Se  
1715 houver isso, eu acho que a gente poderia determinar que há importância e que  
1716 a primeira reunião da Câmara Técnica defina os passos a seguir baseado no  
1717 quê? No conjunto de documentos a serem encaminhados e aí engloba o  
1718 documento que o Governo faça, seja um TR, seja já uma proposta.

1719

1720

1721 **A SRª. PATRÍCIA BOSON (CNT)** - Só uma complementação...

1722

1723

1724 **O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Eu tenho ali só a Mônica. Depois eu passo  
1725 à Patrícia e ao Maurício. Mônica.

1726

1727

1728 **A SRª. MÔNICA (Secretaria Especial de Portos)** - A gente está aceitando  
1729 essa proposta que a Marília está colocando, porque o que nós colocamos é o  
1730 seguinte, é um aproveitamento de todos os técnicos que estão hoje ainda aqui  
1731 dispostos, que participaram dessa experiência do grupo anterior, que  
1732 participaram dessa solicitação à SEP do banco de dados, então você tem hoje  
1733 uma massa técnica e portuária ciente desse problema. É como o senhor  
1734 coloca, pode ser que ano que vem tudo mude, cada um esteja num lugar, aí  
1735 iniciaria de novo o processo de começar, de ser de caráter inicial informativo  
1736 até se assegurar um consenso sobre as necessidades portuárias. E hoje nós  
1737 temos uma massa dentro de todos os portos com opiniões semelhantes, e  
1738 agora acho junto com o IBAMA, junto com o MMA e eu acho que essa ideia da  
1739 Marília, a gente poderia já, pelo menos, fazer um termo relatando isso  
1740 textualmente e vê na próxima resolução o grupo, mas já teria, pelo menos, as  
1741 observações, as necessidades, as identificações apresentadas. E com relação

1742ao grupo anterior, realmente eu estou colocando assim porque eu participei  
1743muito, insisti muito com a participação dos portos marítimos naquele grupo,  
1744encaminhamos ofício, até auxiliamos um deslocamento de portos marítimos,  
1745todos representantes para participar da resolução, da revisão da resolução  
1746CONAMA. Agora havia, sim, representantes, houve também representação de  
1747hidrovias, eu lembro de Minas Gerais, eu lembro de outros Estados, mas foi  
1748uma situação bem menor, não houve uma condução específica para tratar da  
1749resolução referente a portos marítimos, agora havia, sim, na área uma  
1750representação muito maior referente a portos marítimos, a parte de hidrovias, a  
1751representação, a manifestação foi menor, mas a discussão, naquela época,  
1752estava conduzida para se estudar os dois aspectos.

1753

1754

1755**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Então, eu acho que talvez a ideia seja a  
1756gente tentar acelerar esse processo, não tanto na criação do grupo de trabalho,  
1757mas acelerar na própria montagem de uma proposta. Se existe já a questão de  
1758portos marítimos, talvez já esteja mais amadurecida, poderia até, na primeira  
1759reunião da Câmara Técnica, em vez de a gente pautar a criação,  
1760necessariamente de um... Quer dizer, você vai apontar um grupo de trabalho e  
1761já vai ter uma resolução como uma proposta para discutir aquilo, fica muito  
1762mais fácil, e talvez tomar uma decisão sobre o escopo, se algumas questões  
1763que não tenha amadurecimento deverão, como entrarão dentro dessa  
1764discussão do grupo de trabalho, organizada em subgrupos, um já vai tratar  
1765direto essa questão mais geral de portos, e aí tem que ver se divide porto  
1766marítimos, portos fluviais. Eu acho que esse processo a gente pode ganhar  
1767muito tempo se nós partimos de uma minuta já quase não um termo de  
1768referência de trabalho para o grupo, mas uma minuta de resolução, que eu  
1769acho que em alguns momentos nós temos condições de chegar muito próximo  
1770disso. Nós tivemos já algumas experiências, e quando chega uma resolução já,  
1771mais ou menos, montadas, duas reuniões nós conseguimos trabalhar, tirando a  
1772questão da 357 que realmente foram quatro reuniões, mas era um grau de  
1773complexidade muito grande. Mas que nós operamos aí em questão de seis  
1774meses. Então, me parece que o caminho crítico passa, pelo menos, temos uma  
1775ideia boa do escopo, e temos um bom trabalho inicial para oferecer para o  
1776grupo fazer depois essas composições e aprimoramentos. Então, eu tenho aqui  
1777a Patrícia e o Maurício, depois o Solon e o Robson.

1778

1779

1780**A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA BOSON (CNT)** - É só reforçando isso, mas apenas pedindo  
1781para consideração de duas hipóteses. Antes eu queria só fazer um  
1782esclarecimento. Eu não falei de representação, eu estou falando de resultado,  
1783resultado publicado, disponível do GT, que está na página, no site do CONAMA  
1784não trata nada, se é porque as pessoas lá ficaram caladas, não falaram, é  
1785outra questão, eu estou colocando resultado mesmo. E é uma coisa natural, é  
1786sinal de que a demanda é maior, e é uma consequência natural, não adianta  
1787nem fazer uma análise mais profunda do que uma consequência natural do  
1788processo. Eu só queria então, Volney, nessa análise, eu acho que é isso  
1789mesmo, eu acho que resoluções, principalmente feitas assim com vários  
1790olhares, elas costumam mesmo vir à Câmara um pouco mais de consenso, e aí  
1791só se parte mesmo para o aperfeiçoamento. Então, eu queria que considerasse

1792o trabalho do GT que está lá escrito, que está lá posto, que já foi resultado de  
1793seminários, não é Solon? Está tudo disponível no site, então nesse grupo  
1794interno considerar isso, e realmente avaliar essa hipótese de realmente fazer  
1795uma resolução específica para a questão dos portos marinhos, revogando  
1796alguns artigos da 344 que tratam do assunto para a gente não ficar tratando  
1797muita coisa, ao mesmo tempo, porque aí nós vamos ter uma resolução um  
1798pouco mais complicada, digamos assim, para uma prevenção tão imediata.

1799

1800

1801**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Perfeito. Maurício, Solon e Robson.

1802

1803

1804**O SR. MAURÍCIO** - Eu não sei, Volney, se é possível ou não, regimentalmente,  
1805mas o mandato dessa Câmara Técnica apresenta aqui para uma revisão dessa  
1806resolução. E me parece que com relação à questão de água doce, não é uma  
1807questão muito fundamental, me parece. Então, a gente podia tentar revisar no  
1808sentido mais geral e não mexer na tabela, não sei se é possível uma  
1809determinação como essa, que esses valores fossem, em princípio, mantidos e  
1810a gente trabalhar especificamente na resolução adequando a questão dos  
1811portos, mas pensando na modificação, na tabela, em relação à questão de  
1812água salobra e água salina. Talvez fosse uma alternativa de não perder o  
1813sentido, ver o geral, claro, se alguma coisa muito específica for necessária,  
1814mas não mexer, já ter uma determinação de não se mexer em valores de água  
1815doce e só no restante.

1816

1817

1818**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Obrigado, Dr. Maurício. Solon e Robson.

1819

1820

1821**O SR. SOLON FAGUNDES (FURPA)** – Obrigado, presidente. Eu gostaria de  
1822retomar uma ideia apresentada anteriormente, não é nenhum contraponto ao  
1823que já foi falado. E conforme nós já cogitamos na reunião anterior dessa  
1824Câmara Técnica, é a questão de um evento, no caso aí já com todo esse  
1825arcabouço de dados, embora parciais, mas já tem [ininteligível] do convênio  
1826SEP e COP que seria, a conselheira Patrícia saiu, seria um evento com os  
1827promotores, que nós já falamos, promotores da Confederação Nacional de  
1828Transporte e a SEP. Eu acho que poderia organizar um evento em um dia,  
1829para quase uma consulta pública, há essa dificuldade, há essa dificuldade de  
1830chegar, talvez fosse um documento que subsidiasse e não invalidaria nenhuma  
1831das ideias apresentadas até agora, mas um evento que desse continuidade a  
1832esse trabalho que fosse ainda esse ano.

1833

1834

1835**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Obrigado Solon. Robson.

1836

1837

1838**O SR. ROBSON** - Pena que a Patrícia saiu, mas o meu comentário iria  
1839bastante ao encontro do que ela estava falando. Tenho acompanhado esse  
1840assunto desde 2002. Essa resolução, originalmente, era para ter sido somente  
1841marítima, era uma dragagem só para portos marítimos, foi o próprio setor, o

1842Ministério dos Transportes que solicitou, que já que a gente estava buscando  
1843uma solução, uma referência para o país que não existia, também fosse  
1844incluído, posteriormente se verificou que não era o ideal, então deveria ser feita  
1845uma separação, inclusive, a própria resolução é mais para classificação de  
1846sedimentos e não para gestão de processo, que envolva toda a cadeia desde a  
1847verificação, se o resíduo é adequado para ser disposto no mar ou não, fazer  
1848monitoramento, a questão de autorização, então ela peca em alguns pontos  
1849que ela foi muito focada na classificação. Agora por que é sempre mais fácil  
1850falar sobre porto marítimo e por que sempre foi tocado? Porque na área  
1851marítima você já tem regulações, o Brasil é signatário de convenções, a própria  
1852convenção sobre alijamento de resíduos no mar já tem todo um tratado, eu  
1853posso dizer isso, tratado que fala sobre a dragagem, e atualizações recentes.  
1854Então, é muito mais fácil e é mais conhecido falar sobre dragagem marítima  
1855para porto marítimo isso, inclusive, se for focar porto marítimo é bem mais fácil.  
1856Agora isso implica em quê? Que o próprio setor, por exemplo, o Ministério do  
1857Transporte, o setor de transportes para que a questão fluvial, aí existe uma  
1858necessidade do próprio setor aportar conhecimentos além daqueles que já se  
1859conhecem na área marítima que é muito mais fácil e que já existe.

1860

1861

1862**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Obrigado, Robson. Eu não tenho ninguém  
1863inscrito. Então, acho que vou tentar dar o encaminhamento, depois eu falo da  
1864questão mais de evento do Solon. Acho que a ideia é ver se o Ministério do  
1865Meio Ambiente, Secretaria de Portos e o Ministério dos Transportes pode  
1866assumir um compromisso aqui frente à Câmara no sentido de preparar uma  
1867proposta de trabalho para revisão parcial ou total da 344, e que na próxima  
1868reunião da Câmara Técnica nós pautaríamos, já está previsto que nós iremos  
1869pautar a criação do grupo de trabalho. Então, já é ponto de pauta da próxima  
1870reunião a criação do grupo de trabalho, a ideia é que chegue já, vamos dizer  
1871assim, subsídios e já encaminhado pelo próprio Ministério com um parecer  
1872técnico para que a Câmara possa deliberar, com antecedência. Então, esse  
1873seria o encaminhamento que eu gostaria de dar para essa questão. Quanto à  
1874relação da questão do evento, que o Dr. Solon propõe, eu queria deixar claro  
1875que o Ministério do Meio Ambiente não tem condições de bancar nenhum  
1876evento agora, no curto prazo de tempo, nós estamos entrando numa fase de  
1877transição de governo, onde você tem uma dificuldade, não só de logística, mas  
1878também de garantir a representatividade e a legitimidade dos atores políticos  
1879que estão ali naquele espaço. Então, você faz um evento em você deixa tudo  
1880certo, todo mundo assina embaixo, chega ao final você vai ter o problema de  
1881explicar novamente para o novo gestor que vai assumir a partir de 1º de  
1882janeiro. Então, eu queria dizer que, às vezes, é melhor a gente ser um pouco  
1883realista nesse processo, e saber que é importante que a gente deixe... Por isso  
1884que eu acho que seria importante o mais cedo possível a Secretaria de Portos,  
1885o Ministério dos Transportes e o Ministério do Meio Ambiente chegarem a um  
1886acordo sobre uma proposta de trabalho, e encaminharem já para já estar na  
1887agenda da Câmara Técnica previsto, já como encaminhamento dessa reunião,  
1888que a próxima reunião pautará a criação do grupo de trabalho. Porque daí  
1889deixamos essas duas coisas alinhadas, e teremos condição de fazer uma  
1890deliberação no sentido de criar um grupo de trabalho, subdividido, dois grupos  
1891de trabalho que forem necessários, porque dependendo da maturidade, do que

1892 fora apresentado, talvez seja adequado até dividir esse trabalho e seguir com  
1893 uma resolução que está um pouco mais... Já tem quase uma proposta de  
1894 resolução, em vez de um termo de referência, fazer andar essa proposta, e a  
1895 outra se desenvolve de uma forma um pouco mais detalhada, lenta, o que for.  
1896 Então, eu queria... Tem uma questão de ordem ali, mas eu queria deliberar já  
1897 sobre esse ponto. Se podemos adotar esse encaminhamento. Solon, é sobre  
1898 isso ou sobre o evento?

1899

1900

1901 **O SR. SOLON FAGUNDES (FURPA)** - Presidente, em nenhum momento, nós  
1902 provamos que o Ministério do Meio Ambiente fosse notório, infelizmente a  
1903 conselheira Patrícia não estava, era retomar a ideia que a CNT apresentou de  
1904 promover alguma coisa nesse sentido, e a SEP também se mostrou favorável  
1905 apresentar os resultados, dar mais publicidade, mesmo parcial, foi isso que nós  
1906 conversamos da outra vez. Em nenhum momento nós pedimos um evento, até  
1907 porque esse evento pode ser associado... Temos aí a reunião do CONAMA o  
1908 mês que vem, pode ser associado a outro evento do Ministério, até para unir o  
1909 útil ao agradável. Em nenhum momento nós solicitamos ao Ministério, o que  
1910 nós estamos propondo é que haja uma discussão se vamos ficar quatro meses  
1911 parados com esse assunto, que haja uma discussão nesse meio tempo, já que  
1912 há dúvidas e temeridades conforme foi explanado aí.

1913

1914

1915 **O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Eu queria primeiro fechar a questão desse  
1916 encaminhamento, depois a gente trata essa questão específica do Solon?  
1917 Podemos dar esse encaminhamento? A Secretaria de Portos poderia só usar o  
1918 microfone, pode assumir um compromisso junto ao Ministério do Meio  
1919 Ambiente, ao Ministério dos Transportes de trabalhar uma proposta de revisão  
1920 total, parcial da 344, como está previsto na 321? Só para gente registrar. A  
1921 Secretaria de Portos e o Ministério dos Transportes.

1922

1923

1924 **O SR. URBANO (Secretaria Especial de Portos)** - A Secretaria de Portos  
1925 concorda, acha que a participação do IBAMA é importante nesse processo,  
1926 porque eles realmente têm acompanhado par e passo o trabalho. Eu acho que  
1927 se pode avançar, sim, até com uma pré- proposta para começar o GT já com  
1928 alguma coisa mais firme.

1929

1930

1931 **O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Obrigado, Dr. Urbano. Dr<sup>a</sup>. Mônica da  
1932 Secretaria de Portos.

1933

1934

1935 **A SR<sup>a</sup>. MÔNICA (Secretaria Especial de Portos)** - Também de acordo.

1936

1937

1938 **O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Dr. Jairo do Ministério dos Transportes?

1939

1940

1941 **O SR. JAIRO (Ministério dos Transportes)** - O Ministério dos Transportes  
1942 está de acordo. Jairo.

1943

1944

1945 **O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Então deixar claro que quando o Ministério  
1946 do Meio Ambiente fala que assume esse compromisso, também o IBAMA e a  
1947 Agência Nacional de Águas também compõe esse compromisso no Ministério  
1948 do Meio Ambiente, no sentido de apoiar essa proposta que deverá ser  
1949 encaminhada, ver a melhor forma possível de encaminhar se em uma  
1950 proposta, duas propostas ou se uma proposta de resolução, um termo de  
1951 referência. Então, esse é um trabalho que tem que ser feito, que tem que  
1952 chegar à Câmara Técnica, e quanto mais amadurecido chegar melhor para  
1953 gente deliberar aqui. Então, acho que com isso encaminhamos esse ponto.  
1954 Quanto à questão que o Solon propõe, eu não vejo oportunidade agora a  
1955 conveniência até de, nesse momento, fazer grandes discussões, além do que a  
1956 gente já fez na Câmara Técnica que foi trazer, até depois eu queria passar a  
1957 palavra para a Dra. Maria Emília que ficou presa lá no aeroporto, chegou  
1958 agora, eu queria só passar a palavra para ela fazer uma rápida consideração  
1959 aqui a respeito de todo esse deslocamento que ela teve também. Mas eu  
1960 queria ver algum comentário em relação a esse aspecto, que eu não estou  
1961 vendo muita objetividade em fazer essa discussão agora, até porque tem uma  
1962 discussão que vai estar sendo tocada pelo Ministério dos Transportes, a  
1963 Secretaria de Portos, o Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA e a ANA, o que  
1964 é que agregaria nesse momento, que é o momento que eu fiz o registro, é um  
1965 momento de transição de governo, onde a gente tem uma série de dificuldades  
1966 aí, não só da logística, mas de fazer a coordenação de processos, onde você  
1967 tem já uma agenda de transição em andamento a partir da semana que vem,  
1968 em alguns Estados já começou até. Então, eu não sei. Alguém gostaria de  
1969 fazer algum comentário, ver se a gente pode facilitar essa sugestão? Dr. Solon.

1970

1971

1972 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA BOSON (CNT)** - Na outra vez que nós discutimos esse  
1973 assunto, Solon, eu tinha colocado mesmo da possibilidade dos professores da  
1974 própria SEP apresentar para o grupo empresarial um estudo, independente até  
1975 do resultado se vai para a 344. É um software interessante, é um estudo muito  
1976 interessante, e a CNT se sentiria honrada se a gente pudesse reunir para  
1977 apresentar para o setor empresarial que pode, inclusive, utilizar como  
1978 ferramenta também. Eu estou acreditando que o próprio setor ao instituir dentro  
1979 do seu empreendimento um comando ambiental, uma diretoria, uma gestão  
1980 interna ele pode também usufruir dessa ferramenta. Agora se isso é hoje ou  
1981 amanhã, Solon, eu também não estou... Até porque o estudo não concluiu, é só  
1982 depois de dezembro, e era a proposta que a gente tinha posto, e se para uma  
1983 evolução é isso que o pessoal coloca. Talvez não seja o mais oportuno, porque  
1984 senão chega o ano que vem e são outros membros da Câmara Técnica, outras  
1985 pessoas vai ter que fazer de novo para esses outros, que pode acontecer.  
1986 Então, talvez, infelizmente, a questão da oportunidade atrapalha a decisão de  
1987 se fazer isso tão imediatamente agora. Agora vou consultar as bases, como  
1988 dizem os deputados, vou consultar o pessoal das associações dos portos e  
1989 tudo para saber se eles acham pertinente fazer ainda agora, mas eu acredito  
1990 que...

1991

1992

1993 **SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Ok. Obrigada, Dr<sup>a</sup>. Patrícia. Mais algum  
1994 comentário? Então, nós... Eu vou só passar a palavra agora para a Dra. Maria  
1995 Emília. Por favor, professora Maria Emília, bem-vindo à nossa reunião, ao final  
1996 da nossa reunião.

1997

1998

1999 **SR<sup>a</sup>. MARIA EMÍLIA** - Muito obrigada. Vocês me desculpem, o meu voo  
2000 atrasou, foi adiado duas vezes. Mas eu tenho certeza que a qualidade do  
2001 nosso trabalho irá contribuir para essa discussão mais macro e, infelizmente...  
2002 Felizmente coisas de países, estamos em transição de governo, mas somos  
2003 uma equipe para esse trabalho especificamente envolvido com mais de 24  
2004 pessoas, incluindo técnicos da COP, do IVIG que é um laboratório dentro da  
2005 COP. E eu tenho certeza que esse trabalho irá contribuir, e muito, para  
2006 discussões mais estruturais em termos de qualidade de resoluções de  
2007 CONAMA e seja outros encaminhamentos que vocês deliberarem aqui. E  
2008 agradeço a atenção de vocês. Muito obrigada.

2009

2010

2011 **O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Obrigado, professora Maria Emília. Queria  
2012 só registrar aqui que a Câmara Técnica ficou muito impressionada com a  
2013 qualidade do trabalho, como ele está desenvolvendo, e da utilidade que ele  
2014 realmente vai ter para estruturar nossas bases de dados, e facilitar esse  
2015 processo de gestão ambiental de uma forma geral, e a questão de portos  
2016 específicos. Obrigado.

2017

2018

2019 **SR<sup>a</sup>. MARIA EMÍLIA** - E eu tenho aqui uns folhetos do IVIG para quem  
2020 quiser se inteirar dos nossos trabalhos, enfim, e tenho também um CD que é  
2021 para entregar ao MMA que é mais local. O CD do banco de dados eu vou  
2022 encaminhar posteriormente, porque não tive tempo hábil de preparar. Eu tenho  
2023 aqui o relatório, o primeiro relatório consolidado, o nosso segundo relatório está  
2024 sendo entregue agora.

2025

2026

2027 **O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Só me lembro agora que ficou pendente  
2028 uma pergunta que o Dr. Elias fez que eu acho que é bem importante. Como é  
2029 que a SEP está pensando a questão da gestão da base de informação?  
2030 Porque essa uma das questões críticas dentro desse processo. Como é que  
2031 esse processo vai evoluir? Obrigada, professora Maria Emília. Nós lembramos  
2032 de uma pergunta.

2033

2034

2035 **SR<sup>a</sup>. MÔNICA (Secretaria Especial de Portos)** - A SEP vai ter o  
2036 acompanhamento desse banco de dados, e nós temos conversado muito com  
2037 o IBAMA, o IBAMA que tem quase que centralizado o licenciamento das  
2038 dragagens, mas ainda assim nós temos muitos licenciamentos feitos por  
2039 órgãos estaduais. E seria interessante, vai ser interessante, no futuro, dar  
2040 acesso a todos esses órgãos que lidam com esses dados. É lógico, sempre

2041considerando um tipo de confiança dos dados que venham a ser colocados,  
2042porque aí vai atender a todo mundo, vai ser... Mas a SEP tem a intenção em  
2043abrir, sim, e eu acho que são os órgãos ambientais as instituições que vão  
2044alimentar os licenciamentos futuros, a gente, em vez de contratar agora uma  
2045instituição, a gente já vai ter feito isso de uma forma automática, dando acesso  
2046a todas as informações históricas de outros portos, ajudando no processo de  
2047licenciamento. Então, a intenção... Nós estamos com a senha, mas a gente já  
2048está conversando, quais são as características necessárias para se colocar  
2049esse sistema, o IBAMA já solicitou essas informações, e talvez conversando  
2050com vocês, também, para ter um acesso, pelo menos, dos dados. Agora temos  
2051aqueles que vão alimentar, que, provavelmente, são os órgãos ambientais e o  
2052IBAMA que tratam do processo de licenciamento.

2053

2054

2055**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Obrigado, Mônica. Dr. Urbano.

2056

2057

2058**O SR. URBANO (Secretaria Especial de Portos)** - Uma questão. Seria bom  
2059sair daqui hoje com esses órgãos dessa comissão aí, que a gente já tivesse  
2060uma ideia de quem vai participar disso. Quem encaminha para quem, o nome,  
2061essas coisas.

2062

2063

2064**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Eu acho que o Ministério do Meio  
2065Ambiente aqui, a Dra. Marília lembra, poderia assumir essa responsabilidade,  
2066chamar essa primeira reunião com o Ministério dos Transportes e com a  
2067Secretaria de Portos, e aí, claro, trazendo o IBAMA, a ANA, outros órgãos,  
2068para, vamos dizer assim, fazer o nosso planejamento de trabalho. Queria, mais  
2069uma vez, agradecer a Secretaria de Portos, o Ministério dos Transportes, os  
2070nossos professores que estão coordenando esse trabalho. Nós retomamos a  
2071nossa reunião às duas da tarde com dois pontos, o primeiro... Duas da tarde,  
2072vocês não acham que depois...

2073

2074

2075**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - A gente volta mais cedo, uma hora de almoço.

2076

2077

2078**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - A nossa experiência é que a gente marca  
2079menos de uma hora e não funciona. Não sei. Consulta. 1h30? Então, 1h30.  
2080Espero que todos estejam presentes para dar quorum. Obrigado. 1h30 então  
2081retomamos.

2082

2083

2084*(Intervalo para o almoço)*

2085

2086

2087**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Boa tarde. Estamos retomando então a  
2088pauta da nossa 44ª Reunião da Câmara de Controle e Qualidade Ambiental.  
2089Nós concluímos então o ponto 3.1. Passamos agora aos informes. Nós temos  
2090dois informes, um sobre as resoluções que estão discutidas no âmbito do

2091 Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que tem relação com as temáticas  
2092 que são tratadas aí no âmbito do CONAMA, mais especificamente com as  
2093 matérias da CTCQA, e depois nós teremos o informe sobre a implementação  
2094 do Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos nos órgãos estaduais e  
2095 municipais, aí nós temos a participação do Rio de Janeiro e a prefeitura de São  
2096 Paulo. Então eu queria, já de pronto, convidar o Dr. Roberto Monteiro, assessor  
2097 da Secretaria de Recursos Hídricos e Desenvolvimento Urbano, para nos  
2098 passar os informes. Por favor, pode tomar lugar à mesa. Dr. Solon.

2099

2100

2101 **O SR. SOLON FAGUNDES (FURPA)** - Presidente, eu teria o informe do GT de  
2102 Fontes Fixas.

2103

2104

2105 **O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Isso, que a gente pediu hoje, pela manhã,  
2106 o informe sobre fontes fixas, 4.3 fontes fixas. Obrigado, Solon.

2107

2108

2109 **O SR. ROBERTO MONTEIRO** - Obrigado, Sr. Presidente. Conforme informado  
2110 pelo Sr. Presidente, o nosso informe tem por objetivo maior dar conhecimento  
2111 aos senhores conselheiros, sobre o andamento de diversos tópicos em  
2112 desenvolvimento no Conselho Nacional de Recursos Hídricos que tem interface  
2113 ou rebatimentos direto com as ações e trabalhos desenvolvidos pela CTCQA.  
2114 Então, nós selecionamos alguns pontos que tem esse rebatimento e  
2115 gostaríamos de informar aos senhores sobre esse andamento. Adriano, por  
2116 gentileza, a proposta de vazão mínima remanescente. Como todos os  
2117 senhores sabem, para a gestão de recursos hídricos, e, principalmente, para a  
2118 outorga de recursos hídricos, direitos de recursos hídricos, um dos elementos  
2119 fundamentais é a determinação de vazão mínima remanescente, vazão mínima  
2120 remanescente essa que é a vazão necessária a atender os diversos usos  
2121 outorgados ou outorgáveis de jusante, bem como atender a vazões  
2122 necessárias à navegação, vazão necessária à manutenção dos ecossistemas  
2123 aquáticos, vulgarmente chamada de vazão ecológica. Então, esse é o principal  
2124 rebatimento, a questão da vazão mínima remanescente que é a composição  
2125 desse conjunto de vazões e a vazão ecológica. Houve diversas discussões no  
2126 cenário da nossa Câmara Técnica de outorga e regulação do Conselho  
2127 Nacional de Recursos Hídricos, sobre se nós deveríamos abordar a questão da  
2128 vazão ecológica no seio dessa resolução de diretrizes gerais sobre vazões  
2129 mínimas remanescentes. Chegamos à conclusão que além de ter certa dúvida  
2130 quanto à competência específica do conselho de recursos hídricos, está em  
2131 entrando em questão de vazão ecológica, também o tema é um tema árido, é  
2132 um tema difícil em termos conceituais tecnicamente. Portanto, ficou acertado  
2133 que como nós dependíamos e era imprescindível para nós a questão das  
2134 vazões mínimas remanescentes, nós separamos a temática deixando que a  
2135 vazão ecológica fosse desenvolvida no seio do CONAMA com mais vagar, com  
2136 mais reflexão técnica e científica, de forma a compor, no momento adequado, o  
2137 conjunto de vazões que devem permanecer a jusante de qualquer  
2138 empreendimento outorgado. Então, essa é a resolução que já foi discutida no  
2139 âmbito da CTPOA, Câmara Técnica de Outorgas e Procedimentos. Então, essa  
2140 resolução para o conhecimento dos senhores, estabelece as diretrizes gerais

2141 para a definição das vazões mínimas remanescentes. Então, estabelece a  
2142 série de definições, seção de controle, vazão mínima remanescente, os termos  
2143 de alocação de água, quando há conflito deve um termo de alocação de água,  
2144 vazão de referência que é a vazão utilizada para definir a disponibilidade  
2145 hídrica de uma seção, e dessa vazão de referência retirada a vazão outorgada  
2146 deve permanecer uma vazão mínima remanescente. Aí determina quais são as  
2147 considerações que devem ser feitas para essa determinação. Então consta a  
2148 vazão de referência, os critérios de outorga formalmente estabelecidos, as  
2149 demandas e características específicas de cada um dos usos e interferências  
2150 nos recursos hídricos, os critérios de gerenciamento adotados na bacia  
2151 hidrográfica, as prioridades e diretrizes estabelecidas nos planos de recursos  
2152 hídricos, esses planos, no futuro, com plano de bacia deverão definir,  
2153 provavelmente, até quanto de água deverá ser alocado para cada um do setor,  
2154 o enquadramento dos corpos de água, como definição de cenários, como  
2155 definição de meta legal. Então, o enquadramento de corpos de água como  
2156 meta, como condição jurídica a ser atendida como correspondente a um  
2157 determinado cenário, os termos de alocação de água, como os termos de  
2158 alocação que foi feito no piranhas [ininteligível] determinando as distribuições  
2159 específicas para cada um dos setores, e o que foi estabelecido pelo órgão de  
2160 meio ambiente competente em termos de exigências. Então, grosso modo,  
2161 esse é o objetivo primordial. Define que podem ser adotados critérios  
2162 diferenciados em termos de trecho de vazão reduzida, em trechos de águas  
2163 intermitentes, e nas diversas situações que se apresentam para a definição  
2164 dessa vazão mínima remanescente. Dizendo que ela pode ser temporal em  
2165 termos de permanente, sazonal ou temporária, a questão de eventos  
2166 hidrológicos críticos, que essas vazões têm que ser obedecidas e atendidos os  
2167 usos prioritários. Então, autoridade também poderá alterar esse valor  
2168 remanescente, desde que haja a deliberação do comitê, solicitação de usuários  
2169 mediante estudo técnico, termo de alocação de água por solicitação do órgão  
2170 ambiental competente, e também em decorrência do enquadramento dos  
2171 corpos de água. Então, basicamente ela é uma resolução de diretrizes com  
2172 relação à vazão mínima. Interface fundamental, como citado inicialmente, é a  
2173 questão de que a vazão mínima remanescente compreende esse conjunto de  
2174 vazões, vazões de navegação, vazão de uso outorgáveis de jusante, vazão de  
2175 usos outorgados, vazão ecológica e qualquer tipo de vazão que seja desejável  
2176 ser mantida no trecho de jusante de um corpo de água. Então, esse conjunto,  
2177 essa composição é que faz a nossa vazão mínima remanescente, e o  
2178 rebatimento direto é com a vazão ecológica, como explicado inicialmente, ficará  
2179 a cargo do órgão ambiental ou do próprio CONAMA para que possa aprofundar  
2180 e determinar as suas necessidades em cada seção de curso de água. Outro  
2181 ponto que foi objeto de grandes discussões e até demoras no Conselho  
2182 Nacional de Recursos Hídricos, foi uma resolução que nós estávamos fazendo  
2183 sobre reuso para fins agrícolas e florestais, unidade agrícola e florestal para  
2184 uma melhor utilização de água, para dar uma maior racionalização de água no  
2185 sentido de aproveitar efluentes, águas já usadas e tratadas com as devidas  
2186 limitações, podendo ser usada para determinados fins. Essa resolução, no  
2187 inicial, nós no Conselho de Recursos Hídricos, acabamos entrando em padrões  
2188 de água e solo que se chegou à conclusão que não era competência do CNRH  
2189 e muito menos cabia esse tipo de colocação na resolução. Então nós ficamos  
2190 aguardando a famosa resolução que faz parte daquele tripé estruturante do

2191 Conselho Nacional de Recursos Hídricos, nós temos o programa de ar, nós  
2192 temos a 357 como a política de águas, a 357 e a 396 e faltava a de solos, e a  
2193 de solos foi editada há pouco aonde nós estabelecemos um sistema de  
2194 classificação de solos e providências com relação a sítios contaminados.  
2195 Nessa resolução do CONAMA que estabelece valores de referência de  
2196 qualidade, valores de interferência, valor de intervenção, possibilitou que nós  
2197 então fizéssemos essa resolução que estabelece os procedimentos para  
2198 disciplinar a prática de reuso direto não potável de água numa unidade agrícola  
2199 e florestal, conforme definido pela Resolução CNRH n.º 54 que estabelecia  
2200 essa necessidade. Procuramos então estabelecer procedimentos, procuramos  
2201 estabelecer diretrizes no contexto dessa resolução, mas sem mais citar  
2202 especificamente padrões, remetemos, fizemos as remissões necessárias, as  
2203 resoluções do CONAMA que tratam sobre o mesmo assunto, não foi nem uma  
2204 remissão direta, observada a resolução n.º x, y, z, foi observada a legislação  
2205 competente, sabendo nós que a legislação competente é uma resolução do  
2206 CONAMA. São os considerandos iniciais, estabelece procedimentos, diz que  
2207 as características físicas e químicas biológicas para água em todos os tipos de  
2208 reuso, para fins agrícolas e florestais, deverão atender os limites definidos na  
2209 legislação pertinente, como eu acabei de falar, que é especificamente aquela  
2210 resolução de solo, e bem como as resoluções de água subterrânea, que nesse  
2211 caso aí água subterrânea tem um rebatimento direto. E aí estabelece os  
2212 procedimentos com relação a monitoramento, caracterização e monitoramento,  
2213 se recomendando observar as diversas tipologias, a natureza do reuso, porte  
2214 das instalações, variabilidade dos insumos, variações nos fluxos envolvidos,  
2215 tipo de cultura, porque cada cultura tem uma exigibilidade distinta, tem alguns  
2216 padrões e parâmetros que são limitantes quanto à utilização na área agrícola,  
2217 principalmente cobalto tem uma limitação muito forte. Nós nos lembramos, na  
2218 357, os senhores têm uma caracterização de classes, onde uma das classes  
2219 você tem irrigação de hortaliças e vegetais que são consumidos crus, e aí tem  
2220 limitações de ordem bacteriológica, já quando há irrigação em culturas  
2221 arbustivas e cerealíferas já as restrições são bem menores. Então, isso tem  
2222 que ser atendido por esse uso de reuso de água, especificamente na área  
2223 agrícola. E continuamos aí com as aplicações, não deve apresentar riscos ou  
2224 danos ambiental, a concentração recomendada, os elementos e substâncias  
2225 químicas para todos os tipos de reuso para fins agrícolas são os valores de  
2226 prevenção que constam na legislação pertinente, esse especificamente é na  
2227 questão de solo, naquela resolução que eu citei anteriormente, então ela já  
2228 remete para essa resolução esses valores. Então, em estando uma água que  
2229 foi utilizada, seja esgoto sanitário, seja esgoto industrial que seja pré-tratada e  
2230 que venha a ter as características que estão recomendadas nas legislações  
2231 específicas do CONAMA para aquela finalidade, ou seja, uso agrícola e  
2232 florestal, poderá ser utilizado como reuso cumprindo essas determinações e  
2233 essas diretrizes que estão colocadas nessa resolução. Outra resolução que  
2234 nós estamos trabalhando no Conselho de Recursos Hídricos e, ao mesmo  
2235 tempo, está sendo outra correspondente... É bom frisar que as resoluções não  
2236 é um conselho ter que aprovar resolução de outro, às vezes, até ser consultado  
2237 pela resolução do outro, mas são resoluções que têm interface que elas são  
2238 complementares, por exemplo, essa que eu vou citar agora, nós temos  
2239 praticamente concluída, sendo levada à CTAJ na próxima semana, a resolução  
2240 que, inclusive, vai fazer parte da nossa pauta da reunião do Conselho Nacional

2241em novembro, que trata dos padrões de lançamento de efluentes, resolução  
2242essa que é uma revisão do art. 34 da Resolução 357. Então, essa resolução  
2243está pronta, será examinada na CTAJ na próxima semana. Aprovada na CTAJ  
2244vai a plenária do CONAMA. Qual é o rebatimento dessa resolução com o  
2245CNRH? O rebatimento é direto na outorga de lançamento de efluentes, um dos  
2246instrumentos de gestão de recursos hídricos é a outorga para a diluição de  
2247efluentes nos corpos de água. Então nós estamos preparando, não está  
2248concluída ainda, mas já está praticamente no seu final, uma resolução  
2249estabelecendo diretrizes e procedimentos para a concessão das outorgas para  
2250lançamento ou diluição de efluentes em corpos de água. Então, diz tudo que  
2251vai ter que ser considerado, as vazões de referência, as vazões mínimas  
2252remanescentes, capacidade de suporte do corpo de água, os valores limitantes  
2253que estão sendo estabelecidos por essa resolução de padrões de lançamento  
2254de efluentes, dentre outros tópicos. Então temos aí também outra resolução  
2255que é complementar, uma complementa a outra, aperfeiçoado pelo CONAMA  
2256os padrões de efluentes, nós temos o correspondente de resolução do CNRH  
2257tratando da outorga de lançamento de efluentes respeitando todos esses  
2258aspectos. Outro ponto que tem rebatimento direto com a Política Nacional do  
2259Meio Ambiente, principalmente com o zoneamento econômico e ecológico, e  
2260outros instrumentos de planejamento, como avaliação ambiental estratégica  
2261que está em consulta pública no momento as diretrizes de avaliação ambiental  
2262e estratégica que está em consulta pública pelo Ministério, são os planos,  
2263então nos planos nós temos diversos planos que estão desenvolvidos em  
2264implementação ou em desenvolvimento, nós gostaríamos de dar conhecimento  
2265aos senhores que o plano estratégico do Araguaia/Tocantins foi elaborado,  
2266objeto de debates e aprovação pelo conselho já há certo, cerca de uns oito  
2267meses, não é Patrícia? Oito meses, um ano, mais ou menos, há um ano, mais  
2268ou menos, então nós aprovamos o plano estratégico Araguaia/Tocantins, e  
2269esse plano está em plena implementação. Chamamos atenção do que esses  
2270instrumentos não são isolados, não são solitários, no momento que editado um  
2271plano estratégico Araguaia/Tocantins ele rebate tanto no setor de gestão de  
2272recursos hídricos, quanto no setor de licenciamento, como no setor de  
2273fiscalização e tudo mais. Então, esse é um plano que está elaborado. O que  
2274está em elaboração, no momento, os senhores têm conhecimento, já devem ter  
2275ouvido falar, que está em desenvolvimento pela ANA, Maurício, o plano da  
2276margem direita do Amazonas, que também é um plano que deve se analisar  
2277todo o aspecto de desenvolvimento desejável e possível para a margem direita  
2278do Amazonas. E, finalmente, nós temos o Plano Nacional de Recursos  
2279Hídricos, o plano nacional de Recursos Hídricos é um instrumento de porte, de  
2280peso, já está aprovado há alguns anos e está em processo de revisão. Durante  
2281esse ano nós já promovemos quatro oficinas nacionais e doze oficinas  
2282regionais envolvendo mais de dois mil atores do sistema nacional de  
2283gerenciamento de recursos hídricos no sentido de revisar todos aqueles  
2284tópicos, todos aqueles cadernos que compõem o Plano Nacional de Recursos  
2285Hídricos. E está previsto, programado para a semana que vai do dia 23 a 26,  
2286infelizmente, coincidente com dois eventos enormes que é o Fórum de Comitês  
2287de Bacia e, principalmente, a nossa reunião plenária do Conselho Nacional do  
2288Meio Ambiente que é 24 e 25, mas, infelizmente, tanto um quanto o outro já  
2289estavam marcados a longo tempo, não foi possível alterá-los, e vai haver na  
2290semana do dia 23 a 26 de novembro, em Fortaleza no Ceará, uma reunião que

2291será uma oficina nacional de consolidação de todas essas oficinas regionais e  
2292nacionais havidas anteriormente, no sentido de dar o devido aperfeiçoamento,  
2293a devida atualização e revisão ao Plano Nacional de Recursos Hídricos que é  
2294para a política de gestão de recursos hídricos, o instrumento mais importante,  
2295instrumento esse que se coaduna, ele é complementado pelo próprio  
2296enquadramento de corpos de água que transforma esses cenários em uma  
2297decisão jurídica e implementável juridicamente por exigibilidade em todo o  
2298processo de controle, através de outorga, através de licenciamentos e outros  
2299instrumentos que nós tenhamos. Estou à disposição para aprofundar a quem  
2300queira mais detalhes, mas o que foi pedido foi informe de situação. A situação  
2301é exatamente essa. Teremos uma reunião, provavelmente, do CNRH no  
2302próximo dia 16 de dezembro, e na pauta deverá estar, inclusive, talvez essa  
2303resolução de lançamento de efluentes. Obrigado, senhores.

2304

2305

2306**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Obrigado, Dr. Roberto. Algum  
2307esclarecimento? Vanderlei, Patrícia, Maurício.

2308

2309

2310**A SRª. PATRÍCIA BOSON (CNT)** - Só dizer, deixar registrado que aqui  
2311também não é a discussão disso, que essa resolução de vazão remanescente  
2312a gente tem dúvidas tremendas em relação, inclusive, à necessidade dela, a  
2313existência dela, porque quando você dá uma outorga você já baseia numa  
2314vazão de referência, e o que sobrar é o que você referenciou, é claro que  
2315padrões de condições mínimas de proteção de ecossistemas têm que ser  
2316considerado na outorga, eu não posso é ter uma vazão de referência para  
2317outorga e outra que não vai coincidir com o que vai ficar depois que eu já  
2318estabeleci pelo Conselho Estadual o que é vazão de referência. Então, a gente  
2319tem uma dúvida tremenda em relação a isso, mas a gente costuma,  
2320infelizmente, o Conselho tem andado assim, ele vai até o conselho para chegar  
2321lá e verificar que precisava voltar, e em que pese a gente estar gritando o  
2322tempo todo que precisa voltar. Outra coisa... Mas é só para ficar registrado que  
2323o setor usuário tem sérias dúvidas sobre a competência e o conteúdo dessa  
2324resolução que invade competência de comitê, enfim, uma confusão. Outra  
2325coisa que eu queria colocar de verdade, é que talvez, Volney, para um  
2326processo futuro avaliar a possibilidade de ter realmente resoluções conjuntas.  
2327Em Minas isso acontece já, por lei, você tem resoluções conjuntas. Então  
2328quando foi feito o enquadramento, a revisão da resolução 10, da deliberação  
232910 que era a nossa 20 daqui, de classes, foi feito em conjunto com o conselho  
2330estadual. Então, tanto a classificação quanto os procedimentos para  
2331enquadramento saíram numa nota só, não foi preciso ficar revendo e sabendo  
2332se a competência era de um, de outro, não houve esse desgaste, foi feito de  
2333forma conjunta as duas resoluções, e muita coisa realmente pode ser feita  
2334dessa forma. Nós estamos lá nos debatendo com a questão de gestão costeira,  
2335que é uma coisa especificamente da agenda ambiental e a todo momento  
2336esbarrando em competências que é do outro, que é desse ou que é daquele  
2337por que não fazer conjunto. Então, eu acho que é isso. E outra coisa para  
2338deixar registrado, é que nada que não aconteceu ainda não pode ser mudado,  
2339pode ser mudado, e uma é a data dessa revisão do Plano Nacional de  
2340Recursos Hídricos, é o instrumento mais importante, no entanto, vai fazer sem

2341nenhum comitê de bacia, porque eles estão todos reunidos em outro lugar, que  
2342é a unidade descentralizada do processo, então nem oportunidade as pessoas  
2343vão ter. Então, para mim data não mudou, pode mudar, não aconteceu ainda, a  
2344gente só não muda o que já aconteceu, por enquanto, que falam em túnel do  
2345tempo, pode ser que a gente um dia ainda muda. Mas enquanto não  
2346aconteceu, podemos mudar. E eu queria deixar registrado aqui que a  
2347Secretaria de Recursos Hídricos, podia, se ela quer, efetivamente, a  
2348participação de todos e não de alguns que ela podia realmente rever essa data,  
2349como ele bem colocou, coincide com duas condições muito importantes que é  
2350tanto as reuniões do CONAMA, já agendadas desde o primeiro dia do ano, lá  
2351marcadas, quanto essa questão do fórum.

2352

2353

2354**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Nós não vamos abrir muita discussão aqui,  
2355são informes. Vanderlei, depois Maurício e depois eu passo a palavra... Tem  
2356mais alguém que gostaria de se inscrever?

2357

2358

2359**O SR. SOLON FAGUNDES (FURPA)** - Solon.

2360

2361

2362**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Eu passo a palavra para o Roberto para  
2363fazer as considerações gerais, e nós passamos para o próximo informe.  
2364Vanderlei.

2365

2366

2367**O SR. WANDERLEY** - Roberto...

2368

2369

2370(*Pronunciamento fora do microfone*)

2371

2372

2373**O SR. WANDERLEY** - Foram muitos questionamentos. Roberto, uma dúvida  
2374em relação à resolução que trata de reuso de água. A pergunta é: é água  
2375mesmo que está sendo reutilizada?

2376

2377

2378**O SR. ROBERTO MONTEIRO** - Você teoricamente [pronunciamento fora do  
2379microfone] primeiro conceito. Segundo a subcategoria (*Pronunciamento fora do*  
2380*microfone*).

2381

2382

2383**O SR. WANDERLEY** - Não, na verdade, eu perguntei mesmo. Está tranquilo.

2384

2385

2386**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - É que eu quero puxar um pouco à memória  
2387do Roberto que vai responder tudo junto depois.

2388

2389

2390 **SR. WANDERLEY** - Eu estou perguntando por que o entendimento que nós  
2391tivemos, Roberto, quando começou a discussão de reuso no CNRH eu  
2392participei acho que da primeira reunião, da segunda só, é que a interface com a  
2393área ambiental é muito forte, porque não estou tratando basicamente de reuso  
2394de água, é reuso de efluente, aplicado num importante compartimento  
2395ambiental que é solos, influi diretamente na questão da qualidade ambiental.  
2396Acho eu que isso deveria, de alguma maneira, passar pelo CONAMA, é a  
2397minha visão. Acho que a competência disso estaria muito mais ligada ao  
2398CONAMA do que o próprio CNRH. Posso estar enganado. Eu estou colocando,  
2399até porque eu estou exprimindo uma coisa... Eu participei lá do início, depois a  
2400gente viu que houve, foi e voltou, terminou, houve problemas e renasce. Era  
2401apenas isso a minha observação. Obrigado.

2402

2403

2404 **SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Obrigado. Maurício, depois Solon, e aí  
2405passo para o Roberto.

2406

2407

2408 **SR. MAURÍCIO LOBO (ANAMMA Nacional)** - Roberto (*pronunciamento*  
2409*fora do microfone*) o retrato [ininteligível] temas em pauta hoje com o CNRH.  
2410Querida só complementar dizendo o seguinte, no passado houve duas  
2411resoluções apesar do CNRH, apesar de um contato direto com o SISNAMA,  
2412que são [*pronunciamento fora do microfone*] licenciamento e outorga e  
2413trabalhou com esses dois instrumentos, mais ou menos, correspondentes  
2414(*inaudível*) de um e de outro sistema. E a Resolução 91 também do CNRH que  
2415revisou os procedimentos relacionados com o outro instrumento que também tem  
2416a ver muito com a política ambiental que é o enquadramento. Também outra  
2417informação que eu acho que seria interessante trazer aqui é o seguinte, o  
2418CNRH, o ano passado, fez uma pesquisa, uma consulta a todos os  
2419conselheiros sobre o que é que deveriam ser prioridades na agenda do  
2420conselho para esse ano e para o ano seguinte, e naquela ocasião o nosso  
2421diretor presidente era o Dr. José Machado, que hoje é o Secretário-Executivo  
2422do Ministério e a ANA encaminhou algumas propostas e a primeira delas, me  
2423parece, era que o CNRH tratasse de uma questão que a gente estava  
2424chamando de diretiva quadro Brasil das Águas, que é um pouco  
2425correspondente àquela diretiva quadro européia, que é um pacto federativo na  
2426União Européia que foi feito entre os 27 países, para se atingir num prazo x o  
2427bom estado ecológico das águas, e isso tem prazos, tem metas, tem punições,  
2428inclusive, para quem não cumpre essas metas, e foi uma coisa muito eficaz  
2429para que eles lá conseguissem avançar nessa questão de uma gestão das  
2430águas de uma forma mais articulada. Então, a ideia é que o Brasil sendo  
2431também uma federação e tendo 27 Estados e tendo essa necessidade de  
2432pactuar esses temas, que isso poderia ser uma referência interessante para  
2433gente aqui. Essa sugestão foi encaminhada pela ANA ao CNRH, mas nas  
2434votações que houve lá no final do ano passado para escolher as prioridades  
2435para cada Câmara Técnica este ano ela ficou de fora. Eu estou trazendo essa  
2436informação aqui, porque quando a gente examina o conteúdo da diretiva  
2437quadro metade dela, ou mais, são questões de qualidade ambiental e da área  
2438mesmo do SISNAMA equivalente aqui no Brasil do CONAMA e do SISNAMA, e  
2439a outra metade são assuntos lá relacionados ao sistema de gestão de recursos

2440hídricos. Então, me parece que nessa ideia que a Patrícia trouxe de coisas que  
2441podem ser trabalhadas de forma conjunta nos dois sistemas e nos dois  
2442conselhos, talvez esse possa vir a ser um tema estratégico e relevante.

2443

2444

2445**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Obrigado, Maurício. Solon.

2446

2447

2448**O SR. SOLON FAGUNDES (FURPA)** - Roberto, realmente, são duas  
2449questões, uma primeira seria reuso da água. Nós já sinalizamos na  
2450reformulação da 357 como importante mecanismo para a gestão do reuso da  
2451água, e seria interessante não ficar dissociado. Hoje qual é a referência  
2452questão do solo? A resolução de áreas contaminadas. Então, associar, tentar  
2453associar isso de uma maneira... Tentar associar. Segundo ponto. Achei pouco  
2454tímida essa questão que você falou, essa questão de escassez hidrológica,  
2455estiagem. Como é que... Você falou praticamente em [ininteligível], acho que o  
2456texto é esse mesmo. Mas como é que seria feito esse [ininteligível] controle,  
2457espécie de gatilho, como controlar isso aí? Não foi discutido isso aí? Com  
2458relação aos períodos de estiagem que a gente sabe que é crítico em  
2459determinadas regiões.

2460

2461

2462**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Obrigado, Solon. Roberto para completar o  
2463informe.

2464

2465

2466**O SR. ROBERTO MONTEIRO** - Vamos por parte. A questão de estiagem tem  
2467uma citação quanto a vazões mínimas remanescentes, tem um artigo que fala  
2468das vazões em períodos críticos, e também fala de redes intermitentes. Porque  
2469nessas situações a regra é praticamente deixada de lado, porque é uma  
2470situação emergencial. Então, na questão da vazão mínima remanescente está  
2471o alerta quanto a período de estiagem, e tem um alerta também com relação...  
2472Mas tem um tópico que fala da questão de vazões mínimas remanescentes em  
2473períodos de estiagem e na questão de trecho de rios intermitente. Inclusive,  
2474nós estamos fazendo alguns seminários para discutir a questão de rios  
2475intermitentes, porque nós vamos ter, necessariamente, que trabalhar uma  
2476resolução especial, uma resolução específica para essa questão de rios  
2477intermitentes, não dá para ter o mesmo tratamento, não tem água, então você  
2478tem que ter um procedimento específico para esses momentos em que não é  
2479possível ter uma outorga permanente num local que a vazão de referência é  
2480zero. E aí já aproveito para entrar na colocação da Patrícia, quanto à vazão  
2481mínima remanescente e vazão de referência, são dois conceitos extremamente  
2482distintos. A vazão de referência é aquela vazão que, com um mínimo de  
2483segurança, nós estamos trabalhando, então adotamos normalmente o Q95,  
248495% do tempo essa vazão é presente no curso de água, é um conceito  
2485hidrológico, é um dado hidrológico, Q95 não depende de nosso arbítrio,  
2486depende de natureza, aonde nós temos a vazão que é disponível no curso de  
2487água naquela seção com a garantia de 95% do tempo. A vazão mínima  
2488remanescente não é tão somente vazão de referência menos vazão outorgada  
2489de vazão mínima remanescente, porque a outorga depende do nível de

2490tratamento, depende de que tipologia industrial se vai ser mais aperfeiçoada,  
2491menos aperfeiçoada, se é uma estação de esgoto, se vai tratar com 60%, se  
2492vai tratar com 90%. Então, isso rebote na capacidade de suporte e rebote nas  
2493vazões que vão estar disponíveis ou não, mesmo na utilização de água,  
2494agriculturas intensivas em água e agriculturas não intensivas em água, você  
2495usar uma coisa ou outra, você mexe com essa... Por exemplo, a vazão de  
2496referência está lá, mas a vazão mínima remanescente pode maior ou menor  
2497em função daquilo que é aplicado. Não sei se esclareci bem, mas também aqui  
2498não é o fórum, digamos, para gente debater essa questão. A questão de reuso  
2499e conflito com o CONAMA. Nós procuramos, inicialmente, e, efetivamente,  
2500existia conflito, nós estávamos até invadindo área de competência, essa  
2501questão de se é a água efluente, a água sempre será, efluente é uma condição  
2502específica. No momento que é tratado e devolvido ao rio, ou, possivelmente,  
2503seja reutilizado, já deixou de ser efluente e passou um recurso que você está  
2504sendo utilizado normalmente. Aí é questão conceitual, a gente não vai ficar  
2505aqui: ah, é ou não é. Não é por aí. A questão é o seguinte, essa água, em  
2506sendo utilizada, terá que, rigorosamente, cumprir os padrões estabelecidos  
2507pela legislação ambiental, especificamente e muito especificamente a 396 que  
2508fala dos padrões de águas subterrâneas, e a resolução, que não me recordo o  
2509número, a 420 que é a resolução que estabelece a classificação de solos e  
2510valor de referência de qualidade, valor de intervenção e valor de contaminação.  
2511Então, valor dos sítios que possam estar contaminados. Então isso terá que ser  
2512utilizado especificamente dentro desse cenário, dentro desses limites em que  
2513seja estabelecido pela resolução do CONAMA. Isso não é questão de reuso.  
2514Questão de estiagem eu falei, que tem especificamente, está havendo  
2515seminários, inclusive, para dar uma tratativa específica para rios intermitentes.  
2516Deixei alguma coisa em aberto? Então, é basicamente isso. Obrigado,  
2517senhores.

2518

2519

2520**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Obrigado, Roberto, pelo informe.

2521

2522

2523**O SR. ROBERTO MONTEIRO** – Só uma única coisa. Infelizmente, a questão  
2524de data, Patrícia, foge à nossa alçada...

2525

2526

2527**A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA BOSON (CNT)** - Mas leva.

2528

2529

2530**O SR. ROBERTO MONTEIRO** – Eu sei, mas já levei.

2531

2532

2533**A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA BOSON (CNT)** – Leva de novo.

2534

2535

2536**O SR. ROBERTO MONTEIRO** - Já foi levado, o Secretário-Executivo substituto  
2537aqui já levou também, e eu, sinceramente, a notícia que eu tenho é que não  
2538tem como mudar. Então vai ficar coincidentes esses eventos.

2539

2540

2541 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Só um minutinho. Roberto, o lançamento do  
2542 efluente para uso agrícola ele é passivo de licenciamento?

2543

2544

2545 **O SR. ROBERTO MONTEIRO** – Sim.

2546

2547

2548 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA BOSON (CNT)** - Lançamento é, reuso é que não é.

2549

2550

2551 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Então não tem outorga nesse caso para  
2552 lançamento?

2553

2554

2555 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA BOSON (CNT)** – Outorga para reuso.

2556

2557

2558 **O SR. ROBERTO MONTEIRO** - Para reuso sim. Você vai ter que ter...

2559

2560

2561 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA BOSON (CNT)** - Não é água nova, não tem reuso.

2562

2563

2564 **O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Está bom, gente. Acho que o objetivo já...

2565 Acho que a gente continua a discussão...

2566

2567

2568 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Porque eu achava que tinha licenciamento.

2569

2570

2571 **O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Nós temos uma clareza que tem várias  
2572 questões que estão em andamento no Conselho Nacional. É importante que  
2573 todos tenham ciência, e eu tomei nota de algumas questões aqui que depois eu  
2574 vou checar junto às nossas secretarias. Obrigado, Roberto. Então, passamos  
2575 agora ao próximo ponto de pauta. Queria convidar o Dr. Rudolf(?) aqui para a  
2576 parte de inspeção veicular. Nós devemos ter aí... Acho que o Dr. Antônio  
2577 Carlos do Governo do Estado do Rio de Janeiro também está, o Dr. Márcio  
2578 Esquetini que é o conselheiro da ANAMA Sudeste também está presente.  
2579 Vamos trazer algumas informações sobre como isso tem evoluído, até registrar  
2580 que houve na CNT um seminário que tratou dessas questões, e que foi muito  
2581 produtivo. Depois talvez a Dra. Patrícia possa até nos fazer um breve relato.  
2582 Por favor, Dr. Rudolf (...).

2583

2584

2585 **O SR. RUDOLF NORONHA** - Obrigado. Boa tarde. O Volney me pediu que  
2586 viesse aqui para gente trazer um retorno a vocês do resultado da 418 que está  
2587 num momento muito crucial. Não sei se vocês lembram que agora dia 20 e  
2588 pouco de novembro, vai fazer um ano da edição da 418, e é o prazo que as  
2589 Secretarias Estaduais de Meio Ambiente têm para entregar aos conselhos

2590estaduais o seu plano de controle de poluição veicular. Então, no dia 20 e  
2591pouco esse prazo inspira, e nós estamos numa expectativa muito boa de que  
2592muitas secretarias estaduais vão estar entregando os seus PCPVs nessa data.  
2593A ABEMA se reuniu aqui em Brasília, na CNT, como disse o Volney, há umas  
2594três semanas e foi uma semana muito interessante, porque a ABEMA se reuniu  
2595terça e quarta e a AND que é o equivalente da ABEMA dos DETRANS,  
2596Associação Nacional dos DETRANS se reuniu em São Paulo quinta e sexta, e  
2597eu estive nos dois eventos e foi muito bom, porque um dos comentários que as  
2598Secretarias Estaduais fazem muito correntemente é a dificuldade de obtenção  
2599de dados dos órgãos de trânsito estaduais. Então, eu tive a oportunidade de  
2600estar com as duas associações, o pessoal dos DETRANS... Eu fiquei muito  
2601surpreso, na reunião, porque eles falam da 418 com uma intimidade como se  
2602fôssemos nós, e isso foi muito bom ver que eles têm, em alguns Estados,  
2603participado bastante, e se comprometeram a ter todo o empenho do que for  
2604possível na transferência de informações para os órgãos ambientais dos  
2605Estados. Então, isso nos tranquilizou. O que nós observamos com as  
2606Secretarias que está havendo certa dificuldade com uma especificidade da  
2607nossa resolução, que ela colocava como a existência de inventários, era um  
2608pré-requisito para a elaboração do plano, ou seja, o inventário seria o meio  
2609para se observar onde seria a necessária e efetiva implantação de programas  
2610de inspeção veicular. Então, nesse evento aqui da ABEMA, em Brasília, isso  
2611ficou muito claro, e nós vimos, inclusive, que alguns Estados já estão com tudo  
2612prontinho, o programa, o PCPV está pronto, o programa de inspeção está  
2613pronto, mas não tem inventário ainda, falando, por exemplo, de alguns Estados  
2614que apresentaram lá na CNT a sua programação. Então, nós vamos fazer aqui  
2615em Brasília, dia 4 e dia 5 uma oficina de trabalhos com Secretarias Estaduais  
2616de Meio Ambiente sobre o inventário... Na verdade, a gente vai apresentar uma  
2617metodologia que nós usamos para o inventário nacional, que já está pronto,  
2618acho que muitos de vocês tiveram acesso, lá na nossa página também, o  
2619sumário executivo. E nós vamos reunir então alguns estados aqui conosco, a  
2620Dra. Regina Gollner, hoje secretária da ABEMA está empenhadíssima, nós nos  
2621falamos três, quatro vezes por dia na organização desse evento, ontem já  
2622tínhamos 43 inscritos, não é Lorenza? Então, acho que vai ser muito bom esse  
2623encontro dias 4 e 5, onde não é para fazer palestra e nem para bater papo não,  
2624é para gente trabalhar mesmo, eles estão trazendo já dos DETRANS dados da  
2625frota, no que for possível, não sei até onde eles vão trazer dados de consumo  
2626de combustível, enfim, é para sentar, vão trazer seus lep tops, suas planilhas,  
2627Volney, para ver se já sai daqui com o trabalho encaminhado, porque a gente  
2628tem muita expectativa no que é que vai acontecer no final desse mês de  
2629novembro quando se inspira o prazo da 418 para apresentação dos PCPVs.  
2630Isso é um panorama geral, e vocês lembram que eu tive aqui, acho que foi na  
2631última reunião, fiz um breve informe, inclusive, esse breve informe, que eu  
2632fiquei com vocês aqui acho que cinco minutos, saiu na imprensa que era uma  
2633reunião emergencial de dois dias dos conselheiros do CONAMA para tratar de  
2634um erro que tinha sido feito pelo Governo Federal, teve uma repercussão muito  
2635grande aquela história, o que estou falando, se vocês lembram, a Abraciclo e a  
2636Anfavea encaminharam um pedido ao Ministério do Meio Ambiente, acho que  
2637até equivocadamente, que tinha que encaminhar ao conselho diretamente,  
2638porque tem a sua representatividade aqui. Pedindo que se alterasse alguns  
2639parâmetros das tabelas ali de limites máximos de emissão da 418. E nesse

2640momento que a gente está com 27 Secretarias Estaduais mexendo em PCPVs,  
2641em programas de inspeção, não era interessante essa insegurança jurídica em  
2642cima desse ponto nesse momento. Então, o que eu me comprometi com vocês  
2643aquele dia é que nós íamos conversar com todos os envolvidos e trazer aqui  
2644um retorno para vocês como conselheiros, que representam o plenário para  
2645esses temas de qualidade ambiental tivessem mais dados para a análise.  
2646Então primeiro nos reunimos com o IBAMA, conversamos muito, e a nossa  
2647primeira iniciativa foi ir até a CETESB, tivemos uma excelente reunião com o  
2648Cláudio Alonso e sua equipe, e eles nos convenceram de diversas coisas, foi  
2649muito importante aquela primeira reunião com eles, porque nós chegamos a  
2650um acordo, nós concordamos com a tese deles, porque o principal ponto do  
2651que a Anfavea nos apresentava na sua solicitação, é de que haveria uma  
2652diferença dos números de homologação do veículo novo e do número na  
2653sequência do processo de inspeção veicular, e que estava se exigindo de um  
2654carro velho, mais do que de um carro novo. Esse era o ponto. E dessa primeira  
2655conversa com a CETESB foi muito importante estar lá com os especialistas,  
2656que são pessoas que participam de homologação, participam... O Olímpio tem  
2657tantos anos de pesquisa na área de inspeção veicular, e foi uma base  
2658importante para gente ter as conversas seguintes, porque na sequência eu  
2659recebi aqui a equipe técnica da Abraciclo que me expôs toda a ideia deles  
2660sobre a questão, com a Anfavea, com o [ininteligível] realmente as nossas  
2661agendas não bateram, mas nós conversamos longamente por telefone durante  
2662esse tempo, e queríamos então ter uma opinião dos órgãos que já executam,  
2663do INEA da prefeitura de São Paulo, com o pessoal do INEA nós também não  
2664conseguimos estar com eles, foi também uma pena, mas hoje aqui com a  
2665presença do Antônio Carlos, eu acredito que a gente vai poder compartilhar  
2666essas informações com eles e qual é a visão do INEA da prefeitura de São  
2667Paulo dessas questão dessa mudança desses índices. E fomos, finalmente, até  
2668São Paulo, o Dr. Márcio Esquetini, muito gentilmente, reuniu lá toda a sua  
2669equipe de execução dos programas de inspeção veicular da capital, e nos  
2670apresentou um quadro muito realista, muito completo com dados empíricos que  
2671eles têm do que significaria mudança ou a manutenção dos números que foram  
2672editados na resolução. Então, foi muito importante isso, porque nós queríamos  
2673ter uma dimensão do que é que nós estamos falando, se a gente manter os  
2674números da resolução, como foram editados, ou se nós mudarmos, como  
2675sugere a Anfavea e a Abraciclo, a gente estava falando de uma mudança de  
2676que tamanho, quantos veículos seriam ou não reprovados nos dois cenários? E  
2677essa reunião lá foi muito importante, porque nós vimos que nós estávamos  
2678falando de um número muito pequeno de veículos, caso houvesse mudança,  
2679acho que o Márcio vai mostrar isso para nós, na sequência. Então, é isso,  
2680Volney. O andamento das ações têm sido esse, eu acho que o nosso objetivo  
2681agora, é que vocês como a linha de frente do conselho tenham acesso a essas  
2682informações e que possam pensar sobre que estratégia devem ser tomadas. O  
2683que nós já colocamos para a Abraciclo e para a Anfavea é que o Ministério do  
2684Meio Ambiente não irá apresentar uma proposta de revisão das resoluções da  
2685418, para mudar algo de uma resolução tem que ser uma resolução nova, e  
2686que nós não vamos apresentar esta proposta e que caso a Abraciclo e a  
2687Anfavea apresentem propostas ou uma proposta conjunta, nós aqui vamos  
2688analisar o que é que vem, como parte do conselho, e ouví-los atentamente  
2689sobre os seus argumentos. Mas nós estamos nessa expectativa. A Abraciclo

2690 não nos procurou mais, eu não sei se eles, de fato, vão apresentar alguma  
2691 proposta, a Anfavea a mesma coisa. E acho que é isso.

2692

2693

2694 **O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - A ideia agora é passar a palavra para o Dr.  
2695 Márcio Esquetini que fez um sumário da aplicação da 418 na prefeitura de São  
2696 Paulo, depois queria passar também, logo a seguir, a palavra para o Dr.  
2697 Antônio Carlos, dentro desse espírito que o Dr. Rudolf chamou a atenção.  
2698 Esquetini, a palavra é sua.

2699

2700

2701 **O SR. MÁRCIO ESQUETINI** - Eu vou dar... Alguns já viram a palestra que eu  
2702 fiz, foi comentada. Umás três semanas atrás houve um encontro da ABEMA,  
2703 CNT e tanto nós de São Paulo, da prefeitura de São Paulo, como o Rio de  
2704 Janeiro, fizemos uma apresentação e como iam os nossos programas e  
2705 inspeção. Eu vou, inicialmente... Eu não vou abordar só esse tópico, essa  
2706 questão. Mas eu vou dar um panorama geral, eu vou tentar ser bem rápido e  
2707 suscito de todo o programa para vocês entenderem qual foi o trabalho, quais  
2708 foram os pontos que pegaram, como é que ele foi desenvolvido, como é que o  
2709 programa está hoje, quais foram os resultados que nós obtivemos, e aí, sim, eu  
2710 faço uma reflexão em cima da questão da 418, dos limites da 418. Inicialmente  
2711 eu vou falar, dar uma visão geral, eu diria que o sucesso do programa em São  
2712 Paulo e sucesso de qualquer programa no Brasil está ligado, antes de mais  
2713 nada, a uma boa legislação, nós não perdemos um recurso, sequer, que  
2714 houve, um mandado de segurança que houve com relação ao programa. E isso  
2715 foi algo importantíssimo para o programa, porque o primeiro que você perde  
2716 vem uma enxurrada deles depois e acaba tornando a coisa inviável. E nós não  
2717 perdemos nenhuma ação em função da estruturação da legislação, a  
2718 legislação foi fundamental nesse processo, nos três níveis, no nível federal, no  
2719 âmbito federal em que nós temos a 418, antes era a 07, a 256 e todo aquele  
2720 arcabouço de normas, a instrução normativa que saiu no início desse ano  
2721 estabelecendo os critérios dos procedimentos a serem adotados, a lei do  
2722 Código de Trânsito Brasileiro que faz menção à inspeção veicular e a nossa faz  
2723 menção a deles, esse entrosamento foi fundamental. Depois dentro do âmbito  
2724 estadual, aquilo que muitos colocaram como uma dificuldade que é esse  
2725 relacionamento do programa de inspeção com os DETRANs, realmente ocorre,  
2726 eu diria que em São Paulo acabou dando certo por uma questão política, que  
2727 na época que isso foi para frente, tanto o governo municipal como estadual  
2728 eram do mesmo partido, e isso ajudou fundamentalmente essa integração, é  
2729 um ponto fundamental, o programa também não funciona se você não tiver isso  
2730 muito bem integrado. E não é só uma questão de dar os dados, mas é uma  
2731 função de você integrar sistemas, o que é muito mais complexo para que você  
2732 realmente possa fazer o que consta na legislação, impedindo o bloqueio do  
2733 licenciamento e tudo mais. Então, isso foi fundamental. O Estado soltou uma  
2734 portaria, mais especificamente o DETRAN soltou uma portaria e ela era meio  
2735 que cópia da nossa portaria estabelecendo os mesmos critérios, as datas de  
2736 inspeção, o bloqueio do licenciamento, enfim, isso foi fundamental. A outra  
2737 questão foi um convênio entre a prefeitura de São Paulo, mais especificamente  
2738 da Secretaria do Verde com o DETRAN e a Secretaria de Segurança Pública,  
2739 esse convênio deu a possibilidade de você fazer toda essa interface de

2740sistema. É importante salientar que isso custa, isso não é de graça, o DETRAN  
2741fez, mas ele cobra por isso, ele cobra por cada inspeção, por cada informação  
2742que eu mando ele cobra, e a gente ainda usa um banco de dados que é  
2743cobrado, não é da Secretaria do Verde, mas é da Secretaria Municipal de  
2744Transportes que é utilizado para toda a questão da multas dentro do município.  
2745Então, isso tem um custo, é bom que fique claro para todo mundo. E depois  
2746tem a legislação municipal, a lei que criou o programa e todos os nossos  
2747decretos e portarias, e também, de certa forma, cópia das instruções federais e  
2748que dão toda a sustentabilidade para o programa. Como é que o programa  
2749aconteceu? Como é que ele foi elaborado? Como é que ele foi programado?  
2750Nós fizemos a licitação, feita em 95, e a assinatura do contrato em 96, isso  
2751ficou parado durante muito tempo, por vários motivos, dificuldade de integração  
2752com o DETRAN que não acontecia, discussão desse processo, administração  
2753diferente, questões jurídicas, isso foi se alongando até que, efetivamente, em  
27542007 se retomou o processo, e aí com a vontade política de realmente realizar,  
2755e em 2008 nós iniciamos a inspeção propriamente dita. Uma cidade como São  
2756Paulo, com uma frota de mais de seis milhões de veículos, você implementar  
2757isso num ano só é praticamente impossível, porque o número de postos que a  
2758gente tem para realizar a inspeção é muito grande, você não consegue fazer  
2759isso da noite para o dia. A maior dificuldade é você achar terreno, por incrível  
2760que pareça, não tem terreno ou o zoneamento não permite, você tem problema  
2761jurídico, tem problema de inventário. Então, você resolver tudo isso num curto  
2762espaço de tempo não é assim tão fácil. Dessa forma nós estabelecemos um  
2763critério de, em três anos, implantar o programa na sua totalidade. Então, em  
27642008 começamos com toda frota a diesel, foi também importante porque foi  
2765necessário desenvolver todo o sistema de integração entre controlar prefeitura  
2766e DETRAN. Então, nós começamos a desenvolver e ajustar esse processo  
2767com uma frota menor. Em 2009 nós continuamos com 100% da frota de veículo  
2768diesel, 100% das motocicletas e uma parte dos veículos, dos automóveis, e  
2769estipulamos isso, a frota de 2003 a 2008. Isso foi muito questionado, o pessoal:  
2770mas por que é que a frota mais nova e não a frota mais antiga? Basicamente  
2771que a frota de 2003 a 2008 era uma frota que em termos de número significava  
277230% da frota, o que dava para a nossa infraestrutura atender, mas em termos  
2773da frota que, efetivamente, rodava no município de São Paulo, isso significava  
2774mais de 50%, então era a frota que, efetivamente, consome combustível e que  
2775você tem também a condição de atuar mais fortemente. Um veículo mais  
2776antigo, mesmo que ele emita mais, na verdade, ele não polui mais, porque o  
2777limite dele, vou dar um exemplo de um carro anterior a 80 é de 6% de CO, e  
2778quando ele está fora ele está medindo 7, em compensação um carro novo com  
2779limite de 03 você chega a medir, ele está 4, 5 e você reduz isso para 03, então  
2780o teu ganho é muito grande, muito maior até com a frota mais antiga. Enfim, em  
27812010, aí já com toda a infraestrutura montada, então nós passamos a fazer  
2782inspeção na totalidade da frota. Uma coisa muito importante no processo foi o  
2783uso do sensoriamento remoto, isso ajudou muito a gente até dar a diretriz de  
2784qual a frota que nós íamos inspecionar. A partir dos levantamentos que  
2785começaram eram 2008, continuaram eram 2009 nós montamos uma  
2786estatística, o sensoriamento remoto, para quem não conhece, é um  
2787equipamento que você instala na rua com o carro em circulação, você mede  
2788por um infravermelho e ultravioleta a concentração de CO, HC, NOX e  
2789opacidade, ainda tira foto do veículo, com isso você consegue montar todo um

2790cadastro e tirar uma foto do que, efetivamente, é a frota que circula, o que é  
2791que está poluindo mais, e como é que você vai direcionar, como é que você  
2792pode fazer esse programa de implementação. Foi muito bom para gente. Aqui  
2793são só idéia dos dados que a gente pode tirar para servir como base da diretriz  
2794que a gente ia tomar. Agora vamos falar um pouco da infraestrutura. Quando a  
2795gente fala em infraestrutura, a primeira coisa que vem à mente de todo mundo  
2796é o centro de inspeção, propriamente dito, como é que tem que ser, o aparelho,  
2797a emissão. Eu diria que esse é só a pontinha do iceberg, o iceberg mesmo está  
2798aqui, tecnologia da informação. Você não tem hoje um programa de inspeção  
2799veicular se não tiver um sistema informatizado por trás, pesado, muito bem  
2800estruturado. Essa é a outra chave de sucesso do programa, e aí é que está,  
2801essa interface com o DETRAN também entra aí, não é só uma questão de dar  
2802o cadastro, é eles também sentarem juntos, desenvolvem um sistema  
2803adequado com o nosso sistema, de maneira que todos eles conversem até  
2804você ter a tua função final. É um sistema extremamente complicado, ele  
2805começa... O desenvolvimento disso começa desde o software que você utiliza  
2806no equipamento que vai fazer a medição, são softwares complexos, também  
2807complicados, houve um grande desenvolvimento, eu diria que esse foi um  
2808grande ganho da indústria nacional, e hoje você tem aparelhos muito melhores  
2809do que se tinha antes, tem todo um software específico que dá condições de  
2810você fazer esses testes de uma forma muito melhor, e começa aí, depois isso  
2811vai... Nós temos aqui, para vocês terem uma ideia, interface entre três  
2812sistemas, o sistema da Controlar, o sistema da Prodam, do município de São  
2813Paulo e o sistema da Prodesp, do estado do DETRAN. Então, fazer uma  
2814interface entre um sistema e outro já é complicado, fazer entre três, sendo dois  
2815deles sistemas de governo é muito mais complicado, porque nem sempre as  
2816coisas são fáceis e andam no *time* que a gente quer. Mas, enfim, é um  
2817processo bem complicado, não vou entrar muito em detalhe, porque esse não é  
2818o foco. Mas isso é algo que todos têm de saber na implantação de programas  
2819desse tipo sabem que aí está algo que vai demandar muito tempo e muito  
2820trabalho. A outra questão, a infraestrutura aí, sim, é o centro que todo mundo  
2821vê, que todo mundo quando pensa, pensa na questão dos equipamentos e do  
2822centro. Nós hoje temos, basicamente, 27 centros espalhados pelo Município de  
2823São Paulo, ocupando, basicamente, mais a área de periferia em função da  
2824grande dificuldade de você achar terrenos e a legislação permitir instalações  
2825bem no centro, é mais complicado, mas esses centros estão distribuídos de  
2826uma forma que atendam toda a população de uma forma adequada, e são 27  
2827centros, mas em 16 localidades diferentes, por exemplo, tem centro que nós  
2828contamos como dois, você tem a parte de diesel e a parte de automóveis.  
2829Então, são 17 localidades diferentes, com 199 linhas instaladas, com a  
2830capacidade de quase 550 mil inspeções/mês. É muita coisa. Aí uma planta  
2831básica, muito se discutiu a questão da integração, da inspeção de segurança e  
2832a inspeção ambiental, o contrato do Município de São Paulo com a  
2833concessionária prevê que ela tem de disponibilizar uma área equivalente a que  
2834ela já tem hoje, de maneira que quando sair a inspeção de segurança você  
2835possa integrar os dois processos, para que o proprietário não tenha que marcar  
2836num lugar e marcar em outro para fazer as duas inspeções. Então, nós temos,  
2837por exemplo, aqui a área hoje da inspeção ambiental e uma área equivalente,  
2838que não tem nada hoje, mas é um espaço vazio que já prevê a construção das  
2839instalações necessárias para você integrar as duas... Aí nós temos algumas

2840fotos de alguns centros. Existe um padrão de excelência na qualidade dos  
2841serviços, e eu diria que é um padrão em todos os procedimentos e na própria  
2842construção do centro. A gente brinca que isso tem um padrão McDonald's,  
2843você entrou no centro você, praticamente viu todos, eles têm a mesma  
2844padronização, em termos de instalação, de layout, enfim, é basicamente uma  
2845coisa só. Mais detalhes. Vamos falar um pouco agora dos procedimentos, não,  
2846do programa em si. O programa acontece vinculado ao processo de  
2847licenciamento, assim como estabelece a 418. Então, a data limite de  
2848licenciamento você tem três meses antes para poder fazer inspeção, são 90  
2849dias antecedendo a data de licenciamento, e mais 30 dias abrindo o processo  
2850de agendamento, ou seja, você pode programar a sua inspeção 120 dias antes  
2851da data limite e do licenciamento do veículo ou da data limite que você tem  
2852para fazer inspeção. É feito o pagamento que hoje a tarifa em São Paulo está  
285356 reais e 44 centavos, aliás, tarifa essa abaixo de alguns processos que estão  
2854saindo de licitação. E ele é feito todo pela Internet ou pelo Call Center. Esse é  
2855outro ponto também que foi muito importante no sucesso do programa. O  
2856processo de agendamento, você não vai a hora você quer, você agenda, mas  
2857você agenda aonde você quer e o horário que você quer, isso tudo feito através  
2858do site, então você entra, faz o agendamento e você tem uma tolerância de,  
2859mais ou menos, meia hora em função do horário marcado, e isso possibilitou  
2860organizar o sistema e dar condições de a gente manter o tempo de  
2861atendimento, o tempo de atendimento não pode ser maior do que 30 minutos, a  
2862nossa média hoje de atendimento, do tempo que ele chega ao centro e sai está  
2863dando uma média de 21 minutos. Então, isso foi uma das coisas que até  
2864ajudou a implementação, porque aquela resistência inicial do proprietário de  
2865que ele ia gastar muito tempo, que é desorganizado. Isso caiu por terra. Ele  
2866marca da maneira que ele quer, é atendido dentro de um prazo, o limite mais  
2867baixo possível, e isso ajudou bastante. Para cada tarifa paga você tem direito a  
2868uma inspeção e um retorno, caso seja reprovado no período de 30 dias, ou  
2869seja, você não paga uma nova inspeção dentro do período de 30 dias, se for  
2870reprovado na segunda inspeção você tem que pagar nova tarifa que também te  
2871dá direito a uma nova inspeção, caso você seja reprovado. Esse é o processo  
2872de agendamento. Entrando no site você tem todo um caminho a percorrer,  
2873digita o Renavam, ele verificando que o pagamento já foi feito, ele vai te  
2874disponibilizar um quadro com as quatro regiões de São Paulo, você clica numa  
2875delas, ela vai apresentar a lista de centros, e aí te abre o calendário com as  
2876datas disponíveis e horários disponíveis. Aí a questão do procedimento de  
2877diesel, algumas fotos de como é realizado o processo. Também não vou entrar  
2878em detalhes. Aqui é a questão dos automóveis. No caso do diesel se mede  
2879opacidade, no caso dos automóveis se mede a emissão de gases,  
2880especificamente monóxido de carbono e hidrocarboneto, o CO e o HC. Na  
2881verdade, seria a foto mais interessante que mostra que na moto você tem um  
2882dispositivo para adaptação da sonda ao escapamento da moto, uma vez que  
2883esses escapamentos nem sempre permitem a entrada total da sonda. Outra  
2884coisa importante, a Controlar obteve uma certificação ISO, ela é hoje, talvez a  
2885primeira empresa de serviço, no país, com as três certificações, ISO 9000,  
288614000 e 18000, mostrando, efetivamente, a padronização existente e como a  
2887coisa funciona bem estruturada. Essa foto aqui é do maior centro de inspeção  
2888do mundo hoje, até então era um centro em Istambul com 24 linhas em  
2889inspeção, esse tem 36 linhas, só esse centro tem a capacidade de fazer 4500

2890inspeções/dia. É no Tatuapé, é bem localizado, fica na Marginal com a Sara  
2891Salim Maluf, é um ponto de fácil acesso e de uma demanda muito grande. Os  
2892resultados que nós tivemos ao longo desses dois anos, praticamente de  
2893inspeção, o ano passado, em 2008 que foi o início, nós fizemos uma inspeção  
2894de quase 54 mil veículos, foi uma adesão relativamente baixa, mas o intuito era  
2895de já ir conscientizando a população e não de reprimir e já ir ajustando todo o  
2896processo. Em 2009 nós já tivemos uma inspeção em torno de quase 1 milhão e  
2897600 mil veículos, e em 2010, até setembro, nós tivemos quase que 2 milhões  
2898de veículos, esse final de mês nós devemos estar batendo 2 milhões e 300 mil  
2899veículos. Nós, o ano passado, tínhamos uma média de 7 mil inspeções/dia,  
2900esse ano estamos com uma média de 20 mil inspeções/dia, uma taxa de  
2901ocupação, ano passado, de 60% dos centros, esse ano uma taxa bem maior de  
290293%, e interessante que a taxa de abstenção, ou seja, daqueles que agendam  
2903e não comparecem tem se mantido em 10%, é uma taxa alta que obriga a  
2904gente ter uma infraestrutura maior do que a necessária e, de certa forma,  
2905aumenta o custo. Adesão ao programa. O ano passado nós tivemos uma  
2906adesão muito grande na questão do automóvel, aí eu ponho duas datas, a data  
2907de licenciamento, ou seja, a data limite para que ele realizasse a inspeção, e  
2908no final do exercício qual foi a adesão? Nós aqui trabalhamos sempre com a  
2909frota estimada, ou seja, diminuindo 25% da frota cadastrada, e a gente percebe  
2910que, na verdade, esse número muda um pouco, não é bem 25%. No caso de  
29112009 a frota de automóvel era a frota mais nova, de 2003 a 2008, nós tivemos  
2912uma adesão de 80% na data limite, e chegamos, na verdade, a uma adesão de  
2913113%, ou seja, aquilo que se estimou de ter uma frota menos 25% no caso dos  
2914automóveis novos, ela não existe, é um pouco menor essa diferença. No caso  
2915da moto não, nós tivemos uma adesão na data limite em torno de 23%, no final  
291637%. O diesel leve de 35 e no final 50%, ônibus 60%, e no final 75 e caminhão  
291739,55. Esse ano mudou um pouco o panorama, principalmente na questão do  
2918automóvel, porque esse ano entrou a frota mais velha de automóvel, e se a  
2919gente dividir isso, a frota nova continua com uma adesão alta, igual a do ano  
2920passado, mas a frota mais antiga não está comparecendo, aí fica uma dúvida,  
2921essa frota existe ou não existe? Ou eles estão fugindo da inspeção. Alguns  
2922dados que nós levantamos é que boa parte dessa frota não existe, ou não  
2923licencia o veículo já há bom tempo, ele, legalmente, não existe. Mas a questão  
2924do final nós só vamos poder medir no final de janeiro quando acaba o exercício  
2925de 2010. Então, esses números debaixo a tendência ainda é crescer. Então, se  
2926a gente fizer uma análise, esse ano houve uma adesão maior das motos, ou  
2927seja, nós já estamos com 46%, enquanto que o ano passado nós terminamos  
2928com 37%, esse número, como eu disse, vai subir, diesel leve também teve uma  
2929adesão, um aumento considerável, que o ano passado nós terminamos com  
293050% da frota, esse ano nós já estamos com 65, e ônibus e caminhão tem  
2931mantido o mesmo padrão do ano passado. Questão de reprovação. O ano  
2932passado nós fizemos, e aí a gente usa duas medições para reprovação, a  
2933reprovação na primeira inspeção, que é o primeiro impacto. O ano passado nós  
2934tivemos uma reprovação em torno de 5% dos automóveis, terminando com  
293507%, as motos em torno de 14,5, terminando com 3,5, diesel leve com 31,  
2936terminando com 11, ônibus com 14, terminando com 2,86, e aí entra muito a  
2937questão da própria manutenção do sistema de ônibus e a própria fiscalização  
2938da SP Trans em cima disso, que garante que as garagens já são estruturadas  
2939adequadamente para fazer uma boa manutenção, e você chegar com um nível

2940bem baixo de reprovação. E caminhão acaba sendo o maior índice de  
2941reprovação. No ano de 2010 esses índices aumentaram. E aumentaram por  
2942quê? Primeiro no automóvel porque entrou a frota mais velha, e isso puxou  
2943bem o nível de reprovação. Segundo porque nós restringimos, a 418 restringiu  
2944os limites, então você, em função disso, também teve um aumento da  
2945reprovação. No que diz respeito a moto nós também entramos com um limite  
2946novo que é do hidrocarboneto, que não existia em 2009, e isso também fez  
2947aumentar a tendência, o restante não tem, mais ou menos, as mesmas  
2948proporções, haja visto que não houve grandes alterações. E aqui eu não vou  
2949entrar em detalhe, mas aqui é uma extratificação dos motivos da rejeição para  
2950cada tipo de veículo, automóvel, moto e diesel. Aqui do diesel leve nós temos  
2951uma reprovação maior em termos da inspeção inicial, na pré-visual do que  
2952propriamente da emissão.

2953

2954

2955**O SR. CLÁUDIO ALONSO (ABEMA-SP) -** (Pronunciamento fora do microfone)

2956

2957

2958**O SR. MÁRCIO ESQUETINI -** Aqui? Do motor. É basicamente... Isso, na  
2959verdade, reprova antes da própria emissão, ou seja, as condições que chegam  
2960o veículo lá são muito mais precárias e, logicamente, vai somar com emissão,  
2961porque se você fizesse a medição de emissão ele, provavelmente, seria  
2962reprovado. Aí a mesma coisa para o diesel pesado. Para os automóveis. O  
2963automóvel já muda, você tem uma reprovação maior na própria emissão do  
2964que na inspeção visual, aí também todos os itens, esses são todos os itens que  
2965constam da instrução normativa, daquilo que tem que ser verificado. A questão  
2966das motos. E agora os benefícios que, efetivamente, nós tivemos com o  
2967programa. Muito se perguntou na reunião da ABEMA e CNT, o que é que se  
2968ganha com isso? Houve algum benefício em termos ambientais? Houve e  
2969grande. Nós estabelecemos uma metodologia que basicamente faz uma  
2970comparação de quando o carro esteve pela primeira vez no centro, foi  
2971reprovado, qual eram os níveis de emissão desse veículo e depois  
2972comparamos o mesmo veículo quando ele foi depois definitivamente aprovado.  
2973Essa diferença nós calculamos para todos os veículos que passaram,  
2974transformamos isso em toneladas de CO e de HC e depois para... Você fala:  
2975diminuiu dez toneladas de emissão. Mas o que é que isso representa? É difícil  
2976você quantificar. Então para ficar mais fácil essa quantificação e as pessoas  
2977possam entender o que isso significa, nós transformamos em veículos  
2978equivalentes. Então, isso, o ano passado, em 2009, significou nós tirarmos o  
2979equivalente a quase 500 mil veículos de circulação. Uma foto inspecionada de  
29801 milhão e 600 eu diria que isso é um ganho extremamente significativo. No  
2981caso desse ano nós já estamos com quase 650 mil veículos equivalentes  
2982tirados de circulação. O outro benefício é um benefício econômico, você  
2983começa a gerar uma cadeia econômica, gerar emprego, gerar novos impostos  
2984que é extremamente atraente. Por exemplo, o Só Controlar hoje, de empregos  
2985diretos, tem mil empregos diretos, e depois isso aumentou a venda dos  
2986equipamentos de medição e, conseqüentemente aumentou a venda dos  
2987equipamentos de medição e, conseqüentemente, aumentou o número de  
2988empregados, ela tem uma produção estimada para esse ano de venda só no  
2989Município de São Paulo, de mil aparelhos. Então, isso gerou todo um processo

2990extremamente interessante. Agora aquelas expectativas que, na verdade, esse  
2991era o foco da apresentação. O que é que a 418 significou para nós em termos  
2992de programa, em termos de legislação, em termos de ajuste? O que é que isso  
2993aconteceu? A nossa expectativa é que, na verdade, se adotasse aquilo que o  
2994grupo técnico dessa Câmara Técnica havia aprovado, e não, necessariamente,  
2995aquilo que acabou sendo aprovado na plenária. Em que sentido? E um pouco a  
2996discussão que está sendo pleiteada de se mudar, se alterar os limites das  
2997emissões dos automóveis. Então, basicamente em termos de automóvel, aquilo  
2998que havia sido proposto ficou, nós não tivemos alteração daquilo estipulado  
2999pelo grupo de trabalho, se manteve, e a gente entende que tem que se manter.  
3000Essa questão do 05 foi levantado em cima de uma estatística que nós fizemos  
3001com milhares de veículos mostrando que, efetivamente, os valores estipulados  
3002estão bem dentro de uma percentagem de reprovação razoável para um  
3003programa de inspeção, ou seja, o limite estipulado, e aquilo que foi colocado, o  
300403 é inferior à norma de homologação que é 05. Não é bem assim. O processo  
3005de homologação estabelece que você pode homologar até 05, acontece que  
3006nenhum veículo foi homologado com 05, todos eles foram homologados com  
3007menos de 01. Então, efetivamente, o que vale, na prática, é o 01, se eu  
3008estipular um 05 eu estou dando uma condição que muitos carros, com  
3009problema, vão passar, porque a condição tecnológica dele permite uma  
3010emissão muito inferior àquilo que se propõe na norma de homologação, tanto é  
3011que eles são homologados com 01, tem carro, inclusive, que vem estampado  
3012isso no capô, quando você abre está lá 01, 02. Então, todos esses limites  
3013homologados são inferiores ao limite estabelecido nessa norma. Então, se você  
3014muda você está abrindo de tal forma que você vai perder essa condição, por  
3015exemplo, tem carro que vai estar com problema, pode estar com problema no  
3016catalisador e vai passar, porque esse número de 05, para os carros mais  
3017novos, é extremamente alto, e você perde a condição de ensaio. E a nossa  
3018estatística mostra que realmente isso acontece. Por exemplo, de 2005 a 2006,  
3019em 2006 em diante que são essas três curvas, se você puxar o 05, nós  
3020estamos com uma aprovação de 93%, em alguns casos quase 97%. Então, se  
3021você passar isso para a 05 a diferença, em termos de reprovação, é pequena,  
3022mas você, efetivamente, está pegando a frota que tem problema. Então, nós  
3023entendemos e a experiência mostra que seria inviável e imprudente você voltar  
3024esses valores 03 para 05. Na questão de motocicletas é um pouco diferente, aí  
3025eu diria que esse ano nós já tivemos um problema, com o que especificou a  
3026418, a proposta estabelecida pelo grupo de trabalho é a proposta que a gente  
3027entendia viável, na plenária isso foi mudado, se introduziu para motos 2009, em  
3028diante o índice de 1%, ao contrário do que estava estipulado, mas todo mundo  
3029esqueceu que tem uma portaria do IBAMA que estabelece que a fabricação  
3030das motos em 2009 poderia ser feita de acordo com 2008, eu não posso utilizar  
3031esse valor para 2009, porque as motos estão feitas iguais a 2008, eu tive de  
3032usar dessa prerrogativa na nossa portaria para poder valer o valor que, na  
3033verdade, nós havíamos estipulado e não estipulado na plenária. Com relação  
3034as motos 2010, o negócio piora mais ainda, e nós entendemos que esse valor  
3035também é inviável, esse valor não vai passar. Nós fizemos um levantamento,  
3036na verdade, terminamos no início dessa semana, eu tenho alguns gráficos  
3037aqui, mas antes de mostrar, nós mesmos estamos passando por uma análise,  
3038mas o que mostra que eu vou ter algumas motos, alguns modelos de moto que  
3039com esse parâmetro eu vou reprovar 80%, ou seja, se eu estou reprovando

304080% de uma moto nova tem algum problema, ou houve um problema na  
3041homologação da moto, ou esses limites estão errados. Então, nós precisamos  
3042acertar, então a gente precisa... Esse é um ponto que, inclusive, agora para  
30432011 eu também vou me fazer valer de um artigo da 418 que os programas de  
3044inspeção tem dois anos para implementar o que está especificado lá, para  
3045ajustar o programa, porque se eu, efetivamente, colocar esse valor nós vamos  
3046reprovar todo mundo, ele não é viável na prática. Então, essa é uma  
3047preocupação nossa. Então, eu ainda tenho o ano que vem com prerrogativa da  
3048própria 418 que diz que eu tenho dois anos para ajustar isso, agora  
3049obrigatoriamente o ano que vem a gente vai ter, de alguma forma, trabalhar  
3050isso, adequar isso a um valor adequado.

3051

3052

3053**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Márcio, era isso, eu ia dizer para ir  
3054concluindo que a gente está no limite. Agradeço, então Márcio. Já passo a  
3055palavra, de pronto aqui, para o Dr. Antônio Carlos da [ininteligível]. Por favor.

3056

3057

3058**O SR. MAURÍCIO LOBO (ANAMMA Nacional)** - Desculpando-me porque eu  
3059preciso sair agora, senão tinha que sair 11h00 da noite de Brasília. Eu queria  
3060deixar só um registro de apoio à prefeitura de São Paulo pelo trabalho, e fazer  
3061uma lembrança dos mais antigos aí, uma figura muito polêmica que foi o  
3062[ininteligível], mas que lutou muito por isso, eu vejo que vocês conseguiram...  
3063Eu conheço o programa do Estado do Rio de Janeiro, mas do município de São  
3064Paulo, realmente, merece seus méritos. Um abraço.

3065

3066

3067**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Ok, Dr. Maurício. Obrigado pela  
3068participação na reunião de hoje. Boa viagem. Antônio Carlos.

3069

3070

3071**O SR. ANTÔNIO CARLOS** - Boa tarde, pessoal. A minha apresentação foi  
3072muito focada em nível de resultados. Eu vou fazer uma breve exposição, só  
3073para quem não conhece o nosso trabalho, para que tenha uma ideia de como  
3074tudo começou. Na realidade, em 1997 existia uma resolução do CONTRAN  
3075que definia alguns itens para o licenciamento do veículo, e dentre os itens que  
3076essa resolução especificava, ela falava dos índices de emissão de poluentes. E  
3077na época então o DETRAN, do Rio de Janeiro, tinha um presidente, o Dr.  
3078Maurício que, efetivamente, fez um trabalho brilhante à frente do DETRAN, ele  
3079reformulou todo o DETRAN, a imagem do DETRAN do Rio de Janeiro,  
3080realmente, com ele mudou, e ele então procurou a FEEMA, há época, porque  
3081ele queria implantar, ele estava fazendo o cadastramento da frota, mudando  
3082as placas de veículo, e ele então fazia uma inspeção visual do estado de  
3083lanterna, alerta, pneu, e ele montou uma estrutura de porte bem rudimentar, na  
3084época, e ele quis então implantar, para atender a resolução do CONTRAN, ele  
3085quis implantar então a inspeção de gases poluentes, e aí ele procurou a  
3086FEEMA, na época, e nós assinamos um convênio com o DETRAN para que a  
3087inspeção de gases fosse realizada naqueles postos de inspeção. Essa  
3088resolução foi revogada, e a partir da revogação dessa resolução a FEEMA  
3089então decidiu, o Governo do Estado decidiu delegar o DETRAN para que, em

3090 nome da FEEMA, ele fizesse a inspeção veicular de gases. Então, até hoje  
3091 existe esse convênio, o DETRAN é quem executa as inspeções, quem monta  
3092 os postos, quem contrata pessoal, quem compra equipamentos, então a  
3093 operação é, mais ou menos, dessa forma. O usuário agenda a data da  
3094 inspeção, horário, posto adequado, vai ao posto, faz a inspeção, quando faz,  
3095 depois vou falar um pouquinho a respeito disso, e aí no próprio posto ele já sai  
3096 com a licença do veículo. Isso tem uma vantagem, porque evita duas  
3097 inspeções, ida e volta, ele já sai do posto com a inspeção do veículo, com a  
3098 licença do veículo. Então, dito isso, essa é a inspeção, de uma forma geral. No  
3099 início não existia equipamento homologado pelo Inmetro, a nossa sorte,  
3100 vantagem do Inmetro ser no Rio de Janeiro, nós fizemos muito contato com o  
3101 pessoal do laboratório de veículos, com o Sérgio, e todo o procedimento de  
3102 homologação e tudo foi coisa muito nova, os equipamentos também, como o  
3103 colega de São Paulo, evoluíram muito, até em nível de software também,  
3104 porque na época era um pioneirismo, ninguém sabia como que se fazia a  
3105 coisa, como ia decorrer todo esse problema da inspeção. Então, tudo isso foi  
3106 um ganho junto ao programa, a coisa começou, a evolução de softwares se  
3107 fizeram necessárias. Só que ao passar do tempo, há cerca de dois, três anos,  
3108 eu ganhei uma úlcera e tive que sair, me aposentei, me afastei, e há três  
3109 meses agora, a nova diretoria me convidou, e eu espero não ter mais nenhuma  
3110 úlcera. Mas é complicado. Porque lá nós fazemos essa parceria com o  
3111 DETRAN. E o DETRAN muda muito a direção, como eu falei, teve muito  
3112 avanço, mas tem situações que é, efetivamente, complicada. Então, três meses  
3113 atrás nós voltamos, atendendo a solicitação, e o primeiro momento que nós  
3114 fizemos uma auditoria em todos os postos para ver, efetivamente, o status  
3115 operacional de cada um deles. No Rio nós temos 51 postos espalhados pelo  
3116 Estado todo, onde são realizadas as inspeções. Hoje obrigatoriedade ainda  
3117 veículo... Esse foi um dos motivos da úlcera, veículo de circulação intensiva,  
3118 ônibus, caminhões, táxis, vãs, esses que são obrigados a fazer uma inspeção e  
3119 ser aprovado para ter a licença, se não for ele tem que voltar para fazer nova  
3120 inspeção. Algumas coisas que me lembro, a taxa de inspeção 87 reais, ele  
3121 paga a taxa no banco e aí vai fazer a inspeção, e na inspeção, como eu falei,  
3122 itens de segurança, toda a frota faz a parte de segurança, porque segurança  
3123 não é a técnica, mas todos eles veem a questão de motor, lanterna, e se o  
3124 veículo não tiver uma lanterna queimada, alguma exigência é feita a exigência,  
3125 e ele só feita para fazer, só tem continuidade para essa parte se ele,  
3126 efetivamente, atender o requisito. Então, hoje nós estamos na diretoria de  
3127 monitoramento, e nós estamos ocupando o cargo de assessor, exatamente  
3128 porque a diretoria atual nos garante que vai lutar para que a gente,  
3129 efetivamente, equalize todas as condições para que a gente faça o trabalho de  
3130 forma adequada, o que não é no momento. O Maurício Lobo conhece o Rio de  
3131 Janeiro, não sei se alguns de vocês conhecem esse programa, e a úlcera que  
3132 eu ganhei não foi à toa, nós temos muita dificuldade mesmo. Então, nós vamos  
3133 falar um pouquinho de resultados. A minha ideia foi trazer, porque a Lorenza  
3134 quando fez contato com a gente, ela falou de dados que estariam sendo  
3135 discutidos, em nível de informações. Então, eu peguei mais resultados para  
3136 gente analisar, mais ou menos, como é que está o comportamento da frota em  
3137 relação aos níveis. Então, vamos começar falando de motocicleta. Só para ter  
3138 uma ideia, essa é a composição da frota por marca, então 77% são rondas, e  
3139 aí tem a distribuição percentual e da composição da frota. Então, nós fizemos,

3140em 2005, nós fizemos um trabalho e nós propusemos limites, e esses limites,  
3141de algumas formas, foram discutidos, foram apresentados para que fosse  
3142chegado a essa conclusão. Então, na oportunidade essa era a composição das  
3143frotas em função do ano, e nós chegamos a um total de dados de 99 mil dados,  
3144que foi a base de dados utilizada para que a FEEMA, na época, fizesse esse  
3145relatório. O que nós fizemos, na época, não existia ainda, o IM, então só em  
3146nível de uma referência nós buscamos um dado, um número na Alemanha e se  
3147decidiu uma avaliação em torno de 5% de monóxido de carbono, nós só  
3148fazíamos monóxido de carbono. Então, vê-se que 5% é um número muito  
3149restritivo, e só a metade da frota é que atenderia esse padrão de 5%. Então,  
3150aqui pela idade dos veículos, nós vamos vendo que o que era aprovado, então  
3151nós vemos que quando se considerava os 5%, apenas algumas motos mais  
3152novas se atingia um percentual em torno de 5, motos mais antigas o percentual  
3153era de 10, 20%. Isso aqui seria a idade da frota, de motocicleta, na época,  
3154procurando o modelo, então vemos que a maioria das motos estão  
3155concentradas nessa faixa de idade aqui, isso em 2004. Então, o limite que era  
31565 você vê que muitas motos não eram aprovadas porque você precisaria, por  
3157exemplo, de limite 7 para que essas motos aqui fossem aprovadas, então o  
3158limite 5 você deixaria todas essas motos aqui de fora, seriam reprovadas.  
3159Então, o que é que nós fizemos? Nós pegamos motos pré 91, 92, 95, 97, 2002  
3160e pós 2003, e colocamos um percentual acumulado, e quando a gente  
3161considera, por exemplo, 80%, 70% é um bom nível de aprovação. Então, por  
3162exemplo, o que é que isso aqui está querendo dizer? Que para eu aprovar  
316380%, vamos super, das motos pré 91, os resultados mostravam que o valor  
3164deveria ser algo em torno de 8 a 9, para que eu conseguisse aprovar 85%, ou  
316570% das motos com idade anterior a 91. Quando eu considero 92 e 96 eu  
3166precisaria de 7 ou 8 para que eu tenho 70, 80% das motos aprovadas. 9702 a  
3167mesma coisa, você vê que você já trabalha com número um pouquinho menor,  
3168e assim sucessivamente. Então, o que é que acontece? Através dessa figura  
3169você consegue ver quanto de moto você está aprovando em função do número  
3170que você está registrando. Então, na ocasião quando a gente considera a  
3171resolução hoje atual, o número um nós ainda não temos condições de avaliar,  
3172mas aquelas outras faixas. Com relação às motos mais antigas que elas  
3173poderiam ter o problema, os números são exatamente aqueles que nós  
3174consideramos 3, 4,5, dentro daquela faixa, o 7 que foi o limite superior, não  
3175está tão absurdo, está, mais ou menos, razoável, mas o 1, infelizmente, a  
3176minha úlcera, quando eu voltei, que eu tive a informação dessa palestra agora,  
3177nós não conseguimos, porque lá nós não temos os dados on-line, esse é outro  
3178problema, nós temos que transcorrer máquina a máquina retirando a  
3179informação para fazer o levantamento, então o negócio é bem tupiniquim  
3180mesmo. Então, o valor n.º 1 nós não temos como avaliar de 2009. No final  
3181[ininteligível], está vendo aquela 2500 nós vimos com 80%, você está aqui 06 e  
3182aquela resolução do CONAMA. Quando eu peguei os dados disponíveis eu  
3183cheguei a essa figura aqui, os dados atuais, quando eu considero, se eu  
3184considerar 70%, eu vou na faixa... Vendo aqui, o ano 2002, o azul é igual ou  
3185maior a 2009, os dados que nós temos não foram permitidos, nós temos muito  
3186pouca informação nesse período, mas as outras você vê que está, mais ou  
3187menos, dentro dos números que estão sendo solicitados. 2002 é o vermelho,  
3188você vê que está, mais ou menos, dentro dessa faixa aqui, de 60 a 70%. Então,  
3189esses dados aqui são os que nós estamos questionando, nós não temos muita

3190informação a respeito desses dados, então são os dados que o banco...  
3191Quando eu cheguei, nesse meu retorno, o nosso banco dava muito pouca  
3192informação, então essa figura eu trouxe só para mostrar, mas essa figura aqui  
3193eu vou ter que reavaliar. Então, esses são os valores que estão sendo  
3194exigidos. Então, com exceção desse aqui, esses dados aqui são exatamente  
3195aqueles que a gente estava propondo já no nosso relatório em 95, a gente  
3196define esses números aqui. Um dado que a gente teria que trabalhar um  
3197pouquinho mais, vê o pessoal de São Paulo, eu não sei esse 7 para motos  
3198mais antigas, se ele não é um pouco também [ininteligível].

3199

3200

3201(*Pronunciamento fora do microfone*)

3202

3203

3204**O SR. ANTÔNIO CARLOS** - Eu não sei, acho que poderíamos pensar um  
3205pouquinho também nas motos mais antigas, vê se vale a pena, a gente de  
3206repente trabalhar um pouquinho mais folgado aqui. Isso vai depender do  
3207programa em si que a gente vai definir em cada Estado. No caso de veículos  
3208leves, essa composição da frota está em função da idade. Isso aí depois eu  
3209vou deixar disponível para quem tiver interesse. A mesma coisa em função,  
3210para mim ficou muito bom. Mas nós selecionamos em função gasolina, álcool e  
3211aqui os percentuais de aprovação. A figura não ficou muito boa, mas aqui é  
3212exatamente a mesma coisa, está em função do valor, está uma frequência  
3213acumulada para que em função do corte você consiga definir o valor que a frota  
3214está respondendo, quais são os valores médios que a frota está dando durante  
3215na medição. A mesma coisa para veículos ano 92, 93, por aqui a gente  
3216consegue avaliar para ver como é que os dados estão se comportando. Isso  
3217aqui no caso de hidrocarboneto, CO. A mesma coisa, veículos no modelo 2004.  
3218Essas figuras realmente não ficaram muito boas não. São os limites propostos,  
3219hidrocarboneto também. Esses relatórios estão disponíveis para quem quiser  
3220dar uma olhada. Mas a ideia seria essa, pegar os dados de campo, ver o corte,  
3221fazer a frequência por lá e definir, porque geralmente os números, eu me  
3222lembro, na ocasião, eu fiz para moto com 80, aí conversei com o Alfred, e ele  
3223falou que parece que aqueles primeiros dados da CETESB o corte era 7 da 93.  
3224E aí nós fizemos da moto que não tinha na época, com corte de 80 e saiu, mais  
3225ou menos, esses valores que hoje estão sendo aplicados aí.

3226

3227**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Obrigado, Dr. Antônio Carlos. O objetivo  
3228era trazer esse relato, de como é que está o processo de implementação  
3229nessas duas situações do Rio de Janeiro e São Paulo, que são os únicos dois  
3230que estão operando atualmente, e pegar essas informações do trabalho que  
3231está sendo desenvolvido e ver até que ponto elas indicam a adequação ou a  
3232necessidade de algum aperfeiçoamento na própria resolução ou no processo  
3233de inspeção veicular como um todo. Acho que a experiência em São Paulo e  
3234Rio de Janeiro é fundamental para as próximas experiências que nós estamos  
3235montando aí no âmbito da área de meio ambiente. Então, a palavra está aberta  
3236aqui para comentários, Patrícia, depois Rudolf, Solon.

3237

3238

3239 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA BOSON (CNT)** - Eu só queria dizer que o seminário foi um  
3240 encontro que aconteceu no dia 5 e 6 de outubro, foi organizado pela CNT e  
3241 ABEMA, e foi uma experiência muito interessante, eu acho que pode servir,  
3242 Volney, como referência, pelo seguinte, porque você junta as partes que  
3243 aplicam, que recebe aplicação para discutir o porquê é que está dando certo,  
3244 por que é que não está dando certo, por que é que está demorando, ao invés  
3245 de enquanto os outros ficarem esperando, não dá certo e depois ficar  
3246 contabilizando os passivos. A CNT e a ABEMA fizeram um bom trabalho, a  
3247 ABEMA ficou responsável de levar todos os Oemas e fazer também os  
3248 convites para as palestras e para as pessoas que iam falar, na parte de  
3249 regulação e controle, o Rudolf esteve lá com a gente, e a CNT ficou de trazer  
3250 as pessoas de controle de trânsito, os DETRANs, os DENATRANs e os  
3251 COTRANs, e ambos tiveram sucesso total, tanto a ABEMA conseguiu, falar lá  
3252 para a Glorinha, dar os parabéns, levar quase todas as 27 federações, quanto  
3253 a gente também deu conta de não só levar o presidente do COTRAN, o  
3254 presidente do DETRAN e foi também o presidente das associações de  
3255 DETRANs, que iam, inclusive, reunir, como o Rudolf falou, na semana  
3256 seguinte, então foi no dia seguinte. Então, foi muito produtivo, e eu conto isso  
3257 como uma referência para gente poder utilizar para ver a aplicação de uma  
3258 resolução CONAMA, porque, às vezes, precisa de revisão e é consciência de  
3259 todos, às vezes, precisa de um ponto. O interessante é que a gente, enquanto  
3260 CNT, tinha expectativa de que os Estados não colocasse, no CPCV a frota  
3261 alvo, os caminhões a diesel velhos, mais de 20 anos, e a confusão foi  
3262 justamente o contrário, mas nem por isso a gente está triste, nós achamos que  
3263 a experiência foi válida, não conseguimos sensibilizar, não adianta, essas  
3264 coisas não tem jeito, você tenta provar que vai dar um problemão social, não  
3265 conseguiu, então paciência, é só o tempo mesmo, e, por outro lado, isso  
3266 também servirá talvez de um parâmetro para reforçar o nosso programa de  
3267 renovação da frota. Tem muita gente que não está sensível a isso, então na  
3268 hora que o caos social aparecer, muita gente vai mudar de ideia em relação a  
3269 esse procedimento. E com isso também o que resultou da nossa parte foi o  
3270 reforço ao despoluir, o despoluir vai ganhar mais orçamento, vai ganhar mais  
3271 equipamento, porque aí a tal inspeção voluntária para esses caminhos que,  
3272 provavelmente, serão a frota alvo de quase todos os Oemas, a gente vai fazer  
3273 uma campanha mais intensiva para que eles, voluntariamente, ocorram lá para  
3274 esse processo. Eu só queria ver com o Rudolf tentar entender como é que  
3275 ficou, afinal, a história da Abraciclo e da Anfavea, porque a gente que  
3276 representa o setor aqui precisa saber que posição que a gente, se está faltando  
3277 mais uma conversa, mais uma reunião, enfim, como é ficou essa história,  
3278 porque, afinal, eu fiquei sem saber a conclusão desse pedaço dessa história.

3279

3280

3281 **O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Eu só queria assim... Cristina, eu estou  
3282 com o Rudolf, não, o Rudolf não, vai ficar para o final, Solon, Alonso e você. Só  
3283 para gente respeitar as inscrições. Solon.

3284

3285

3286 **O SR. SOLON FAGUNDES (FURPA)** - O meu comentário seria com referência  
3287 às emissões atmosféricas, principalmente o que mais preocupa hoje, que a  
3288 gente tem que pensar como Câmara Técnica os gases geradores de efeito

3289estufa. Então, o CO é efêmero, então logo, logo vai ser CO2. Então, seria  
3290interessante, é muito bom esse indicador dos veículos evitados, veículos fora  
3291de circulação, o balanço do trabalho, mas seria mais interessante ainda se  
3292tivesse um indicador também dos gases evitados em massa ainda, valores em  
3293massa que isso é o que interessa no caso de CO2 para o efeito estufa. Outro  
3294aspecto que chamou a atenção foi a falta do tratamento que deu, porque no  
3295trabalho, acompanhei o trabalho do grupo técnico, ano passado, o tratamento  
3296de como se comportou, se foi feito ou não, a questão dos veículos convertidos  
3297a gás, nós sabemos que tem vários problemas, que ele estavam poluindo mais  
3298do que o movido a líquido, combustível líquido, porque aí vem outra,  
3299associando da minha ideia, aquela, vem outro problema, veículo a gás libera  
3300metano, metano é vinte e uma vezes mais danoso para o efeito estufa do que o  
3301CO2. Então, o gás queimando com problema, aí um combustível a gás por uma  
3302má conversão é um problema significativo para os gases de emissão. Então,  
3303gostaria de saber como é que foi tratado isso, essa questão dos veículos a gás  
3304nessa inspeção em São Paulo.

3305

3306

3307**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Esquetini, toma nota aí. Alonso, depois  
3308Cristina. Tem mais alguém inscrito? Então, na fala do Alonso se encerram as  
3309inscrições.

3310

3311

3312**O SR. CLÁUDIO ALONSO (ABEMA-SP)** - Eu vou aproveitar um pouco o que  
3313falou a Patrícia, porque eu vim aqui com intenção particular de fazer só uma  
3314intervenção. Esse tipo de programa atinge diretamente o consumidor. Os  
3315consumidores oficiais têm uma representação grande, e veja a própria fala da  
3316Patrícia, assim o colocou, ela promove o seminário, tenta motivar sobre a  
3317necessidade de alteração de veículos antigos, troca e financiamento de  
3318veículos antigos e etc., ou seja, o consumidor institucional tem uma  
3319representação no CONAMA. Eu vou insistir o tempo inteiro, enquanto não  
3320houver um Procon ou alguma representação que, efetivamente, defende os  
3321interesses do consumidor, no CONAMA, esse tipo de programa vai ser o tempo  
3322inteiro questionado, porque existem questionamentos, sim, por parte do  
3323consumidor, e esse consumidor a gente escuta, mas ele não tem voz alguma  
3324para falar em lugar nenhum, a não ser o consumidor institucional que aqui é  
3325bem representado pela CNT. Existe o lado bonito que é apresentado, mas  
3326existe algum lado que é feio também, e o consumidor sofre, paga cinco vezes,  
3327às vezes, uma inspeção, não consegue passar nessas cinco vezes, pelo  
3328menos, é o que foi me reportado, pode não ser frequente isso, mas existe, não  
3329se sabe, não se tem levantamento. Então, enquanto não houver uma  
3330representação, mesmo que informal, dos Procons, da representação de defesa  
3331do consumidor, porque aqui dentro ninguém defende o consumidor, eu acho  
3332que é muito difícil que esse programa seja simpático. Isso é um aspecto que eu  
3333gostaria, bastante, de levantar. E o segundo aspecto que eu gostaria de  
3334levantar é que ao seguir a resolução, última aprovada, é que nós teríamos que  
3335ter, anualmente, um relatório detalhado, inclusive, com os itens bem colocados  
3336no art. 29 dos resultados deste programa de emissão. Isto é fundamental para  
3337que até o CONAMA possa se posicionar, agora, às vezes, meio na suposição,

3338meio na experiência estrangeira, mas com dados objetivos do que é feito no  
3339país. Era isso.

3340

3341

3342**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Cristina.

3343

3344

3345**A SR<sup>a</sup>. CRISTINA** - Com a fala do Rudolf e, em seguida, as apresentações,  
3346sobre as apresentações eu queria solicitar, se fosse possível, a disponibilidade  
3347desse material para nós, ou da Câmara para poder a gente tê-lo. Outra coisa é  
3348o seguinte. Esse assunto quando veio trazido aqui para a nossa Câmara, veio  
3349no dia 22, 24 de junho passado que estava na pauta da 41<sup>a</sup> reunião, e foi  
3350demonstrada uma preocupação bem forte do MMA sobre a questão da então  
3351situação ocorrida durante a votação na plenária. E aí depois disso tudo ter sido  
3352demonstrado, se chegou à conclusão, e foi confirmado até como resultado  
3353dessa reunião, que o MMA apresentará pedidos de apreciação em urgência da  
3354matéria, na plenária do CONAMA, revertendo a situação. Então, eu estou  
3355colocando isso, porque a gente fica meio confusa, porque hoje na fala do  
3356Rudolf dizendo que não vai apresentar nenhuma alteração, porque houve umas  
3357idas na CETESB, avaliar a situação, e aí eu fico, é como eu estou colocando,  
3358na dúvida, afinal, o que é que realmente vai se... Como é que nós vamos nos  
3359posicionar dentro da Câmara, porque isso aqui foi uma argumentação que a  
3360gente até, vamos dizer assim, aceitou a preocupação do MMA como alternativa  
3361de contorno dentro da solicitação que tinham recebido da Abraciclo, e da  
3362Anfavea parece que foi um fax, o documento mesmo de entrada no CONAMA,  
3363eu me lembro que foi da Abraciclo, e da Anfavea parecia que era um fax, uma  
3364coisa assim. Então, nesse sentido que eu estou levantando isso, porque a  
3365gente agora fica... Vamos saber agora como é que a gente vai conduzir aqui a  
3366situação. É isso.

3367

3368

3369**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Perfeito. Vamos então passar para as  
3370considerações finais em relação a esses pontos levantados do informe,  
3371começando pelo Esquetini, as questões, depois o Antônio Carlos, e, por fim, o  
3372Rudolf esclarece principalmente essa questão relacionada às observações da  
3373Dra. Cristina. Depois eu falo do Procon.

3374

3375

3376**O SR. MÁRCIO ESQUETINI** - Solon, você colocou a questão dos veículos a  
3377GNV, isso deixou a gente de cabelo em pé, se você quer saber.

3378

3379

3380**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Podia repetir, Esquetini.

3381

3382

3383**O SR. MÁRCIO ESQUETINI** - Na verdade, a questão do GNV deixou a gente  
3384de cabelo em pé, porque de todos os carros certificados pela Inmetro nós  
3385reprovamos 40% deles, mostra que realmente as transformações são feitas a  
3386olho, não tem menor padrão de qualidade, e realmente as emissões são muito  
3387altas. E existe a reprovação, e, em parte, porque se instalam kits que não

3388foram homologados, mas foram, de alguma forma, certificados para que eles  
3389pudessem fazer o cadastro do DETRAN, mas quando chegam, efetivamente,  
3390para fazer a inspeção lá não passam.

3391

3392

3393**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Quando é bi combustível quando passa em um  
3394não passa no outro.

3395

3396

3397**O SR. MÁRCIO ESQUETINI** - É. E existem sistemas, a gente até conversou  
3398com o IBAMA, de instituir algumas coisas que você consegue ver, porque o  
3399pessoal começa fazer a sacanagem. Então, o cara tem a chavinha que muda  
3400de combustível, mas a chavinha não funciona, ele continua fazendo o teste na  
3401gasolina, ele diz que mudou para o gás, mas, na verdade, ele continua na  
3402gasolina. Então, nós instituímos todo um estudo que começa a checar isso,  
3403você começa a verificar se realmente ele atuou ou não a troca de combustível,  
3404porque existe uma diferença na correlação, nós mudamos, inclusive, isso na  
3405nova instrução normativa. Você quando está com combustível gasolina você  
3406trabalha com denominador 15 que é, mais ou menos, o fator para gasolina,  
3407quando você entra isso para gás ele baixa para 12, então quando você faz  
3408todos os cálculos você vai que não vai dar o 15, ele está dando um número  
3409diferente. Então, você sabe, ou melhor, dá no 15 quando tinha que dá no 12,  
3410você sabe que o cara não entrou para o gás. Então, tem várias artimanhas.  
3411Então, você consegue, efetivamente, através de cálculos por trás dos  
3412resultados ver o que é que, efetivamente, foi feito. Além do mais, tem no  
3413próprio site do IBAMA, qualquer carro, efetivamente, que tenha feito uma troca  
3414de kit, que tenha instalado um kit e ele é modelo acima de 2007, na verdade, a  
3415gente tinha que reprovar isso de cara, porque não tem nenhum kit homologado  
3416para modelos 2008 em diante. E o pessoal certifica.

3417

3418

3419**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Ok. Seriam essas considerações do  
3420Esquetini. Antônio Carlos.

3421

3422

3423**O SR. MÁRCIO ESQUETINI** - Só o Alonso falou da questão de reprovação.  
3424Dos carros reprovados 85% deles passam na primeira reinspeção. Aí você tem  
3425alguns com 3, e esse número vai diminuindo muito que fica basicamente 85%  
3426passa na primeira reinspeção.

3427

3428

3429**O SR. CLÁUDIO ALONSO (ABEMA-SP)** - *(Pronunciamento fora do microfone)*

3430

3431

3432**O SR. MÁRCIO ESQUETINI** - Aliás, foi entregue à CETESB, na última reunião  
3433que eu fiz para a CETESB nós entregamos o relatório para...

3434

3435

3436**O SR. ANTÔNIO CARLOS** - Só uma colocação. Com relação à questão de  
3437caminhões. Lá no Rio, nós já desenvolvemos outro tipo de trabalho que é

3438 programa de autocontrole, que começou com ônibus, quer dizer, que as  
3439 empresas, uma vez vinculada a esse programa, ela tem que fazer as medições  
3440 de todos os seus veículos e reportar os relatórios das medições para o INEA. E  
3441 no início nós tínhamos também, quando nós começamos a desenvolver o  
3442 trabalho de fiscalização, nós tínhamos muita resistência das empresas, no caso  
3443 específico de ônibus, hoje nós temos um quadro completamente diferente, o  
3444 INEA hoje tem até um convênio com a Fetranspor, que é a Federação das  
3445 Empresas de Transporte de Passageiros do Estado, em que eles são  
3446 vinculados a esse programa. E, recentemente, foi assinado também com a  
3447 Fetranscarga, o ganho que aí você começa a conscientizar o empresário com  
3448 relação... Exatamente. Porque no início eram muito resistentes, hoje eles já são  
3449 mais, inclusive, participam do seminário. Vai ter um congresso agora da  
3450 Fetranspor no Rio de Janeiro, vai ter um painel de meio ambiente. Então, hoje  
3451 esse programa você trabalha muito com a conscientização. Na CNT, eu  
3452 conversei com aquele menino do programa, e nós vamos estreitar esse  
3453 relacionamento também junto ao Rio de Janeiro, e é tudo muito questão de  
3454 conscientização, porque geralmente o pessoal de carga tem a federação, tem  
3455 as empresas que congregam a federação, mas o cargo é muito individual, é um  
3456 trabalho mais...

3457

3458

3459 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA BOSON (CNT) - 70%.**

3460

3461

3462 **O SR. ANTÔNIO CARLOS** - Exatamente. Mas em nível de empresa a gente  
3463 consegue trabalhar conscientizando, e eles vão ver que o ganho deles, até em  
3464 nível de combustível, é muito grande. Então, é um trabalho que a gente tem  
3465 feito e que tem dado bastante resultado até em nível de conscientização do  
3466 setor.

3467

3468

3469 **A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** – *(Pronunciamento fora do microfone)*

3470

3471

3472 **O SR. ANTÔNIO CARLOS** - É agora mês que vem, em novembro. Eu posso  
3473 vê depois... Com relação também ao relatório, o material não tem problema, já  
3474 está disponível. Mas nós fizemos esse relatório aqui também, que é o relatório  
3475 de atividade do convênio que fala muito dos resultados, pode deixar em meio  
3476 digital, depois mando para alguém, aí você vê.

3477

3478

3479 **A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** – *(Pronunciamento fora do microfone)*

3480

3481

3482 **O SR. ANTÔNIO CARLOS** - Fica com esse papel, porque a impressão não  
3483 ficou muito legal.

3484

3485 **O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA) -**

3486

3487Perfeito. Acho que depois nós buscamos, se o Márcio também autorizar, assim  
3488como o Dr. Antônio Carlos, nós disponibilizamos no site. Rudolf.

3489

3490

3491**O SR. RUDOLF** - Vou falar rapidinho, porque o presidente disse que vai  
3492terminar 4h15. Tem mais um ponto, tem que ser mais rápido ainda. E eu  
3493também, eu estou indo para São Paulo, para uma reunião do CONTRAN. E  
3494pegando uma ponte, no que disse a Patrícia, acho que uma coisa  
3495interessantíssima que houve desse encontro da ABEMA, e que esteve  
3496presente o vice-presidente da AND, da Associação Nacional dos DETRANs, é  
3497que nós já providenciamos, através da Regina Gollner, um encontro da  
3498presidente da ABEMA com a presidente da ADN, então a Glorinha e a Dra.  
3499Mônica Mateus devem estar aí tentando uma agenda comum, o que eu acho  
3500que vai ser fantástico isso, você ter as duas presidentes das duas associações,  
3501são duas mulheres muito ativas, muito bacanas. Eu acho que tem como sair  
3502uma coisa legal daí. E como a gente já tinha falado antes da questão de  
3503resoluções conjuntas, é outra coisa importante, de tentar ver como é que se faz  
3504uma resolução conjunta CONTRAN e CONAMA também para essa questão de  
3505inspeção. Porque eu sou conselheiro do CONTRAN, representante do MMA, e  
3506a inspeção de segurança, a resolução do CONTRAN está suspensa pelo  
3507próprio CONTRAN, não há regra hoje clara para isso. Eles estavam até  
3508pouquíssimos dias muito imbuídos de um Projeto de Lei que está em  
3509tramitação, que não sai nunca e que é um projeto muito... Tira os governos  
3510estaduais da gestão, é muito complicado. Mas de tanto a gente falar com o  
3511Alfredo, com os outros conselheiros do CONTRAN, eu acho que está havendo  
3512uma mudança, às vezes esse é um momento bom para gente plantar coisas  
3513para o próximo governo, não é Volney, porque a gente não sabe quem é que  
3514vai estar aqui, mas já deixa umas coisinhas plantadas. Eu sei já que o  
3515DENATRAN está falando em seguir o CONAMA e fazer uma resolução  
3516CONTRAN sobre segurança que seja uma resolução adaptada, não sei se é o  
3517termo, mas de acordo com a nossa lógica e um pouco esquecer essa trilha  
3518desse Projeto de Lei que eu acho que seria muito, muito complicado de  
3519implementar. Então, tem esse aspecto. Em relação ao que disse o Solon, a  
3520gente, infelizmente, não tem no Brasil nenhuma regulamentação de gás de  
3521efeito estufa para veículos. E outra coisa também interessante que nós temos  
3522hoje um ministro de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio que  
3523tem uma pauta muito próxima ao Ministério do Meio Ambiente, e ainda ontem  
3524nós fomos procurados por uma equipe do ministro Miguel Jorge, e eles estão lá  
3525estudando um Projeto de Lei sobre limitações de gases de efeito estufa para  
3526CO para veículos, o que para nós soou como música para os nossos ouvidos.  
3527E eu perguntei a eles: escuta, será que uma lei seria o caminho mais pratico ou  
3528mais eficaz? Por que não? Será que uma resolução CONAMA não preenchia  
3529esse espaço? Será que o CONAMA tem competência legal sobre gases de  
3530efeito estufa nesse sentido de limitação, como a gente tem dos poluentes?  
3531Porque o CO2 não é um poluente, nos Estados Unidos eles já resolveram isso  
3532lá, o EPA fez uma declaração, não sei que tipo de instrumento, dizendo que é  
3533um gás que tem efeitos ambientais e que, portanto, cabe a ele como instância  
3534normativa federal tratar de CO2, e não sei por que é que o CONAMA não podia  
3535fazer algo semelhante, ele não é um poluente, mas é um gás que tem efeitos  
3536ambientais gravíssimos. Então, eu acho que é algo que...

3537

3538

3539 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - *(Pronunciamento fora do microfone)*

3540

3541

3542 **O SR. RUDOLF** - Eu acho que é algo que nós, no CONAMA, temos que  
3543 discutir, porque se a gente consegue dar esse passo de avançar para  
3544 regulamentação de gases de efeito estufa dentro do conselho ia ser muito bom,  
3545 e acho que mais ágil do que no Congresso. Agora o que eu achei que é  
3546 importante realmente, acho que está certa confusão do ponto aqui da nossa  
3547 história, porque, afinal de contas, o que é que vai acontecer? Agora estou  
3548 falando exatamente dos pedidos da Abraciclo e da Anfavea, quer dizer, num  
3549 primeiro momento, principalmente, a Abraciclo encaminhou realmente o ofício e  
3550 a Anfavea acho que também foram ofícios ao Ministério do Meio Ambiente bem  
3551 semelhantes, que foram para a... A tramitação correta é essa, foram para a  
3552 coordenação do Procon, ao IBAMA e o IBAMA encaminhou ao CONAMA  
3553 dizendo que achava que devia ser apreciado e com urgência pelos  
3554 conselheiros. O que é que o CONAMA faz quando acontece isso? Manda para  
3555 a área técnica do Ministério que se manifesta. Mandaram para a SMCQ e nós  
3556 nos manifestamos, e naquele momento... A Lorenza saiu, porque foi a Lorenza  
3557 que fez o parecer e, obviamente, eu assinei junto com ela, mas muito numa  
3558 visão que confrontava o limite da homologação com o limite do programa de  
3559 inspeção. E é exatamente esse ponto que eu quis deixar claro para vocês, não  
3560 sei se consegui, de que nós conversando com a CETESB e a prefeitura de São  
3561 Paulo, nós fomos convencidos de que essa associação não é necessária e é  
3562 indesejada, e até a lógica da obtenção dos números da nossa 418, esses  
3563 números foram desenhados com base nos resultados reais obtidos no  
3564 Município de São Paulo. Vocês vejam que um carro vendido hoje no Brasil, que  
3565 é da fase L6 que entrou em vigor em janeiro de 2009, é uma fase que foi  
3566 desenhada em 2002, pela 315, há oito anos, com essa corrida tecnológica é  
3567 óbvio que hoje em 2010 aquilo que se pensou em 2002 é muito simples, e os  
3568 resultados em campo dizem exatamente isso, que tudo bem que está lá na  
3569 homologação 05, mas um carro que hoje apresente 05, é um carro que está  
3570 com sérios problemas de manutenção, e o objetivo do programa de inspeção e  
3571 manutenção não é pegar cada carrinho e ver se aquele único gás poluente  
3572 passou, são indicadores de que a manutenção do carro é ruim, ou seja, um  
3573 carro que emite hoje 05, 06, 04 de CO é um carro em mal estado de  
3574 conservação, e que não deve ser aprovado num programa de inspeção e  
3575 manutenção. Então, nós ficamos com esse pensamento, com essa lógica muito  
3576 clara, depois da conversa com os parceiros, com as entidades que participam  
3577 do Proconve, e conversamos então com a Abraciclo e a Anfavea, e deixamos  
3578 claro para eles isso, que nós, o Ministério do Meio Ambiente não ia a ele  
3579 apresentar uma resolução modificando a 418, nem para motos e nem para  
3580 carros. Nós sabemos que as situações são diferentes, a das motos houve uma  
3581 mudança em plenário que mudou o que a Câmara Técnica aprovou, isso  
3582 também acho que não é proibido senão não tinha plenário, mas, enfim, se  
3583 imagina que o que tem de especificidade técnica de uma resolução que é esse  
3584 grupo aqui que tem mais a dizer do que outros grupos. Mas aconteceu isso.  
3585 Então, está aqui o representante da Abraciclo. Não sei se você já traz alguma  
3586 novidade para gente. Da Anfavea acho que não temos ninguém aqui. Mas o

143

72

144

3587fato é esse, que nós deixamos claro isso, que estamos agora na expectativa do  
3588passo que a Abraciclo e a Anfavea vão fazer de enviar... Não sei se você tem  
3589alguma informação para nos trazer.

3590

3591

3592**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Na verdade, a CNI, oficialmente, apresentou o  
3593pedido da Abraciclo que teve parecer positivo por parte do Ministério do Meio  
3594Ambiente e do IBAMA, e achava eu que isso teria o trâmite normal de passar  
3595pela crivo aqui dessa Câmara para que pudesse ser avaliado no plenário. O  
3596Cláudio Alonso achou que a plenária deveria dar o regime de urgência que se  
3597queria, naquela ocasião, para que voltasse à Câmara...

3598

3599

3600(*Pronunciamento fora do microfone*)

3601

3602

3603**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Exatamente. E nós não entendemos por que é  
3604que isso não teve esse encaminhamento, porque a CNI já apresentou essa  
3605proposta, foi encaminhado por nós, oficialmente, a pedido da diretoria do  
3606CONAMA, até porque agora a Abraciclo, a Anfavea, a princípio, não poderiam  
3607apresentar proposta diretamente ao conselho, e, sim, através de um  
3608conselheiro. Nós apresentamos.

3609

3610

3611**O SR. RUDOLF** - Vocês apresentaram uma proposta de resolução...

3612

3613

3614**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - A proposta de retorno dos limites, no caso, de  
3615motos, apenas de motos.

3616

3617

3618**A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA BOSON (CNT)** - (*Pronunciamento fora do microfone*)

3619

3620

3621**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Foi isso que nós apresentamos e justificamos  
3622por que é que achávamos que deveria mudar.

3623

3624

3625**A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA BOSON (CNT)** - Eu temo também em caso de motos,  
3626oficialmente, eu lembro de caso de motos, não estou aqui dizendo que a  
3627Anfavea não tem razão ou deixou de ter razão. A Abraciclo mandou via CNI,  
3628mas me mandou os e-mails todo com cópia, então eu acompanhei o caso de  
3629moto. E foi, inclusive, na reunião que nós viemos para discutir isso, o próprio  
3630MMA, não foi nem a Abraciclo, nem foi a CNI, nem foi ninguém, foi o próprio  
3631MMA que disse que queria. Aí o Volney virou e falou assim: gente, mas a gente  
3632tem que ter uma proposta. O que é que o MMA está apresentando? Então,  
3633ficou do MMA retornar e apresentar isso, uma proposta de resolução mudando  
3634o número da tabela para retornar à tabela original que, inclusive, todo mundo  
3635confirma, a apresentação do Esquetini aqui, lá na CNT, em todo lugar afirma  
3636que houve erro, porque não há como aprovar com aquelas coisas, é diferente

3637dos meus caminhões velhinhos. Por mais que eu defenda, eu fui convencida  
3638tecnicamente de que não tem outra saída, a gente insiste, mas não é burrinha.  
3639Agora a Abraciclo foi diferente. Então, quer dizer, eu estou... Para mim isso já  
3640estava na pauta do dia 24 e 25, já ia... Sabe quando você descansa. Eu falei:  
3641Não, o assunto para mim está resolvido. A Anfavea não estou dizendo nem que  
3642sim, nem que não, a Anfavea não me procurou, então a Anfavea eu não sei, a  
3643Anfavea não me procurou, eu não sei se a Anfavea quer, se não quer, não me  
3644procurou, agora a Abraciclo procurou oficialmente a CNI e me comunicou como  
3645conselheira que estava fazendo isso via CNI, porque é indústria fabricante.  
3646Então, eu estou sem entender.

3647

3648

3649**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Acho que seria importante a gente retomar.  
3650Eu me lembro que naquela reunião houve um posicionamento do Ministério do  
3651Meio Ambiente, baseado num parecer tanto da Secretaria de Mudanças  
3652Climáticas, quanto do próprio IBAMA. A ideia era que a gente pautasse na  
3653Câmara Técnica, houve um pedido do conselheiro de São Paulo para que não  
3654fizesse essa discussão sem pedir uma autorização antes para a plenária do  
3655CONAMA. Foi isso que foi feito. Então, na realidade houve aí entre aquele  
3656momento e a próxima reunião plenária do CONAMA uma mudança de posição  
3657de entendimento do Ministério do Meio Ambiente, que tinha ficado de fazer...

3658

3659

3660**A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA BOSON (CNT)** - Essa Câmara não foi comunicada.

3661

3662

3663**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Eu acho que temos um problema aí, eu  
3664queria retomar essa discussão, até porque há uma necessidade de pautar na  
3665Câmara Técnica essa questão para discussão. Então, eu acho que, em função  
3666do não encaminhamento dessa consulta à plenária. Então, o que eu queria  
3667ouvir é em função até do próprio esclarecimento que o Esquetini disse que, na  
3668realidade, vai ser usado aquele artigo previsto de que a vigência a partir de  
36692012 que se faça essa discussão no âmbito dessa Câmara Técnica, que se  
3670decida sobre a pertinência ou não, uma vez que o próprio Ministério do Meio  
3671Ambiente acabou mudando de posição. Então, eu acho que numa análise que  
3672ele fez um pouco mais aprofundada dessa questão. Então, é o fato do  
3673Ministério do Meio Ambiente ter, naquele momento, tido uma visão de urgência,  
3674até aquela leitura, não impede dele reconsiderar essa posição, só que ele tem  
3675que comunicar à Câmara Técnica, então nem era esse o objetivo da reunião de  
3676hoje, mas acho que foi bom aparecer isso, para gente até dar o  
3677encaminhamento apropriado para essa temática. Porque para mim parece que  
3678é pautar na primeira reunião da Câmara Técnica essa discussão para resolver  
3679esse problema, principalmente, da questão me parece de motos que é que  
3680parece que está causando uma maior preocupação.

3681

3682

3683**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - O nosso pleito é para motos.

3684

3685

3686 **O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Então, eu só queria recuperar um pouco  
3687isso, porque foi essa questão, houve um entendimento que o próprio  
3688conselheiro de São Paulo Alonso pediu para que fizesse essa consulta, no fim  
3689acabou o Ministério não fazendo essa consulta, porque entendeu que a  
3690posição do Ministério mudou. Agora eu também não sabia que não tinha se  
3691feito essa conversa com os setores. Então, eu estou tentando ver se a gente  
3692pode encaminhar, se teve erro vamos encaminhar.

3693

3694

3695 **A SRª. PATRÍCIA BOSON (CNT)** - Eu acho que a gente podia fazer uma  
3696reflexão. Eu acho que a entrada da proposta da Anfavea meio que tumultuou o  
3697processo. Tanto que o Rudolf quando fala das conversas de que comprovou e  
3698tudo, tem muito mais a ver com automóvel, com veículo do que com motos.

3699

3700

3701 *(Pronunciamento fora do microfone)*

3702

3703

3704 **A SRª. PATRÍCIA BOSON (CNT)** - Na CETESB. Mas é que pelos dados do  
3705Esquetini...

3706

3707

3708 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Pela expressão veiculada.

3709

3710

3711 **A SRª. PATRÍCIA BOSON (CNT)** - Eu estou com a impressão de que as  
3712coisas meio que... Porque houve um pedido formal, encaminhado com trâmite  
3713certo, via conselheiro que é da Abraciclo, ponto. Depois apareceu um fax... Não  
3714estou aqui dizendo que a Anfavea não tem razão, estou apenas dizendo que  
3715tramitou de maneira diferente, um tramitou formalmente comprovado de que  
3716houve uma alteração, não se sabe por que, ninguém explicou porque, e que os  
3717dados estão dizendo que realmente tem razão, que precisa voltar, tanto é que  
3718o IBAMA e o MMA vieram com a proposta de voltar. Na Câmara não foi posto  
3719primeiro, porque não tinha uma proposta por escrito, o que o presidente  
3720reclamou, e porque o Cláudio Alonso tinha colocado a necessidade de colocar  
3721isso para o CONAMA antecipadamente, para o CONAMA, para a plenária,  
3722antecipadamente. Então, Volney, é só resgatar as questões históricas e dar o  
3723encaminhamento diferenciado para a condução diferenciada do processo.

3724

3725

3726 **O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Claro. Solon.

3727

3728

3729 **O SR. SOLON FAGUNDES (FURPA)** - Presidente, eu acho que é justamente  
3730isso. Vamos resgatar essa memória aí. Eu acho que ocorreram essas duas  
3731manifestações em desacordo do que foi aprovado, e uma realmente foi apenas  
3732citada informalmente que haveria esse pleito, não estava oficial, não estava  
3733formalizado, que acho que é da Anfavea e foi citada lá assim. Isso é uma coisa.  
3734Foi acordado. Agora também foi acordado que esse assunto foi colocado aqui  
3735na mesa, nessa Câmara Técnica e a maioria dos conselheiros optou por

3736remeter o assunto para a plenária. Esse assunto é para a plenária, a Câmara  
3737Técnica não quis saber desse assunto, foi bem clara a manifestação naquela  
3738reunião. Voltar esse assunto agora nós vamos estar revirando a nossa  
3739memória. Então, é esse o esclarecimento, é voltar para a plenária para  
3740resolver, na plenária, esse assunto. Obrigado.

3741

3742

3743**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Só outra informação, porque uma das coisas que  
3744saiu também na imprensa é que milhares de pessoas foram prejudicadas pela  
3745418, milhares de proprietários de veículos e motos, milhares, o que  
3746absolutamente não aconteceu. Nós já vimos aqui que os locais que já tem seus  
3747programas tem dois anos para se adaptar às regras da 418, portanto, os dois  
3748que estão aqui têm ainda esse ano de 2011 e os demais Estados todos, ainda  
3749não tem programas, então realmente não houve ninguém ainda que foi  
3750prejudicado por algum número a mais ou a menos. Ou seja, acho que o  
3751CONAMA ainda tem um tempo, não muito para discutir esse assunto, mas  
3752ainda tem um tempinho para se resolver essa questão. E também a minha  
3753única dúvida era essa, como é que eu materializo pelo regimento do CONAMA  
3754essa posição nossa, porque hoje tem lá um parecer do MMA que a gente quer  
3755substituir.

3756

3757

3758**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Acho que nós temos duas questões, acho  
3759que um ponto é essa questão de levar à plenária, que a gente fez um pouco na  
3760avaliação, até por causa da urgência que a gente queria tratar esse aspecto.  
3761Esse foi o meu entendimento. Eu acho que hoje, em vez de levar à plenária,  
3762essa questão de uma forma bruta e levar sem uma discussão da Câmara  
3763Técnica, o melhor seria nós pautarmos na próxima reunião da Câmara Técnica,  
3764e aí o MMA traz o parecer que achar que tiver que trazer. Quer refazer o  
3765parecer? Refaça o parecer. Mas nós temos a obrigação de pautar nessa  
3766Câmara e tirar um encaminhamento sobre que orientação nós damos à  
3767plenária. Então, eu acho que não me parece a melhor alternativa, até porque a  
3768questão era uma questão de urgência, e por isso que a gente estava fazendo a  
3769consulta naquele momento, não me parece que seja levar para a próxima  
3770reunião da Câmara, nós vamos pedir o que para a plenária? Fazer que  
3771discussão? E com o risco de não conseguir ser discutido, ainda porque tem  
3772uma série de outras questões na pauta. Eu estou querendo ser muito objetivo e  
3773pragmáticos aqui, porque eu acho que talvez o melhor que nós podemos fazer  
3774nessa reunião, eu consulto, principalmente, à CNI e a CNT.

3775

3776

3777**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Volney, acabei de consultar a Abraciclo. E eu  
3778também concordo com a sua opinião, eu acho melhor nós tratarmos e  
3779resolvermos esse assunto aqui do que levar para a plenária...

3780

3781

3782**A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA BOSON (CNT)** - Com a chance de perder...

3783

3784

3785 **SR. NÃO IDENTIFICADO** - Porque o debate é muito mais difícil lá. É muito  
3786 mais difícil.

3787

3788

3789 **SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Nós não vamos ter tempo na próxima pela  
3790 agenda que já está montada.

3791

3792

3793 **SR. NÃO IDENTIFICADO** - O setor prefere então discutir esse assunto, e  
3794 vamos pedir encarecidamente à presidência, ao Ministério que coloque isso em  
3795 pauta, se possível, na primeira pauta da reunião, quando for marcada, senão  
3796 esse ano, o ano que vem.

3797

3798

3799 **SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Esse é o encaminhamento que eu gostaria  
3800 de dar. Então nós pautamos para a primeira reunião da Câmara Técnica, assim  
3801 como a questão do GT de Dragagem, que já está previsto, a gente já deixa  
3802 uma pauta amarrada, com essa indicação da Câmara Técnica para que essas  
3803 duas questões... E a questão do Ministério, o conselho pode fazer esse  
3804 parecer, se há um entendimento diferente daquele anterior, mas ele tem que  
3805 trazer e nós queremos que todos tragam para essa Câmara o seu  
3806 entendimento para que a gente abra uma discussão e a gente construa uma  
3807 convicção no âmbito da Câmara que possa ser levado para o plenário.  
3808 Podemos fazer assim? Então, esse ponto acho que está esclarecido. Está  
3809 encaminhado. Então, volta para a pauta da Câmara Técnica da próxima  
3810 reunião. E queria então agradecer ao Márcio pela apresentação, o Dr. Antônio  
3811 Carlos, e, fundamentalmente, ao Rudolf que tem acompanhado toda essa  
3812 discussão. Eu acho que a gente tem... É uma questão trivial, ela tem uma série  
3813 de facetas, tem toda uma parte de desenvolvimento tecnológico, é só a  
3814 questão ambiental pura e simples, mas são aspectos... Tem a questão aí de...

3815

3816

3817 *(Pronunciamento fora do microfone)*

3818

3819

3820 **SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Mas é isso. Então, eu queria agradecer ao  
3821 Rudolf. Só temos mais um ponto que queria também não deixar sem chamar a  
3822 atenção sobre essa questão do grupo de fontes fixas, que eu acho que é  
3823 importante a gente deixar também alguma coisa amarrada já para o ano que  
3824 vem. Vanderlei, por favor.

3825

3826

3827 **SR. VANDERLEI** - Nós tivemos uma reunião no dia 25, no Rio de Janeiro,  
3828 no INEA, foi aprovada a fonte de turbinas a gás, nós ainda não conseguimos  
3829 fechar a proposta de vidro e siderurgia, siderurgia já tinha voltado uma segunda  
3830 vez, avançou muito a proposta de siderurgia, até coincidiu tudo que os Oemas  
3831 pediram em termos de padrões, mas ainda estão faltando algumas  
3832 justificativas, Cláudio, a Lorenza esteve acompanhando conosco lá dos  
3833 porquês de não se atender tais coisas, o que você pediu, a sua orientação.  
3834 Então, isso vai ser mais bem discriminado. A gente acredita que na próxima

3835reunião a gente fecha esses dois. A questão é que nós já fechamos várias  
3836fontes, já fechamos chumbo, já fechamos caldeiras a bagaço, caldeiras à  
3837madeira, papel e celulose, fertilizantes, alumínio, fechamos umas turbina a gás,  
3838está para fechar siderurgia e vidro, vai ficar faltando turbinas a gás, turbinas  
3839não, caldeiras a gás que a gente sabe que vai ser a mais difícil de fechar, falta  
3840cimento e falta também caldeira a óleo, e fertilizante já foi aprovado. E, na  
3841verdade, o seguinte vai ficar muita coisa, nós temos apenas duas novas  
3842reuniões agendadas para esse ano temos no final de novembro. Adriano, você  
3843tem as datas aí? 29 e 30 e 14 e 15 de dezembro, nós vamos nos reunir em  
3844dezembro para tentar fechar tudo, mas é difícil por que tem que fechar as treze  
3845fontes, e algumas são polêmicas, principalmente o problema das caldeiras a  
3846gás, nos falta dados de qualidade para gente propor padrões mais reais, mas  
3847também a gente dar um apanhado geral, não é Cláudio? No texto como um  
3848todo, fechar o texto também, a gente teve algumas proposições em termos de  
3849melhorar a qualidade de dados para avaliação mesmo, porque a gente viu que  
3850os dados que nós conseguimos, por exemplo, caldeira a gás não são bons,  
3851isso tanto que a indústria enviou como um dos órgãos ambientais, não são  
3852conclusivos, e o prazo do GT termina esse ano. Então, a gente pediria,  
3853minimamente, uma questão de segurança, que a gente vai tentar fechar esse  
3854ano, se não conseguir, para não ficar descoberto, pelo menos, uns três meses  
3855para gente tentar na próxima reunião, se for possível, apresentar o fechamento  
3856do grupo, e aí dar ao coordenador do grupo, no caso lá o Sérgio [ininteligível]  
3857da CETESB esse poder de marcar a reunião em janeiro ou fevereiro para  
3858tentar fechar essa proposta, porque a partir do dia 15 de dezembro eu acho  
3859que a gente não consegue fechar mais nada.

3860

3861

3862**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Alonso.

3863

3864

3865**O SR. CLÁUDIO ALONSO (ABEMA-SP)** - Eu me sinto um pouco na obrigação  
3866de falar por duas razões, São Paulo coordena o grupo e eu coordenei a  
3867primeira fase. Olha, você falou que são treze fontes, não são treze fontes, são  
3868treze tipos e 52 fontes. Eu falo isso para mostrar que a dimensão do trabalho é  
3869bastante grande, são treze tipologias, mas, na verdade, são 52 tipos de fontes.  
3870A dimensão realmente é muito grande. E eu acho que esse negócio de marcar  
3871muito o prazo depende do tamanho da resolução, essa é grandona. Então, eu  
3872acho que é razoável que se peça uma extensão de prazo, e o meu  
3873compromisso é fazer a revisão final junto com vocês.

3874

3875

3876**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - A minha sugestão seria que a gente  
3877também deixasse uma recomendação para pautar essa questão, talvez na  
3878primeira reunião, até porque vai ter que ter essa discussão de extensão de  
3879prazo, e seria importante que apresentasse um relatório das atividades e o que  
3880é que falta até para se fazer...

3881

3882

3883**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - A gente tem detalhadamente tudo o que foi feito,  
3884e o que estaria, no caso, faltando. Acredito que o maior interesse nosso é

3885terminar isso o quanto antes, para não passar tempo demais, a gente teve  
3886dificuldade com cimento, porque cimento está vindo um "boom" de demanda no  
3887país, estão tendo que importar cimento do Vietnã para atender a demanda de  
3888mercado, tem locais onde a demanda subiu 70% de um ano para o outro.

3889

3890

3891**O SR. CLÁUDIO ALONSO (ABEMA-SP)** - *(Pronunciamento fora do microfone)*

3892

3893

3894**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - E, na verdade, nós em certo limite estamos  
3895tendo dificuldade de buscar dados, porque nós representamos dados mensais  
3896e o coordenador pediu dados diários, então é multiplicar por trinta o trabalho de  
3897informações de monitoramento que a indústria não estava, inclusive, não  
3898estava preparada para a demanda de mercado, não está conseguindo alocar  
3899tempo. Então, eles pediram até dezembro, eu vou forçar com eles que feche  
3900até dezembro, mas o fechamento final do texto, talvez fique melhor mesmo a  
3901gente fazer o ano que vem.

3902

3903

3904**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Mas a gente já deixa esse ponto para a  
3905próxima reunião da Câmara Técnica que vai começar com o...

3906

3907

3908**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Podemos prorrogar o prazo então para não  
3909perder...

3910

3911

3912**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Na realidade, se mantém a atividade, e,  
3913em primeira reunião, se faz a prorrogação do prazo. Vocês, na realidade, ainda  
3914estão com prazo em vigência?

3915

3916

3917**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Não, estamos ainda.

3918

3919

3920**O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Então, gente eu acho que seriam essas...  
3921Solon.

3922

3923

3924**O SR. SOLON FAGUNDES (FURPA)** - Presidente, nós estamos  
3925acompanhando esse grupo, pelo menos, nos últimos seis meses, um grupo  
3926que eu acho que é desde 2006, apenas uma informação que eu tive aí, que eu  
3927consultei no site do CONAMA, e realmente agora que o grupo entrou numa  
3928fase bastante produtiva, ele afunilou o trabalho para que se produza um texto,  
3929nas últimas reuniões não fomos, mas a gente viu na reunião de segunda a  
3930evolução que teve com os trabalhos do grupo, e agora a gente precisa  
3931realmente respeitar os setores que fizeram o dever de casa, e por isso é  
3932controlar bem esse prazo, esse prazo, a expectativa de renovação eu acho  
3933que... Agora se nós não aprovamos um prazo, não aprovar mais três meses, só  
3934em fevereiro e março, é isso? Então, vai mais tempo.

3935

3936

3937 **O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Eu acho que essa é uma discussão que a  
3938 gente vai fazer no momento oportuno.

3939

3940

3941 **O SR. SOLON FAGUNDES (FURPA)** - Quando é que termina? É bom  
3942 esclarecer quando termina esse prazo.

3943

3944

3945 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Eu achava que era final do ano.

3946

3947

3948 **O SR. SOLON FAGUNDES (FURPA)** - E o grupo não pode mais trabalhar.  
3949 Tem que ver essa questão.

3950

3951

3952 **O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Pode. Na realidade, nós devemos...

3953

3954

3955 *(falas sobrepostas)*

3956

3957

3958 **O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Em janeiro, dificilmente, grupos de trabalho  
3959 vão ter atividade. Então, vamos ser bem objetivos aí. Então, ainda mais vários  
3960 dos atores num processo de transição de governo, a gente sabe que é muito  
3961 difícil que tenha uma grande... Acho que o melhor mesmo é a gente fazer essa  
3962 avaliação na primeira reunião, já está pautado, e com isso a gente... Claro que  
3963 a gente torce para que avance bastante discussão nessas próximas duas  
3964 reuniões, num ritmo intenso que a gente sabe que, às vezes, os grupos levam  
3965 tempo para ganhar ritmo, e tem que aproveitar esse ritmo, quando a gente  
3966 consegue chegar. Então, a gente fica com essas três recomendações para a  
3967 próxima reunião de pauta, para a próxima reunião da Câmara Técnica.  
3968 Primeiro a questão da criação do grupo de dragagem, o GT de Dragagem,  
3969 onde o Ministério do Meio Ambiente, a Secretaria de Portos e o Ministério dos  
3970 Transportes apresentaram, assumiram a responsabilidade de apresentar à  
3971 Câmara Técnica, em tempo hábil, uma proposta para discutir essas questões,  
3972 pode ser mais de uma resolução, um termo de referência, fica a critério desse  
3973 grupo, a gente espera que chegue o mais qualificado possível. Também  
3974 faremos a pauta, está prevista na pauta a questão da 418 e aspecto específico  
3975 e a Abraciclo traz, a CNI demandou essa análise, o Ministério do Meio  
3976 Ambiente também deverá dar a ele um caso fazer o seu parecer e trazer para  
3977 essa reunião, e, por fim, a questão de fontes fixas que a gente tem que discutir  
3978 a prorrogação do grupo de trabalho, é até importante que para essa  
3979 prorrogação já seja disponibilizado um relatório com antecedência.

3980

3981

3982 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Aí eu peço o coordenador, no caso o Sérgio  
3983 [ininteligível] da CETESB que prepare um relatório completo, Cláudio, para  
3984 trazer na próxima reunião do trabalho.

3985

3986

3987 **O SR. CLÁUDIO ALONSO (ABEMA-SP)** - Não muito completo.

3988

3989

3990 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Não, completo, pelo menos, das atividades que

3991 já foram concluídas.

3992

3993

3994 **O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - 52 atividades.

3995

3996

3997 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Exata.

3998

3999

4000 **O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Gente, eu queria, acho que com isso a

4001 gente conclui esse ponto. Eu queria então... Acho que essa aqui é a nossa

4002 última reunião dessa composição da Câmara Técnica. Queria agradecer aí o

4003 trabalho que a gente teve uma convivência extremamente produtiva nesses

4004 dois anos aqui, no âmbito da Câmara, e foram várias resoluções que nós

4005 encaminhamos durante esse período, acho que todas elas de muito boa

4006 qualidade. E eu queria, antes de encerrar, talvez queria saber se alguém

4007 gostaria de fazer uso da palavra, aqui dos nossos conselheiros membros da

4008 Câmara. O nosso decano, o Dr. Alonso, com certeza gostaria de...

4009

4010

4011 **O SR. CLÁUDIO ALONSO (ABEMA-SP)** - Já que é última reunião, desejo feliz

4012 natal a todos.

4013

4014

4015 **O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Está bom, gente. Então, acho que nós

4016 ainda vamos nos encontrar na plenária do CONAMA, 24 e 25 de novembro.

4017 Lembrar que a 100ª reunião do CONAMA então vai ter todo...

4018

4019

4020 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Vai ter festa?

4021

4022

4023 **O SR. VOLNEY ZANARDI (MMA)** - Vai ter festa. Vamos fazer circunstância. E

4024 com isso eu acho que a gente encerra a reunião, desejo... Queria agradecer,

4025 mais uma vez, a oportunidade de ter convivido, no âmbito da Câmara Técnica,

4026 com todos. Encerrada a 44ª reunião.